

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

MARIA NILDA CONCEIÇÃO IZUMI

**Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia: um estudo
sobre o processo de abrigamento de mulheres em situação de risco de
morte na cidade de São Paulo**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

MARIA NILDA CONCEIÇÃO IZUMI

**Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia: um estudo
sobre o processo de abrigamento de mulheres em situação de risco de
morte na cidade de São Paulo**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz.

São Paulo

2015

BANCA EXAMINADORA

Aos meus amores: Daniel, Beatriz e Mateus, que deram novos rumos à minha vida; que sofrem as consequências das minhas escolhas; que estão crescendo em minha ausência. É para que eles tenham melhores oportunidades que eu vivo e luto a cada dia – espero que, de algum modo, sejam recompensados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem a fé que me move não teria forças para seguir adiante em meio a todas as adversidades enfrentadas ao longo do caminho.

À dona Alzira Felícia da Conceição, minha mãe, pessoa de sabedoria ímpar, que me transmitiu o valor do trabalho, da honestidade, da humildade, do amor, além de cuidar sempre de mim e dos meus filhos para que eu pudesse chegar cada vez mais longe. Sem minha amada mãe, suas orações, sua proteção, nenhum dos meus sonhos teriam se tornado realidade.

À Rosangela Dias Oliveira da Paz, minha orientadora, que me acolheu afetuosamente, iluminando o caminho para que eu enxergasse a realidade objetiva do campo de pesquisa, que soube ser paciente e incentivadora.

À Dra. Laisa Di Maio Campos Toledo, mestra, amiga e a pessoa a quem devo especialmente o ingresso no mestrado, pois acreditou em mim. Ao longo de uma década tem sido uma amiga querida e um anjo da guarda. As palavras não são suficientes para descrever o meu carinho, gratidão e admiração.

À Profa. Dra. Maria Lucia Martinelli, por ter aceitado compor a banca; pela generosidade, humanidade, sabedoria, posicionamento ético e principalmente pelo carinho e respeito com os quais me ensinou e inspirou.

À mestra Adélia Conceição de Oliveira, que além de irmã é um grande exemplo de mulher, mãe, amiga e que está sempre ao meu lado nas horas difíceis, me incentivando e amparando para que eu não caia a cada tropeço.

À Profa. Dra. Luzia Baierl, que generosamente aceitou compor a banca de qualificação e fez relevantes contribuições para os ajustes do caminho teórico.

Ao querido amigo Agnaldo Alves, que no último momento surgiu como um anjo e muito generosamente aceitou o desafio de fazer a revisão.

À Secretária Municipal de Políticas para Mulheres Denise Mota Dau; a Maria Rodrigues Nagy e Rosana Ap. Thomaz da Silv,a pela confiança depositada em mim ao autorizarem a realização da pesquisa.

Ao namorado: Celso Berne Junior, pela companhia, cuidado e carinho.

Agradeço especialmente às mulheres que aceitaram revirar suas feridas, confiaram em mim, fornecendo as entrevistas e compartilhando generosamente suas histórias e lutas. A elas, minha admiração e respeito.

Aos meus irmãos e demais familiares, pelo apoio em todos os aspectos. Especialmente ao meu irmão Abelito e à minha cunhada Glécia, pelas grandes contribuições com as entrevistas.

A toda equipe da Casa Brasilândia, pela acolhida, pelo apoio, incentivo e por terem contribuído para a realização da pesquisa. Especialmente a assistente social Carla Carvalho, que se tornou, além de tudo, uma grande amiga.

Aos colegas de trabalho do Serviço Social do Hospital Universitário, pela acolhida e pela leveza. Especialmente às assistentes sociais Susana Wurtzel Tannous, que contribuiu com a edição; Nancy, Fernanda Moura e Thais Berberian, que sempre estiveram dispostas a me ouvir, incentivar e apoiar.

Aos colegas de trabalho da Subprefeitura da Lapa, pela compreensão, apoio, incentivo e pela generosidade. Especialmente os Srs. André Costa e Raimundo Ximendes, que foram tolerantes e incentivadores.

Às professoras e alunos do Serviço Social da PUC/SP, pela acolhida, carinho, incentivo, troca de conhecimentos e aprendizagem. Especialmente as amigas que vieram de presente junto com o mestrado: Cecília Quitombe, Telma Calsavara e Adriana Negrão.

Aos queridos amigos: Carlos Baruel, Yuji Izumi, Rodrigo Brasil, Simão Samba e Eduardo Rossato, pelo carinho, incentivo, companheirismo e amizade. Especialmente ao Silvio Kogi Yoshida, pelo amor e patrocínio.

Às minhas amigas: Flavia Brito, Tatiana Izumi, Nelly, Lenise, Ariana, Fátima, Magda, Marcia, Kelly, Valquiria, Michele, Pamela, Taynara e Mariana, pelos momentos de leveza e pela companhia durante minhas perdas e conquistas.

E por fim, agradeço também ao PROEX por viabilizar, por meio da bolsa, as condições para a realização deste estudo.

RESUMO

Esta pesquisa tem por foco o estudo das determinações postas na situação de violência de gênero para compreender o processo de abrigamento e desabrigamento das mulheres em situação de risco e ameaça de morte atendidas pelo Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia. A violência contra a mulher é considerada uma das expressões da questão social, objeto de trabalho dos assistentes sociais, está presente na sociedade brasileira e no mundo, nas suas diferentes modalidades e dimensões, e expressa números considerados alarmantes. O encaminhamento para as Casas-abrigo se apresenta como uma medida extrema, necessária para a integridade física e psicológica da mulher nas situações em que se encontra ameaçada e exposta a risco iminente de morte, e não existem alternativas possíveis para mantê-las afastadas do autor da agressão e/ou ameaça. A pesquisa em fontes teóricas incidiu nas categorias: relações de gênero, movimento feminista, violência doméstica contra a mulher, violência de gênero e mulheres abrigadas. A pesquisa bibliográfica consistiu na busca de dados acerca da violência doméstica em fontes eletrônicas, assim como livros, revistas, jornais, artigos científicos e pesquisas quantitativas. A pesquisa empírica, de natureza qualitativa, recaiu no estudo de 72 prontuários de mulheres atendidas pelo CRM e encaminhadas às casas-abrigo no período de 2011 a 2014. Além da pesquisa documental, entrevistamos duas mulheres para que pudessem falar por si mesmas sobre a vivência do processo de abrigamento e desabrigamento, buscando compreender os significados que elas atribuíram ao vivido. Foram entrevistadas, também, uma assistente social e uma psicóloga (coordenadora), da equipe técnica do Centro Referência da Mulher Casa Brasilândia, com o objetivo de conhecer qual o entendimento que estas profissionais têm acerca do processo de abrigamento e desabrigamento de mulheres vítimas de violência e ameaçadas de morte. No processo de abrigamento e desabrigamento, pudemos localizar três momentos: 1. o abrigamento, quando analisamos os motivos que levaram ao abrigamento e a decisão de ingressar no abrigo; 2. a permanência no abrigo, quando se evidenciaram as dificuldades de observância das regras e a convivência interpessoal dentro do abrigo; 3. o desabrigamento, com foco nos motivos do desabrigamento, analisando os riscos e possibilidades postas nessa situação em relação à garantia da integridade física e emocional dessas mulheres. Concluímos que, apesar dos avanços em relação ao marco legal e serviços de atenção à violência doméstica contra a mulher, ainda perdura a omissão do Estado, na medida em que esta expressão da questão social ainda não é percebida como questão de caráter público, que exige estratégias de enfrentamento também públicas.

Palavras-chave: violência de gênero; violência doméstica; mulheres abrigadas; casa-abrigo.

ABSTRACT

This research aims to study the determinations of gender-based violence with the goal to understand the process of institutionalization and deinstitutionalization of women at risk and threat of death who were attended at the Woman's Reference Center (WRC) called Casa Brasilândia. Violence against women is a social question which is the work's object of social workers, and is present in Brazilian society as well as in the world's in its various forms, dimensions and expresses shocking data. The referral to the shelters is offered as an extreme option used to ensure the physical and psychological integrity of women exposed to imminent risk of death and when there are no other possibilities to keep them away of the author's aggression or threat. The theoretical research was based on the categories: gender-based relations, women's movement, domestic violence against women, gender-based violence and institutionalized women. The literature was focused in finding information about domestic violence in electronic sources, as well as in books, magazines, newspapers, journal articles, and quantitative research. The empirical research, which was also qualitative, discovered 72 records of women assisted by WRC and who were sent to shelters from 2011 to 2014. Beyond the documentary research, we interviewed two women so they could speak for themselves about the experience of the being in and out of the shelter. Throughout these two interviews we could understand the meanings that the women attributed to their own experience. We interviewed, also, a social worker and a psychologist (coordinator), both from the technical team of the WRC Casa Brasilândia in order to know what was their comprehension about the process of institutionalization and deinstitutionalization of women who suffered violence and were threatened of death. In the process of institutionalization and deinstitutionalization we could find three stages: 1. the institutionalization, when we analyzed the reasons that led to this decision; 2. the permanence in the shelter and all the difficulties related to rule's compliance and interpersonal cohabitation; 3. the deinstitutionalization, trying to understand the reasons for this, analyzing the risks and possibilities about the physical and emotional integrity of these women. In conclusion, despite of the progress related to the legal protection and organized services, we still face a negligent State and a lack of resources to fight against gender-based violence. This kind of violence is not understood as part of a major situation of violence and as part of the social question which requires public politics to solve.

Keywords: Gender-based violence; Domestic violence; Institutionalized women; Shelter.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Número de mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia no período de 2011 a 2014.

Tabela 2

Número de mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia e encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 3

Órgãos responsáveis pelo encaminhamento das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 4

Profissional responsável pelo acolhimento/entrevista na chegada das mulheres ao CRM Casa Brasilândia no período de 2011 a 2014.

Tabela 5

Faixa etária das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 6

Escolaridade das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 7

Cor das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 8

Ocupação das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 9

Renda das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 10

Número de filhos das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 11

Situação de moradia das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tabela 12

Número de mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo que recebiam benefício social no período de 2011 a 2014.

Tabela 13

Religião das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento no período de 2011 a 2014.

Tabela 14

Estado civil das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento no período de 2011 a 2014.

Tabela 15

Faixa etária dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 16

Escolaridade dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 17

Cor dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 18

Renda dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 19

Religião dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 20

Estado civil dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 21

Consumo de álcool e drogas dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 22

Antecedentes criminais dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 23

Tipo de violência sofrida pelas mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento no período de 2011 a 2014.

Tabela 24

Relacionamento das mulheres com os autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Tabela 25

Tempo de submissão das mulheres às agressões no período de 2011 a 2014

LISTA DE SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AMA – Assistência Médica Ambulatorial

BO – Boletim de Ocorrência

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPSAD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CCM – Centro de Cidadania da Mulher

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

COPOM – Central de Operações Policiais Militares

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRM – Centro de Referência da Mulher

CT – Conselho Tutelar

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

DEAMs – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

DP – Delegacia de Polícia

DST – Doença Sexualmente Transmissível

HIV – Human Immunodeficiency Virus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML – Instituto Médico-Legal

ONG – Organização Não-Governamental

PM – Polícia Militar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RG – Registro Geral

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SESC – Serviço Social do Comércio

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMPM – Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres

SMV – Salário Mínimo Vigente

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

UBS – Unidade Básica de Saúde

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CONCEITOS, CENÁRIO BRASILEIRO E O SERVIÇO SOCIAL	29
1.1. A violência contra a mulher e as tensões no campo teórico	29
1.1.1. A violência contra a mulher como decorrência da violência estrutural	29
1.1.2. Corrente da dominação masculina	32
1.1.3. Corrente da dominação patriarcal.....	38
1.1.4. Corrente relacional	44
1.2. O cenário da violência contra a mulher no Brasil, demandas e conquistas....	47
1.2.1. A naturalização da violência doméstica.....	47
1.2.2 A publicização da violência doméstica.....	49
1.2.3 As conquistas do movimento feminista e de mulheres: avanços legais e serviços públicos	51
1.2.4. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência	58
1.3. O Serviço Social e a questão da violência contra a mulher	62
CAPÍTULO II - CENTRO DE REFERÊNCIA CASA BRASILÂNDIA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	75
2.1 Acolhimento institucional	75
2.2.1 A demanda atendida pelo CRM Casa Brasilândia e encaminhada aos abrigos.....	75
2.2.2 Origem dos encaminhamentos ao CRM Casa Brasilândia.....	78
2.2.3 Perfil das mulheres encaminhadas pelo CRM para o abrigo	80
2.2.4. Perfil do autor da agressão.....	88
2.2. Os antecedentes ao abrigamento	92
2.2.1 A violência institucionalizada	92
2.2.2. Tipos de violência.....	93
2.2.3. Relação com o autor da agressão.....	96

2.2.4. Tempo de submissão às agressões	96
2.2.5. Situações de violência no cotidiano	103
CAPÍTULO III - O PROCESSO DE ABRIGAMENTO E DESABRIGAMENTO	113
3.1. A decisão de ir para o abrigo	113
3.2. A permanência no abrigo	124
3.3 Motivos para o desabrigo	129
3.3.1 Privação da liberdade	129
3.3.2 Dificuldades de sobrevivência	132
3.3.3 Quebra das regras de permanência no abrigo	138
3.3.4 Resgate da relação conjugal com o agressor	144
3.3.5 Resgate da família pensada pela culpa e arrependimento.....	150
3.3.6 Resgate das perdas	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS	161
ANEXO 1 - SÍNTESES DOS DADOS QUALITATIVOS DOS PRONTUÁRIOS	171
ANEXO 2 - MAPA DO LOCAL DE MORADIA DAS MULHERES ABRIGADAS	188
ANEXO 3 - ROTEIROS DE ENTREVISTA	189
ANEXO 4 - MODELO DA FICHA DE ATENDIMENTO	190
ANEXO 5 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	198
ANEXO 6 - TABELA COM O TEMPO DE PERMANÊNCIA DAS MULHERES NAS CASAS-ABRIGO	199

INTRODUÇÃO

O próprio interesse pela temática já revela um compromisso político-ideológico com ela. Na verdade a história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômeno denominado *sincronicidade* por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele (SAFFIOTI, 2004, p. 43).

O interesse em estudar a violência surgiu desde a graduação em Serviço Social¹, quando da participação no Núcleo de Violência e Justiça². Na proposta do Núcleo de elaboração de um Diário de Campo a partir do treinamento do olhar para perceber, observar e relatar a violência cotidiana surgiu a paixão pelo tema da violência. Foram muitos casos relatados, casos que antes eram percebidos como “normais”, “naturais”, “corriqueiros”, “banais” e que após as discussões e as leituras de diferentes textos foram perdendo a máscara, sendo desvelados e revelados na sua real face marcada pela violência.

Ao iniciar a prática de estágio, a temática se manteve presente. O estágio foi realizado no ano de 2007, no Centro de Referência da Mulher – Casa Brasilândia. Esteve presente também na pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Quando o Culpado é Vítima: um estudo acerca da violência doméstica de pais contra filhos”.

O início da trajetória como assistente social não foi diferente. A atuação profissional iniciou-se em janeiro de 2009, no LAC Travessia³, voltada para o atendimento de mulheres abrigadas por motivo de situação de rua ou de violência doméstica.

No ano de 2013, de volta à Casa Brasilândia, atuando como assistente social, em consonância com a proposta de trabalho desenvolvida pela Casa, o

¹ Cursado no período de 2005 a 2009, na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² Coordenado pela professora Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira.

³ Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Rua ou de Violência Doméstica: LAC Travessia – Lar do Alvorecer Cristão, vinculado à SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, fechado em 07/2013.

interesse em continuar pesquisando sobre o tema da violência se manteve, agora com foco na questão da violência doméstica contra a mulher.

Do mesmo modo como ocorreu na graduação, persistiu o desejo em estudar a violência na perspectiva de escutar e conhecer o autor da agressão, para entender as motivações e determinações da violência, considerando a visão de que a busca pela ruptura de relações violentas requer o interesse no auxílio tanto às pessoas em situação de violência quanto aos autores da agressão, pois ambos precisam passar por processos de mudanças de comportamento para que haja efetiva mudança na relação.

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo esta algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi, mantendo seus *habitus*, a relação pode inclusive, tornar-se ainda mais violenta (SAFFIOTI, 2004, p. 68).

Contudo, a perspectiva de conhecer o autor da agressão não será adotada neste trabalho, devido ao respeito à linha de atuação da Casa Brasilândia, que tem como princípio a recusa intransigente da prestação de quaisquer tipos de atendimentos ao autor da agressão, resguardando-se à atuação exclusivamente com as vítimas.

A violência contra a mulher está presente na sociedade brasileira e no mundo, nas suas diferentes modalidades e dimensões, e expressa números alarmantes. É considerada uma das expressões da questão social, objeto de trabalho dos assistentes sociais, compreendida também como um problema de saúde pública.

No cotidiano da prática profissional no Centro de Referência da Mulher – CRM – Casa Brasilândia, no convívio diário com a violência doméstica contra a mulher, alguns questionamentos foram surgindo.

O Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia, onde o presente estudo foi realizado, consiste em um serviço público da Prefeitura de São Paulo, vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, fundado em novembro de 2003, situado na região do extremo norte do município de São Paulo, tendo como público-alvo mulheres em situação de violência. Tem como objetivo prestar atendimento público psicossocial e jurídico às mulheres

maiores de 18 anos em situação de violência doméstica, que buscam espontaneamente a casa ou que são encaminhadas por outros serviços.

De acordo com a definição de Silveira (2006), os centros de referência constituem-se em núcleos de atendimento multiprofissional, inspirados nos SOS da década de 1980. Ocupam na rede de atendimento o espaço de promoção de “escuta” da violência contra a mulher, de forma integral, além de realizar as orientações e os encaminhamentos necessários. Em geral, oferecem atendimento psicológico, social e jurídico; em alguns casos, contam com outros profissionais (terapeutas ocupacionais e pedagogos). Os atendimentos são individuais ou em grupo. O trabalho desenvolvido pelo centro de referência tem um caráter processual, ou seja, de intervir no “ciclo da violência”, em que estão aprisionadas grande parte das mulheres nessa situação.

No Centro de Referência da Mulher, o atendimento é interdisciplinar e tem como proposta oferecer assistência psicossocial e jurídica à mulher em situação de violência doméstica ou familiar, por meio de acolhida, escuta ativa, esclarecimentos e orientações sobre a Lei Maria da Penha (11.340/2006), apoio para o registro do Boletim de Ocorrência, encaminhamento para os serviços da rede de recursos voltados à efetivação dos direitos das mulheres e que ofereçam o suporte para que a mulher possa criar condições de romper com a situação de violência. Dentre os serviços para os quais as mulheres são encaminhadas estão as Casas-Abrigo.

O encaminhamento para as Casas-Abrigo se apresenta nas situações em que a mulher que sofreu violência encontra-se ameaçada e exposta a risco iminente de morte e não existem alternativas possíveis para mantê-la afastada do autor da agressão e/ou ameaça. O abrigamento é uma medida extrema, necessária para a integridade física e psicológica dessas mulheres.

Na prática observávamos que algumas mulheres encaminhadas para abrigamento deixavam a Casa-abrigo antes de iniciado o processo judicial e antes da concessão das medidas protetivas de urgência. A partir do senso comum, considerávamos a possibilidade destas retornarem a conviver com o autor da agressão por não se adaptarem às condições do abrigamento, devido às condições de infraestrutura e regras do abrigo, tensões relativas ao convívio com as demais mulheres e crianças abrigadas, entre outros.

Além dos motivos acima expostos, observamos que existiam outros ainda mais complexos, que podiam estar relacionados às dimensões subjetivas e sociais da violência e que possivelmente implicavam no fato de as mulheres abdicarem da decisão de se afastar do autor da agressão.

Em pesquisa realizada sobre esta temática, Prates (2007) sinalizava a escassez de dados sistematizados nesta área. Ao que parece, esta realidade não mudou, pois num primeiro levantamento bibliográfico realizado na biblioteca da PUC-SP foram encontrados apenas dois títulos que tratam da questão do abrigo de mulheres, sendo uma dissertação de mestrado e um livro.

No estudo em questão, o pressuposto é que o processo de abrigo e desabrigo envolve múltiplas determinações, tais como: contradições objetivas, como as condições de infraestrutura e ambiente de convívio dos abrigos; e subjetivas, como o sentimento de perda relacionada ao fato de a mulher ser apartada do seu local de origem, dos vínculos familiares, do emprego e da renda, entre outros.

Realizar o presente estudo sobre as mulheres que passaram pelas Casas-Abrigo, ou seja, por abrigo, é de extrema relevância para maior compreensão da questão e disseminação das estratégias de enfrentamento da violência no âmbito das políticas públicas.

A relevância em estudar a violência contra a mulher perpassa pela constatação de que a violência tem feito parte das diversas sociedades, permeando as relações humanas ao longo da história e tem sido objeto de estudo de muitos autores, que buscam defini-la, compreendê-la e conhecer suas causas.

A justificativa do estudo consiste também no fato de que a violência contra a mulher persiste crescendo à revelia dos avanços no seu enfrentamento, e de estudos na área. Estatísticas (WASELFISZ⁴, 2012; DataSenado, 2013 e IPEA, 2014) demonstram que diária e incessantemente as mulheres continuam sendo alvo de múltiplas violações dos seus direitos, inclusive do direito à vida,

⁴ O Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil, de autoria de Julio J. Waiselfisz, é fruto da iniciativa do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e teve como objetivo divulgar uma atualização do mapa publicado no início de maio de 2012. A fonte básica para a análise dos homicídios foi o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS).

como expressa o aumento do *feminicídio*⁵. Conforme estes dados, em 2009 o país que ocupou o primeiro lugar no *ranking* mundial de violência fatal contra a mulher (maior índice de homicídio feminino ou *femicídio*) é El Salvador.

O Brasil ocupa a sétima posição na incidência de homicídios de mulheres, num *ranking* mundial de 84 países. No Brasil, entre 1980 e 2010, o assassinato de mulheres mais que triplicou. Nos trinta anos decorridos foram assassinadas 92 mil mulheres, destas 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, representando um aumento de 230%, de mulheres vítimas de assassinato no país (WASELFISZ, 2012). O estado de São Paulo está em penúltimo lugar na lista divulgada pelo CEBELA, ocupando a 26ª posição. O estado brasileiro com a maior concentração de *femicídio* é o Espírito Santo.

O estudo do CEBELA (WASELFISZ, 2012) revelou ainda que, dos diversos tipos de violências sofridas pelas mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a violência física é a preponderante, englobando 44,2% dos casos. A psicológica ou moral representa acima de 20%. Já a violência sexual é responsável por 12,2% dos atendimentos.

No Brasil, segundo os dados da pesquisa DataSenado (2013)⁶, 700 mil mulheres continuam sendo alvo de agressões, “aproximadamente uma em cada cinco brasileiras reconhece já ter sido vítima de violência doméstica ou familiar provocada por um homem”, 31% continuam convivendo com o agressor, o principal agressor é o marido ou companheiro (65%), o principal motivo é o ciúme (28%).

Inúmeros estudos vêm apontando para a importância de focar a violência contra a mulher dada a sua complexidade. Podemos recortar o tema sob ângulos diferenciados e, sendo assim, reforçamos a perspectiva de analisar neste estudo a violência contra as mulheres a partir das mulheres

⁵ “Comumente, os termos ‘feminicídio’ e ‘femicídio’ são usados como sinônimos para a morte de mulheres em razão de seu sexo. No entanto, há uma grande discussão, tanto teórica quanto de ativistas de movimentos de mulheres e movimentos feministas, quanto à utilização indiscriminada do termo”. Definição extraída da Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Feminic%C3%ADdio>>. Acesso em: 27 de dez, 2014.

⁶ “As pesquisas do DataSenado são feitas por meio de amostragem com entrevistas telefônicas. Para a pesquisa sobre violência doméstica e familiar, realizada a cada dois anos, a população considerada é a de mulheres com 16 anos ou mais, residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo. A pesquisa DataSenado realizou 1.248 entrevistas, no período de 18 de fevereiro a 4 de março de 2013, as quais foram distribuídas nas 27 Unidades da Federação (UF), mantendo a proporcionalidade da participação da população das UFs na população brasileira, considerando dados do IBGE de 2012”.

atendidas pelo Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia e encaminhadas para abrigo.

As questões que provocaram inquietações e foram norteadoras deste trabalho são:

- Quais os motivos que levaram as mulheres em situação de risco de morte ao abrigo?
- Quais as determinações postas no período da permanência no abrigo que impactam no desabrigo?
- Quais as motivações que culminaram no desabrigo?
- As mulheres em situação de risco de morte que foram encaminhadas para as Casas-Abrigo encontraram as condições necessárias para romper com a violência?

Definimos como objetivos geral e específicos do estudo:

- Analisar as determinações postas na situação de violência de gênero para compreender o processo de abrigo e desabrigo das mulheres em situação de risco e ameaça de morte.
- Analisar as questões teóricas vinculadas à violência de gênero.
- Analisar as demandas e conquistas do movimento feminista relativas às denúncias e as formas de enfrentamento da violência de gênero.
- Analisar as possibilidades de respostas do Serviço Social à violência contra a mulher como uma expressão da questão social.
- Analisar a demanda pelo acolhimento a partir do perfil das mulheres abrigadas e dos autores da violência.
- Analisar o processo de abrigo e desabrigo considerando o ciclo e a rota crítica da violência.

Com relação aos procedimentos metodológicos, adotamos a concepção de Minayo (2013), na qual a metodologia inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. A escolha metodológica busca articular o

problema de pesquisa com o método que o ilumina, utilizando-se respectivamente a abordagem qualitativa e quantitativa.

A combinação de métodos quantitativos e qualitativos tem sido adotada por alguns autores numa perspectiva de possibilidade de combinação dos dois métodos, assim, justifica-se a escolha da abordagem qualitativa e quantitativa como opção nesta pesquisa.

Minayo (2010, p. 63 e 76) defende que as abordagens qualitativas e quantitativas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto de pesquisa, “com o entendimento de que nos fenômenos sociais há possibilidade de se analisarem regularidades, frequências, mas também relações históricas, representações, pontos de vista e lógica interna dos sujeitos em ação”.

Martinelli (1999, p. 29) defende que a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação.

A escolha metodológica justifica-se pela compreensão de que a realidade social é a cena do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela e, portanto, os resultados da pesquisa são sempre uma aproximação da realidade social, não podendo ser reduzida a nenhum dado de pesquisa (MINAYO, 2013, p. 14).

Nessa direção, os procedimentos dessa pesquisa foram:

- Pesquisa em fontes teóricas: procurou-se focalizar as seguintes categorias: violência doméstica contra a mulher, violência de gênero, violência doméstica familiar, mulheres abrigadas, casa abrigo e relações de gênero.
- Pesquisa em fontes eletrônicas: consistiu na busca de dados acerca da violência física doméstica familiar em fontes eletrônicas, livros, revistas, jornais, artigos científicos e pesquisas quantitativas.
- Pesquisa documental de dados secundários: partindo da realidade onde as inquietações deste estudo se manifestaram, a pesquisa documental foi realizada em um Centro de Referência da Mulher (CRM) – Casa

Brasilândia, tendo como foco a violência contra a mulher perpetrada por um homem com quem ela tenha tido vínculo afetivo.

A pesquisa de dados secundários iniciou-se com o levantamento dos prontuários das mulheres atendidas pelo CRM Casa Brasilândia no período de 2011 a 2014. A primeira intenção era definir o período a partir da Lei Maria da Penha (2006), mas somente a partir de 2011 identificamos certa padronização nos registros.

No período em questão encontramos 967 prontuários de atendimento das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia. Cada prontuário é composto por uma ficha de atendimento, um breve relatório social e boletim de ocorrência. Do total desses, 72 mulheres foram encaminhadas para abrigo no período acima explicitado.

Consideramos importante ressaltar que a presente pesquisa não pretende fazer generalizações quantitativas, apenas trazer para reflexão e análise os dados relativos às mulheres encaminhadas para abrigo pelo CRM Casa Brasilândia.

Das 72 mulheres encaminhadas para abrigo, localizamos apenas 10 prontuários⁷ com o relatório de desabrigo. Organizamos os relatórios numa sequência cronológica, agrupando-os de acordo com o ano do atendimento, o abrigo e o técnico (psicólogo ou assistente social), que elaborou o relatório de atendimento. Os abrigos que receberam essas mulheres foram: Casa-abrigo Helenira Rezende (equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - SMPM), Casa de Passagem Helene Londahl e Fundação Comunidade da Graça (ONGs vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS).

Quanto à pesquisa de dados empíricos em fontes primárias:

No ano de 2012 foram localizados três relatórios de desabrigo. No ano de 2013 foram localizados cinco relatórios de desabrigo. No ano de 2014 foram localizados dois relatórios de desabrigo, totalizando dez relatórios, dos quais dois referem-se às mulheres que foram entrevistadas. Essas dez ao serem citadas nesta pesquisa receberam os nomes fictícios de:

⁷ Demos a essas dez mulheres os nomes fictícios de: Benedita, Teresa, Raquel, Catarina, Lúcia, Aparecida, Isabel, Madalena, Bárbara e Ana.

Benedita, Teresa, Catarina, Raquel, Lucia, Aparecida, Isabel, Madalena, Barbara e Ana para preservação de suas identidades.

Compreendendo que uma das características do método qualitativo consiste em partir da realidade dos sujeitos em busca dos significados que os mesmos atribuem às suas experiências, optamos por entrevistar mulheres que foram desabrigadas das Casas-Abrigo.

Criamos as condições para que as mulheres pesquisadas pudessem falar por si mesmas, escutando-as narrarem a vivência do abrigo e desabrigo, buscando compreender os significados que elas atribuíram ao processo vivido.

Não é apenas o investigador que tem capacidade de dar sentido ao seu trabalho intelectual. Todos os seres humanos, em geral, assim como grupos e sociedades específicas dão significado a suas ações e as suas construções (MINAYO, 2013, p. 13).

Inicialmente, pretendíamos selecionar uma mulher em cada ano respectivo ao abrigo, porém, no momento do contato constatamos a primeira dificuldade para localizar os sujeitos da pesquisa. Ao realizarmos os contatos telefônicos, meio utilizado para convidar as mulheres para participar das entrevistas, observamos que quanto mais tempo havia passado da saída do abrigo, maior a dificuldade para localizá-las. Muitos telefones já não existiam mais; outros eram telefones apenas para recado, onde atenderam familiares e amigos das mulheres que resumidamente nos informaram o seu destino após o desabrigo.

O critério de seleção inicialmente desenhado foi eliminado diante das dificuldades em conseguir localizar os sujeitos da pesquisa. Assim, optamos por concentrar a escolha nos casos de desabrigo de 2014 pela atualidade dos dados para contato. Considerando que a média aproximada de encaminhamentos para abrigo é de vinte casos ao ano, a escolha dos sujeitos de pesquisa foi aleatória e definida conforme os contatos telefônicos foram sendo efetivados, e as mulheres aceitando participar da pesquisa.

O critério de aceitação do convite para participar da pesquisa foi considerado fundamental para definição dos sujeitos, além dos requisitos preestabelecidos, ou seja, as mulheres terem sido atendidas na Casa

Brasilândia e passado pelo abrigo no ano de 2014. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas com duas mulheres das que conseguimos localizar, que haviam deixado o abrigo recentemente entre as que foram encaminhadas no ano de 2014, e aceitaram o convite para participar da pesquisa.

Como instrumento foi utilizado o roteiro de entrevista semiestruturada. Considerando o contexto como realidade dinâmica, a entrevista permitiu o contato direto da pesquisadora com os sujeitos pesquisados, buscando apreender os aspectos objetivos e subjetivos da realidade vivenciada pelas protagonistas da violência doméstica e familiar.

Foram entrevistados, também, os profissionais de cada área do conhecimento que compõem a equipe técnica do Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia, ou seja, uma assistente social e uma psicóloga (coordenadora), com o objetivo de conhecer qual o entendimento que estes profissionais têm acerca do processo de abrigo e desabrigo de mulheres vítimas de violência e ameaçadas de morte.

Na medida em que os sujeitos de pesquisa foram sendo contatados, agendaram-se as entrevistas, que ocorreram em sua maioria no CRM Casa Brasilândia. Uma das entrevistas, porém, foi realizada no domicílio da entrevistada, a usuária dos serviços do abrigo. Ao todo, portanto, foram feitas quatro entrevistas⁸.

As entrevistas foram gravadas com autorização das entrevistadas e, posteriormente, transcritas. Durante a transcrição, foram mantidos os traços da modalidade oral, conservando-se sempre que possível as expressões das entrevistadas. No entanto, o conteúdo foi brevemente editado, sem alterar o sentido. Algumas concordâncias foram corrigidas com a finalidade de captar o conteúdo dos relatos conforme foram feitos e visando torná-los mais

⁸ A pesquisadora apresentou a cada entrevistada o tema do estudo, a metodologia, o objetivo e comprometeu-se a manter o sigilo e anonimato dos sujeitos participantes, sem expô-los ou submetê-los a situações vexatórias, de riscos ou prejuízos de quaisquer ordens, garantindo seus direitos fundamentais quanto à informação, privacidade, recusa inócu, desistência, acesso ao pesquisador, etc. Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

compreensíveis para os leitores, bem como alguns vícios de linguagem, quando excessivamente repetitivos, foram cortados.

Em relação à sistematização dos dados:

Inicialmente trabalhamos com os 72 prontuários das mulheres em situação de violência e sob risco iminente de morte encaminhadas para abrigo, através do CRM Casa Brasília. A leitura e análise dos mesmos permitiu a elaboração de planilhas que ajudaram a sistematizar os dados necessários para traçar a demanda e o perfil das mulheres encaminhadas para as Casas-Abrigo e dos respectivos agressores, tais como: idade, cor, naturalidade, escolaridade, situação de emprego e renda, histórico de violência, religião e o tipo de violência sofrida, incluindo número de telefone para contato.

Em um segundo momento, sistematizamos as informações constantes nos dez prontuários (anexo 1) e percebemos que elas não eram comuns pela falta de padronização dos registros dos atendimentos. Ou seja, alguns prontuários tinham uma cópia do boletim de ocorrência, outros não; alguns relatórios sociais e psicológicos eram extensos, narrando o histórico de violência, os motivos da agressão sofrida, outros sucintos e pouco reveladores. Apesar das discrepâncias, categorizamos qualitativamente as informações dos prontuários e os dados coletados nas entrevistas focando no processo de abrigo e desabrigo.

No processo de abrigo e desabrigo pudemos localizar três momentos:

- O abrigo. Analisamos os motivos que levaram ao abrigo e a decisão de ingressar no abrigo
- A permanência no abrigo. A partir dos relatórios de atendimento pudemos levantar os dados relativos às dificuldades de observância das regras e a convivência interpessoal dentro do abrigo.
- O desabrigo. Categorizamos os motivos do desabrigo procurando analisar os riscos e possibilidades postas nessa situação em relação à garantia da integridade física e emocional dessas mulheres.

Nos três momentos os dados foram analisados com base no referencial teórico e estatísticos encontrados em pesquisas acerca da violência contra a mulher e organizados da seguinte forma:

CAPÍTULO I – Violência contra a mulher: conceitos, o cenário brasileiro e o Serviço Social. Quanto aos conceitos, analisamos as principais correntes acerca de gênero, com base na produção teórica de Chauí e Saffioti na perspectiva de compreender as determinações sócio-históricas implicadas na produção e reprodução da situação de violência doméstica de gênero. No que diz respeito ao cenário, identificamos, inicialmente, a demanda e a visibilidade da violência doméstica com base nos dados de pesquisas quantitativa e a partir de um breve histórico do movimento feminista e de mulheres; analisamos as estratégias de luta contra a violência doméstica e as principais conquistas no que diz respeito ao marco legal e as políticas públicas, com destaque para os serviços de atenção e proteção das mulheres em situação de risco e ameaça de morte. Em relação ao Serviço Social, analisamos as possibilidades da profissão no enfrentamento dessa demanda, entendendo a violência contra a mulher como uma das expressões da questão social.

CAPÍTULO II – Centro de Referência Casa Brasilândia e o acolhimento institucional. Neste capítulo analisamos as condições e o perfil das mulheres que buscam o abrigo, com base nos dados sistematizados na pesquisa em fontes secundárias. A partir da chegada das mulheres no CRM, analisamos os dados vinculados à situação de classe social e às formas e motivos do abrigo, com foco no histórico da violência, aqui compreendido como: o tipo de violência, o autor da agressão, tempo de submissão às agressões, a convivência com o autor da agressão, os motivos desencadeadores da violência e a dinâmica familiar.

CAPÍTULO III – O processo de abrigo e desabrigo. Neste capítulo analisamos as questões implicadas nos três momentos do processo de abrigo.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** retomamos as indagações que motivaram este estudo e traçamos algumas ideias e reflexões a respeito do tema em questão.

Nos **ANEXOS** constam as sínteses elaboradas a partir dos dados qualitativos dos prontuários; o mapa da moradia das mulheres abrigadas; os roteiros de entrevista; o modelo da ficha de atendimento utilizada na coleta dos dados; o termo de consentimento livre e esclarecido e a tabela com o tempo de permanência das mulheres nas casas-abrigo.

Esperamos com este trabalho contribuir para fomentar o debate e reflexão acerca da violência contra a mulher, principalmente no tocante ao processo de abrigamento e desabrigamento de mulheres em situação de ameaça e risco de morte.

Acreditamos que a realização de pesquisas, reflexões e indagações acerca da violência contra a mulher seja uma das formas de enfrentamento e contribuições para um novo olhar sobre esta expressão da questão social tão arraigada na sociedade brasileira.

CAPÍTULO I - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CONCEITOS, CENÁRIO BRASILEIRO E O SERVIÇO SOCIAL

1.1. A violência contra a mulher e as tensões no campo teórico

O campo teórico na abordagem da questão da violência contra a mulher tem sido palco de tensões conceituais, posicionamentos teóricos distintos que nos levam a supor que diferentes autores assumem diferentes posicionamentos ético-político-ideológicos, ou seja, não é um campo ideologicamente livre das influências do contexto em que estamos inseridos, mas, ao contrário, está permeado de posicionamentos que refletem as tensões da sociedade como um todo.

A violência tem sido apontada por muitos autores como sendo de difícil conceituação, por sua multidimensionalidade, multicausalidade e complexidade, pois existem diversas formas de violência, envolvendo diferentes sujeitos e situações.

Além disso, o que hoje é considerado violento numa sociedade, nem sempre foi visto desta maneira. Existe uma variação daquilo que a sociedade entende como violento de acordo com a cultura, com o momento histórico, com os valores sociais. O que é ou não violento está relacionado com a ética (concepção de homem e de mundo), com os valores, com a compreensão de justiça, de direito e de liberdade de cada sociedade.

1.1.1. A violência contra a mulher como decorrência da violência estrutural

Em busca de compreender a complexa rede que envolve as situações de violência contra a mulher, inserida na sociedade capitalista, apresentando-se como uma das expressões da questão social e, portanto, objeto da intervenção do assistente social, é importante discorrer sobre as dimensões estruturais e políticas da violência.

No que se refere à invisibilidade da violência, existe um tipo de violência estrutural, expressa nas desigualdades sociais, que nem sempre é reconhecida como violência. Oliveira e Pavez (2012, p. 84) acreditam que na sociedade está

presente o que as autoras denominam de “homicídio branco” definido como mortes desencadeadas pela desigualdade social, que atinge a população pobre “em forma de fome, falta de moradia, de trabalho, de educação, de saúde, que perpetuam relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural”.

Rocha (2007, P. 13) defende que:

A violência, decorrente das relações de classe, de gênero e étnico-raciais, é estrutural, constitutiva dos sistemas de dominação e exploração, e sua utilização é um dos mecanismos também empregados para conservar relações de poder.

A violência pode ser invisível ou visível, pode causar comoção ou ser naturalizada, pode ser inclusive banalizada – há diversos tipos de violência que não são percebidos como tal e tornam-se fatos corriqueiros da vida cotidiana (ALMENDRA; BAIERL, 2012).

Considerando a violência contra a mulher inserida na luta de classes e consequentemente expressão da violência estrutural, perpassando pelo regime de propriedade privada e a estrutura social hierárquica produtora e reprodutora de desigualdades que caracteriza a sociedade brasileira – “compreendida numa perspectiva dialética, a partir de suas condições concretas de existência – a violência tem um “lugar” no bojo das contradições sociais, e não é, como pensa o eticismo abstrato, uma degeneração do “verdadeiro ser humano”, mas sim um modo específico de afirmação do indivíduo sob a vigência de determinadas formas de sociabilidade” (FRAGA, 2012, p. 46).

Esse autor posiciona-se contrariamente ao que ele denomina de “neopragmatismo reinante” que tende a prescrever comportamentos morais aos homens e a defender uma maior repressão.

A crítica consequente da violência é também a crítica que impugna uma sociedade que precisa de violência, isto é, onde a violência é uma forma de reconhecimento (alienado/estranhado), dado o impedimento de formas de reconhecimento emancipadas (FRAGA, 2012, p. 56).

Há que se discutir como tal estrutura social que carrega consigo os valores acima expressos influencia, determina ou contribui para a legitimação de determinadas formas de violência.

Almendra e Baierl (2012) afirmam que estudar a violência implica estudar e pensar a sociedade, argumentando que a violência deixou de ser um fato exclusivamente policial, passando a afetar a sociedade como um todo, sendo suas causas e motivações elementos que constituem o exercício da cidadania.

Evidencia-se, a partir do entendimento dessas autoras, que na sociedade capitalista – estruturada na divisão social de classes – a questão da violência contra a mulher perpassa historicamente pela ordem social dominante, que tem seus valores ancorados no sistema de dominação e exploração – onde a classe social detentora dos meios de produção exerce domínio sobre a classe social que vive do trabalho.

Segundo Marx, a condição da mulher, no que tange a ideologia que a mantém subordinada ao homem, está relacionada ao sistema de produção capitalista que é produtor e reproduzidor das desigualdades sociais. Referindo-se ao lugar que a mulher tem ocupado neste modelo de sociedade, o autor diz o seguinte:

Não sendo a sua inferioridade legal outra coisa senão reflexo da servidão econômica particular de que é vítima, a sua igualdade civil e política não se poderá conseguir eficazmente se não se alcança a emancipação econômica, pela qual, tanto para ela como para o homem, se acha subordinada ao desaparecimento de todas as servidões (MARX, 2010, p. 29).

Marx evidencia também que, ante a produção, a mulher foi posta ao nível do homem ao ser arrancada do lar e lançada na fábrica, no entanto, seu trabalho, ainda que em qualidade e quantidade iguais, é menos retribuído que o do homem. Portanto, a mulher necessita emancipar-se para ser dona de si própria e alcançar também a igualdade social e política. Esse autor defende que o caminho para a emancipação feminina é a supressão da propriedade privada.

A única transformação que se deve propor é a transformação do regime da propriedade, qualquer que seja o ponto de vista sob que se considere a questão, religiosa, moral, política ou econômica (MARX, 2010, p. 34).

Tavares (2011, p. 9) aponta que apesar de importantes avanços, as mulheres brasileiras, especialmente as mais pobres, rurais, negras e indígenas, continuam a experimentar exclusão social e violência. Que o Estado Brasileiro não conseguiu melhorar a situação da maioria das mulheres e que permanece o desafio de superar as práticas naturalizadas que tradicionalmente imputam às mulheres o papel de subordinação em relação aos homens. Para a autora, apesar dos avanços legais, “um longo caminho ainda separa a lei da realidade”.

1.1.2. Corrente da dominação masculina

Santos e Izumino (2005) afirmam que a literatura sobre violência contra a mulher tem início no começo dos anos 1980, configurando-se a principal temática dos estudos feministas do Brasil e que foram identificadas três diferentes correntes teóricas na abordagem do tema que vieram a se constituir como referência: “dominação masculina”, “dominação patriarcal” e “relacional”.

As autoras denominam a primeira corrente teórica de *dominação masculina*: e afirmam que esta corrente define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina.

A principal representante da teoria da dominação masculina apontada pelas autoras é Marilena Chauí (1985), com o artigo intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”, no qual as autoras entendem que Chauí concebe violência contra as mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres, definindo violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”. Para as autoras, seguindo essa concepção, a violência contra as mulheres resulta de uma ideologia que

define a condição “feminina” como inferior à condição “masculina”. As diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas por meio de discursos masculinos sobre a mulher, os quais incidem especificamente sobre o corpo da mulher.

Para Chauí (1985, p. 35) a violência é:

Uma realização determinada das relações de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Consideramos haver diferença entre relação de força e a de violência (ainda que esta seja uma realização particular daquela). A pura relação de força visa, em última instância, a aniquilar-se como relação pela destruição de uma das partes. A violência, pelo contrário, visa manter a relação mantendo as partes presentes uma para a outra, porém uma delas anulada em sua diferença e submetida à vontade e à ação da outra. A força deseja a morte ou supressão imediata do outro. A violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido pela desigualdade. Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe como tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam.

Para Schilling (2000), a conceituação de violência definida por Chauí é ampla e moderna, pois incorpora como violência, indo além da violência física, a violência psíquica contra alguém. Ações que comportam humilhação, vergonha, discriminação, são consideradas hoje condutas violentas. Além da violência interpessoal ou intersubjetiva, incorpora a violência social, supondo toda a dimensão estrutural da violência, própria da sociedade: podemos, portanto, falar da violência da ameaça do desemprego, da violência da fome e da miséria, da exclusão.

Chauí (1985, apud SANTOS; IZUMINO, p. 35) considera a violência sob dois outros ângulos:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como

coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Chauí (1985, apud SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 3) defende que:

[...] ao considerá-los discursos masculinos, o que queremos simplesmente notar é que se trata de um discurso que não só fala de “fora” sobre as mulheres, mas, sobretudo que se trata de uma *fala* cuja condição de possibilidade é o *silêncio* das mulheres.

Tais discursos masculinos não se contrapõem a discursos “femininos”, já que são produzidos e proferidos tanto por homens quanto por mulheres. O discurso masculino sobre o corpo feminino define a feminilidade a partir da capacidade da mulher reproduzir. Naturaliza, assim, a condição “feminina” que se expressa na maternidade, base para a diferenciação social entre os papéis femininos e masculinos, papéis esses que se convertem em desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres. As autoras afirmam que para Chauí (1985, apud SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 4):

[...] definida como esposa, mãe e filha (ao contrário dos homens para os quais ser marido, pai e filho é algo que acontece apenas), [as mulheres] são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros.

Assim, ao contrário do sujeito masculino, o sujeito feminino é um ser “dependente”, destituído de liberdade para pensar, querer, sentir e agir autonomamente. Segundo Santos e Izumino (2005), a hipótese com a qual Chauí trabalha é a de que “as mulheres, tendo sido convertidas heteronomamente em sujeitos, farão de sua “subjetividade” um instrumento de violência sobre outras mulheres” e que as mulheres são “cúmplices” da violência que recebem e que praticam, mas sua cumplicidade não se baseia em uma escolha ou vontade, já que a subjetividade feminina é destituída de autonomia. As mulheres são “cúmplices” da violência e contribuem para a reprodução de sua “dependência” porque são “instrumentos” da dominação masculina.

Chauí (2011) afirma que a sociedade brasileira é violenta em sua estrutura e que a violência contra a mulher é resultado da transformação de

diferenças em desigualdades com fins de dominação e coisificação do outro, refletindo relações do poder de mando e obediência.

Chauí aponta que no Brasil existe um poderoso mito fundador que embasa e fabrica a ideologia de um povo generoso, manso, solidário, alegre, pacífico e não violento, de tal forma que:

(...) a mitologia e os procedimentos ideológicos fazem com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida, e, por não ser percebida, é naturalizada e essa naturalização conserva a mitologia da não violência (CHAUÍ, 2011, p. 349).

Segundo Chauí, a função do mito fundador é mascarar a origem da violência, fazendo parecer que a violência é superficial e esporádica, contribuindo para que as desigualdades econômicas, sociais, culturais, o machismo, entre outras, não sejam percebidas como formas de violência. Enquanto, na realidade, a autora afirma que o lugar efetivo de produção da violência é a estrutura da sociedade brasileira. A estrutura social brasileira que por sua vez é marcada pelo autoritarismo que se materializa nas relações hierárquicas nas diversas esferas da vida social: família, escola, relações de trabalho, Estado, etc., como também pela relação de mando e obediência.

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira caracteriza-se pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência (CHAUÍ, 2011, p. 353).

A autora defende que existe uma inversão do real a partir da produção de máscaras que permitem a dissimulação de comportamentos que tratam ideias e valores violentos como se não o fossem. Exemplificando, Chauí pontua que o machismo é colocado como proteção à fragilidade feminina, em que é incluída a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois a violência contra a mulher supostamente é decorrente de um comportamento sedutor e provocante dela.

A questão da violência contra a mulher é pensada por Chauí na perspectiva da supremacia do poder masculino. De acordo com a conceituação

defendida por esta autora, a violência opõe-se à ética, porque trata seres sensíveis e racionais como se fossem coisas. A violência é:

Todo ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo ou terror (CHAUÍ, 2011, p. 342).

A violência se opõe à ética na medida em que trata seres racionais como se fossem desprovidos de razão, vontade e liberdade. Para Chauí, as ações violentas *coisificam* o ser humano, suprimem sua condição de sujeito, anulam e impedem sua atividade e sua fala.

Diante da complexidade do abuso de poder e a prevalência de dominação e coisificação do outro, presente nas relações de violência, é necessário identificar que existe uma delimitação do lugar ocupado por algoz e vítima.

O lugar do agressor e da vítima está delimitado e aquele que ocupa o *lugar* da vítima desenvolve a sujeição consentida, a interiorização da vontade do outro e a fragilidade de reação. Trata-se de um *lugar* “demarcado pelas determinações sociais, com articulação, rebatimento e impacto na sua expressão individual, tanto na esfera política como na simbólica, incorporada por esses sujeitos”... “A vítima é coparticipante, numa posição inferior, desigual. Se não tiver o respaldo social e político da preservação de seus direitos, não há como romper esse círculo” (OLIVEIRA; PAVEZ, 2012, p. 86).

Corroborando com a perspectiva abordada por Chauí, a violência também é compreendida como uma transgressão ao que a sociedade considera justo e virtuoso, como ações que constroem, coagem, violam, humilham e desumanizam as pessoas.

Tudo aquilo que desumaniza, constrange, coage, humilha e viola as pessoas, seres e coisas transgredindo aquilo que as pessoas e a sociedade reconhecem como justo e virtuoso (BAIERL, 2004, p. 67).

Chauí (2011, p. 342) defende que a ética está ligada à ação consciente, livre e responsável do agente ético, orientado pelo bem, justo e virtuoso, que pode variar de sociedade para sociedade e de tempos em tempos. O tema violência é amplo, complexo e polêmico, perpassando pelo campo da ética, dos valores – o que é ou não violento depende de como a sociedade se organiza, daquilo que a sociedade legitima, aceita, permite, repudia em cada contexto

histórico. Para Chauí, no atual contexto da sociedade brasileira existe a prevalência da matriz mística da não violência, pois a sociedade não reconhece a violência onde ela se origina, ou seja, na sua própria estrutura.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de sua superfície. Em outras palavras, a mitologia e os procedimentos ideológicos fazem com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida, e, por não ser percebida, é naturalizada e essa naturalização conserva a mitologia da não-violência com a qual se brada pelo “retorno à ética” (CHAUÍ, 2011, p. 349).

Essa autora situa a violência no campo das relações sociais, fala da intersubjetividade, da coisificação dos seres humanos e da oposição entre violência e ética.

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos (CHAUÍ, 2011, p. 342).

Para Barroco (2010, p. 11), pensar a violência na perspectiva da ética significa também refletir como determinados comportamentos e ações são mecanicistas.

[...] todos os indivíduos são motivados a agir eticamente em seu cotidiano, mas isso não significa que a maioria deles tenha o hábito de refletir sobre suas ações éticas, isto é, que *não faz parte* da sua vida cotidiana indagar criticamente sobre os valores que reproduzem, *sobre o sentido* e sobre a *razão* de repetirem o mesmo comportamento moral sem perguntar sobre ele.

Ou seja, existe um aparente consenso sobre o que é considerado certo ou errado, porém, sem necessariamente existir uma reflexão sobre os valores socialmente reproduzidos.

1.1.3. Corrente da dominação patriarcal

Santos e Izumino (2005) identificaram como sendo a segunda corrente teórica àquela que as autoras denominaram de *dominação patriarcal* e que compreenderam que é a corrente influenciada pela perspectiva feminista e marxista, que entende a violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino.

Segundo as autoras, a perspectiva feminista e marxista do patriarcado foi introduzida no Brasil pela socióloga Heleieth Saffioti e que, diferentemente da abordagem da dominação adotada por Chauí, essa perspectiva vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. As autoras utilizam-se das palavras de Saffioti (2004, apud SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 4).

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

A desigualdade existente entre homens e mulheres é socialmente construída e determinada pelas estruturas de poder e “o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores”. O regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens é denominado de *patriarcado* (SAFFIOTI, 2004, p. 44).

Sobre o patriarcado, Saffioti (2004, p. 57) afirma que:

[...] Não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sociais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição...; configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Saffioti conceitua a violência doméstica como aquela que ocorre predominantemente no interior do domicílio, independentemente do autor da agressão e da pessoa que sofreu a agressão pertencer à mesma família e

pontua que esta modalidade de violência apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Para a autora, a violência familiar envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, com vínculos consanguíneos ou por afinidade e ocorre no interior do domicílio ou fora dele. Já a violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio.

As autoras identificaram que Saffioti salienta que o principal beneficiado do patriarcado-capitalismo-racismo é o homem rico, branco e adulto e que a ideologia machista, na qual se sustenta esse sistema, socializa o homem para dominar a mulher e esta para se submeter ao “poder do macho”. A violência contra as mulheres resulta da socialização machista. “Dada sua formação de *macho*, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este “destino” como *natural*”. Ao contrário de Chauí, Saffioti rejeita a ideia de que as mulheres sejam “cúmplices” da violência. Por outro lado, embora as concebendo como “vítimas”, a autora as define como “sujeito” dentro de uma relação desigual de poder com os homens. Para Saffioti, as mulheres se submetem à violência não porque “consintam”: elas são forçadas a “ceder” porque não têm poder suficiente para consentir.

A ideia da delimitação do lugar do algoz e vítima é rejeitada por Saffioti (2002 apud PRATES, 2007, p. 33). Para esta autora por mais que um sujeito seja tratado como objeto por outro, jamais deixará de ser sujeito, e sujeitos tanto podem ser algozes como vítimas, e, quase sempre, são os dois. Dessa forma, não se pode identificar os homens como algozes e as mulheres como vítimas, mas homens e mulheres em relações de diferentes ordens.

Contrapondo a ideia que prevalece no imaginário social sobre a violência contra a mulher, no que tange à culpabilização delas pela violência sofrida, Saffioti afirma que a relação violenta constitui uma verdadeira prisão, na qual o *gênero* reserva ao homem o dever de agredir e à mulher o lugar de submissão à agressão, pois o seu “destino” de *gênero* assim o determina.

“Gênero é a construção social do masculino e do feminino”, bem como o conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e mulheres expressas nas relações destas duas categorias e não explicita a desigualdade entre homens e mulheres. A desigualdade entre homens e mulheres, segundo Saffioti, é explicitada através da teoria do patriarcado. Para esta autora, no

conceito de violência de gênero a desigualdade entre homens e mulheres não é explicitada e a hierarquia é apenas presumida.

O gênero é concebido como a “construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres”. O uso da categoria *gênero* introduz nos estudos sobre violência contra as mulheres a terminologia “violência de gênero”.

A resultante da dinâmica da sujeição de gênero, de acordo com Saffioti (1999, p. 84), é que “cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do continuum entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência”.

A autora argumenta que a violência doméstica ocorre numa relação afetiva, necessitando, via de regra, de intervenção externa para que a mulher consiga desvencilhar-se de um homem violento. Além disso, a trajetória de ruptura é oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela e que mesmo quando permanecem na relação, as mulheres reagem à violência, variando as estratégias.

Corroborando com Saffioti no que se refere à necessidade de apoio externo para que a mulher se fortaleça e crie condições de romper com o parceiro violento, Rocha (2007, p. 81), defende que:

A saída da relação de dominação e violência envolve múltiplos elementos, dentre os quais o reconhecimento dos direitos das mulheres pela sociedade e pelo Estado, colocando a seu serviço os recursos institucionais e as políticas públicas necessárias para romper com a violência e com o parceiro. Trata-se de deslocar o foco sobre a ruptura como responsabilidade exclusiva da mulher, o que reitera os estereótipos de sua culpabilização (porque permanece na relação violenta), ou de passividade, masoquismo (ela fica porque gosta de apanhar) e submissão [...].

Esta autora acredita que a questão da violência contra a mulher necessita ser discutida e enfrentada do ponto de vista político e ideológico, que o Estado precisa assumir a intervenção, rompendo com a concepção de que este tipo de violência por ocorrer mais comumente no espaço doméstico seja de caráter privado.

O tratamento da violência conjugal como um problema privado, a negação da titularidade de direitos à mulher, legalmente e de fato, a omissão do Estado no enfrentamento da violência e no atendimento e apoio às mulheres violentadas transformaram tal ruptura numa questão pessoal, recaindo sobre a mulher o ônus

para e por realizá-la ou não. Desse modo, a alternativa possível para grande contingente de mulheres que precisa e deseja se separar do agressor e interromper a espiral de violência tem sido deixar o domicílio conjugal e, por vezes, seu trabalho, seus amigos e parentes, seus pertences, sua” (ROCHA, 2007, p. 95).

Discorrer sobre a violência contra a mulher sem inserir a discussão no campo político e ideológico incorre em erro. É necessário relacionar a questão com a ordem social dominante, onde tanto no campo simbólico, no plano formativo das identidades, quanto no terreno das práticas relacionais estão presentes as desigualdades sociais, expressas na hierarquização de gênero. Pensando a respeito desse assunto, Saffioti (2004) afirma que a sociedade patriarcal e a ordem capitalista reservam aos homens o lugar de domínio sobre as mulheres, aos brancos a supremacia sobre os negros, aos adultos a superioridade sobre as crianças e aos ricos o domínio sobre os pobres.

Para Saffioti (2004) a exploração econômica da mulher faz-se conjuntamente com o controle da sua sexualidade feminina e este é anterior à emergência do capitalismo, porém, o capitalismo se apropriou de todas as desvantagens e discriminações femininas para incidir sobre as mulheres a mais acentuada exploração-dominação, dominação-exploração. Para esta autora não há de um lado a dominação patriarcal e de outro a exploração capitalista, pois não existe um processo de dominação separado do processo de exploração e sim duas faces do mesmo processo.

Segundo Saffioti (2004), o capitalismo deve ser pensado para além da lógica do capital, como um sistema de dominação social, cultural, político, econômico e ideológico. A conjugação do patriarcado, do capitalismo e do racismo tem relação simbiótica na constituição e potencialização do esquema de dominação e exploração. Tal esquema constitui a forma de legitimação da discriminação social integradas no capitalismo, recaindo mais intensamente sobre as mulheres. A autora posiciona-se contrariamente à priorização de uma categoria em detrimento da outra, pois considera impossível estabelecer uma percepção clara dos limites de cada uma delas.

O processo de luta para combater a violência contra a mulher envolve o reconhecimento de que este tipo de violência ocorre não apenas no plano material, concreto, mas também no campo simbólico, na construção dos papéis definidores do que é ser homem e do que é ser mulher. Trata-se de reconhecer

as estruturas de poder que compõem a sociedade, os interesses dominantes, os valores que são transmitidos de geração em geração e contribuem para a perpetuação de práticas que reservam às mulheres um lugar subalterno na sociedade.

As identidades sociais se constroem, sobretudo, no plano inconsciente, podendo ser pequena ou grande sua presença no nível consciente. Isto em nada diminui a importância política destas realidades, uma vez que as atividades humanas são levadas a cabo, na produção e na reprodução da vida, por portadores de inconsciente e de consciência (SAFFIOTI, 2004, p. 67).

Saffioti (2004) traz uma conceituação ampliada da violência na medida em que a autora rejeita a noção de violência como ruptura da integridade, afirmando que existe um limite muito tênue entre a quebra da integridade e a obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres. Para esta autora em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente da violência familiar, intrafamiliar e doméstica, existe um destino de gênero traçado para as mulheres, ao qual elas devem se sujeitar e suportar. Tal destino consiste na sujeição aos homens, sejam pais ou maridos.

A violência contra a mulher ultrapassa a fronteira de classes sociais e faixas etárias, visto que as vítimas de violência estão em diferentes faixas etárias e em todos os segmentos da sociedade. Entretanto, ocorre em maior número na faixa etária dos 40 aos 49 anos (25,8%), em mulheres com menor nível de escolaridade (33,3%), sem renda (40,7%) e com renda de até dois salários mínimos (30,2%), conforme dados da pesquisa DataSenado (2013).

No entanto, apesar de não estar relacionada à situação de classe social, estudiosos apontam que existe uma correlação entre a questão do desemprego e a violência contra a mulher, ao contrário dos estudiosos da violência urbana que não relacionam as altas taxas de desemprego e a violência (SAFFIOTI, 2004, p. 17).

A hipótese da correlação existente entre a questão do desemprego do homem e da violência contra a mulher, levantada por Saffioti, não pretende de nenhum modo atribuir aos pobres características violentas, “porque imputar aos pobres uma cultura violenta significa preconceito e não conceito”, pois “a violência de gênero e especialmente a violência doméstica e familiar, ignora

fronteiras de classes sociais, de grau de industrialização, de renda *per capita*, de distintos tipos de cultura, etc.” (SAFFIOTI, 2004, p. 83).

Contudo, Saffioti (2004) relaciona a questão do desemprego e a violência doméstica a partir da ideia de que o poder apresenta a face da potência e da impotência. Segundo a autora, as mulheres são socializadas para conviver com a impotência, enquanto os homens são sempre vinculados à força e socializados para o exercício do poder. Segundo esta autora, um dos principais papéis definidores da masculinidade é o papel de provedor das necessidades materiais da família e ao perderem este *status*, talvez, os homens vivenciem a sua mais importante experiência de impotência. E ao vivenciarem situações de impotência os homens praticam atos violentos, daí a relação entre violência doméstica contra a mulher e o desemprego.

A autora aponta que a violência física, emocional e moral não acontecem isoladamente e seja qual for a forma de violência sofrida pelas mulheres, a violência emocional e a moral estão sempre presentes.

A ideologia do patriarcado e a visão social expressa são reveladoras da culpabilização das mulheres pela violência sofrida, refletem o imaginário social da violência e contribuem para a manutenção dos determinantes definidores dos lugares ocupados pelos autores da agressão e pelas mulheres vítimas de violência.

A incorporação dos modelos patriarcais de mulher e homem, de casal e de família, bem como a difusão de um discurso de tolerância e legitimação da violência de gênero e conjugal, contribuem para a desculpabilização do agressor e para a culpabilização da vítima, pela sociedade e por ela mesma. Ela é considerada a provocadora da violência ou fez por merecê-la, ao não cumprir seus papéis adequadamente ou desafiar o status quo patriarcal, ao mesmo tempo que é culpabilizada por permanecer na relação de violência, sendo acusada de gostar de apanhar e de ser cúmplice do homem nessa relação. (ROCHA, 2007, p. 55).

A ideologia patriarcal reforça e difunde um modelo que desculpabiliza o agressor e culpabiliza as vítimas. Tal modelo legitima e contribui para a tolerância a violência contra as mulheres, além de serem incorporados por vítimas e agressores.

1.1.4. Corrente relacional

Na terceira corrente identificada por Santos e Izumino (2005) e nomeada pelas autoras de *relacional* as noções de dominação masculina e vitimização feminina são relativizadas, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”. Para as autoras esta corrente teórica relativiza a perspectiva dominação-vitimização e o principal trabalho que representa essa corrente é o de Maria Filomena Gregori, publicado no início dos anos 90 sob o título *Cenas e Queixas*. Santos e Izumino (2005) afirmam que Gregori analisou as contradições entre as práticas e os discursos feministas na área de violência conjugal e as práticas das mulheres que sofrem violência, a partir de entrevistas com elas e que a autora argumenta que não são simplesmente “dominadas” pelos homens ou meras “vítimas” da violência conjugal.

Santos e Izumino (2005) concluem seu artigo afirmando que a violência contra as mulheres é um sério problema na sociedade brasileira, merecendo a atenção, não apenas das Ciências Sociais, como também dos poderes públicos. Entendem que a noção de dominação patriarcal é insuficiente para dar conta das mudanças que vêm ocorrendo nos diferentes papéis que as mulheres em situação de violência têm assumindo e defendem uma abordagem da violência contra as mulheres como uma relação de poder. Pontuam que entendem o poder não de forma absoluta e estática, exercido via de regra pelo homem sobre a mulher, como acreditam que preconiza a abordagem da dominação patriarcal, senão de forma dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual.

As autoras defendem que é necessário definir “violência de gênero” com maior rigor teórico, incorporando-se todos os aspectos do conceito de gênero de Joan Scott, sobretudo sua referência a gênero como um campo em que o poder é articulado e acreditam que os conceitos com os quais trabalhamos devem ser mais bem definidos, avançando nas reflexões sobre as diferenças conceituais entre expressões como “violência contra as mulheres”, “violência de gênero”, “violência conjugal”, “violência familiar” e “violência doméstica” e apontam que consideram importante uma ampliação do objeto das pesquisas

para que a perspectiva de gênero não exclua diferentes categorias sociais das análises sobre violência contra as mulheres no Brasil, exemplificando: afirmam que precisamos compreender melhor o papel exercido pelos homens e pelas mulheres nas relações de violência, já que ambos participam na produção dos papéis sociais que legitimam a violência. As autoras posicionam-se contrárias à perspectiva de vitimização, especificamente no que se refere à violência conjugal e afirmam que não concordam com a ideia de cumplicidade formulada por Gregori, mas aceitam o sentido de cumplicidade proposto por Chauí ao conceber que tanto os homens quanto as mulheres são agentes de reprodução dos papéis sociais. No entanto, discordam de Chauí no que se refere ao lugar de dominadas ocupado pelas mulheres, afirmando que as mulheres têm autonomia e poder para mudar os papéis e a situação de violência na qual porventura se encontrem.

As reflexões aqui desenvolvidas consistem numa tentativa de síntese das leituras sobre o tema. Diante da percepção de que existem diferentes teorias que embasam a abordagem da questão da violência contra as mulheres, consideramos pertinente elucidar em qual abordagem está fundamentada a nossa análise.

A perspectiva adotada neste trabalho é a da dominação patriarcal introduzida no Brasil por Saffioti. A fonte de inspiração foi buscada no conceito de patriarcado de Saffioti (2004), que ascende a luz sobre a opressão a qual historicamente as mulheres estão submetidas e conceitua o patriarcado como: “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”.

Beauvoir (2009) e sua análise acerca da construção das categorias feminino e masculino, em que a autora busca desvelar as desigualdades de poder e os condicionantes sociais que reservam às mulheres um lugar secundário, coadjuvante, o “outro” lugar, o não lugar nas relações de opressão às quais estão subordinadas.

Beauvoir defende que as mulheres em nenhuma época impuseram suas próprias leis e sim o seu lugar na sociedade sempre foi estabelecido pelos homens. Para a autora, desde a origem da humanidade os homens usufruíram do privilégio biológico para afirmarem-se como sujeitos soberanos e assim o patriarcado triunfou não por um acaso e nem como resultado de uma

revolução, mas como um processo de naturalização das diferenças entre homens e mulheres – diferenças que foram convertidas em desigualdades.

Condenada a desempenhar o papel do **outro**, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela quem escolhe o seu destino” (BEAUVOIR, 2009, p. 134).

Apesar da nossa ênfase na teoria da dominação patriarcal, assim como Santos e Izumino, não rejeitamos algumas das contribuições de Chauí e as adotamos neste trabalho. Principalmente no que se refere à abordagem sobre a construção dos símbolos e do discurso de dominação, bem como na questão da interpretação de que a sociedade brasileira tem suas bases ancoradas na violência e em hierarquias que dão sustentação e continuidade a cultura da violência, travestida em máscaras de não violência, mas que legitimam determinadas formas de uso da força na manutenção do poder muitas vezes difundido como natural e emanado do poder celestial. Adotamos também a análise feita por Chauí acerca do papel do Estado ao assumir sua função ideológica de igualdade de direitos que para Chauí (2011) nada mais é do que uma forma de mascarar as contradições e antagonismos de classes das quais o próprio Estado toma partido. Ao proferir discursos ideológicos que querem levar a crer que a sociedade é indivisa, que as desigualdades sociais são fruto das ações de homens injustos, o Estado assume uma operação ideológica que consiste em provocar uma inversão entre o “de direito” e o “de fato”, ou seja, de fato é possível observar que a sociedade é repleta de desigualdades, mas o Estado afirma que somos todos iguais.

1.2. O cenário da violência contra a mulher no Brasil, demandas e conquistas

O grande homem jorra da massa e é levado pelas circunstâncias: a massa das mulheres acha-se à margem da história e as circunstâncias são para cada uma delas um obstáculo e não um trampolim (BEAUVOIR, 2009).

1.2.1. A naturalização da violência doméstica

A violência contra a mulher ainda está enraizada na sociedade brasileira. Existe um movimento para romper com este tipo de violência, mas ainda há uma forte legitimação social que é culturalmente disseminada.

A matéria do caderno “Cotidiano”, do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 28 de março de 2014, ao divulgar os dados da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), evidencia a naturalização e legitimação da violência contra a mulher por parte da sociedade brasileira, bem como a culpabilização da vítima expressa em dados alarmantes que culminaram em tímidas manifestações de repúdio ao machismo nas redes sociais.

O IPEA divulgou o resultado de duas pesquisas: Sistema de Indicadores de Percepção Social – tolerância social à violência contra a mulher que teve o objetivo de “apurar as percepções da população brasileira acerca de temas afetos à violência contra as mulheres” e a pesquisa que traçou um quadro dos casos de estupro no Brasil por meio de dados do Ministério da Saúde/SUS.

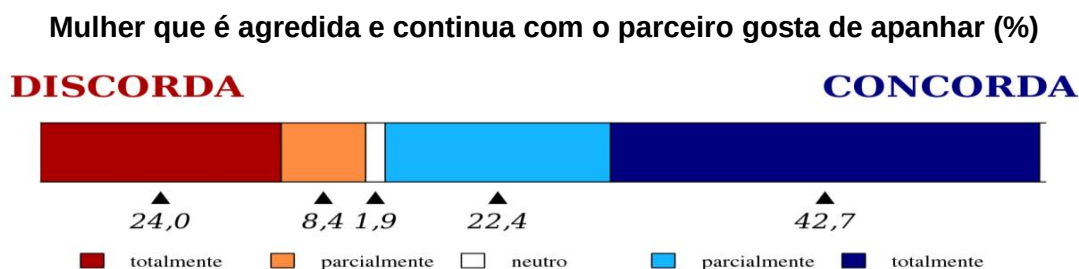
De acordo com Daniel Cerqueira, diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do IPEA, os dois estudos revelam que *a violência de gênero é reflexo de uma estrutura social ainda patriarcal, que muitas vezes coloca a mulher como objeto de desejo e propriedade* (Grifo nosso).

No referido estudo, intitulado “Tolerância social à violência contra as mulheres”⁹, realizado entre maio e junho de 2013, num universo de 3.810

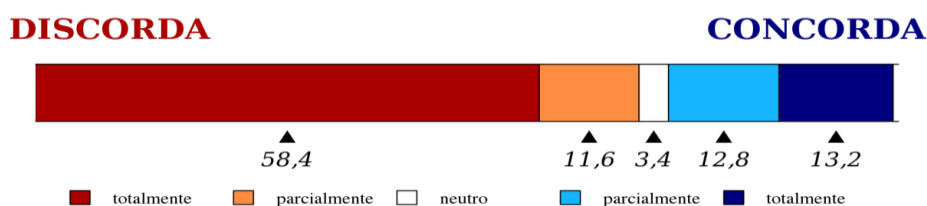
⁹ Os resultados deste estudo motivaram a realização de uma audiência pública no Senado Federal, organizada pela Comissão de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais e gerou polêmica ao divulgar que

peças de ambos os sexos, 78,7% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, e 58,4% concordam que “o que acontece com o casal em casa não interessa aos outros”, revelando a legitimação da violência contra a mulher no âmbito privado, definido como o espaço doméstico.

Tanto no espaço público, compreendido como o campo político e econômico, quanto no espaço privado, compreendido como a esfera doméstica, a mulher é culpabilizada pela violência sofrida, pois 26% concordam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e 42,7% acreditam que a mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar.



Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas (%)



Fonte: IPEA, 2014

Rocha (2007, p. 55) defende que os modelos patriarcais de homem, mulher, casal e família são incorporados pela sociedade, pelas próprias mulheres e que a difusão do discurso de tolerância à violência de gênero e conjugal contribuem para desculpabilização do agressor e culpabilização da

inicialmente houve uma troca dos gráficos percentuais das perguntas: “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”. Na primeira divulgação 65,1% dos entrevistados concordam que mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas. Após a publicação da errata, o dado correto apontou que o percentual é de 26%. Segundo o levantamento, 70% discordam da afirmação de que a roupa justifica a violência.

vítima pela sociedade e por ela mesma. “Ela é considerada a provocadora da violência ou fez por merecê-la, ao não cumprir seus papéis adequadamente ou desafiar o *status quo* patriarcal, ao mesmo tempo em que é culpabilizada por permanecer na relação de violência, sendo acusada de gostar de apanhar e de ser cúmplice do homem nesta relação.

A violência contra a mulher é produzida e reproduzida socialmente. As relações sociais de gênero continuam hierarquizadas, correspondendo à população masculina o exercício da dominação pela força física ou psicológica. Meninos e meninas aprendem com o que presenciam em suas casas, incorporando um modelo de violência e subordinação que é reforçado por meios de comunicação como a televisão (BLAY, 2008, p. 218).

Compreendemos que a sociedade brasileira ainda carrega consigo traços patriarcais, com hierarquias de gênero e que tais características que marcam esta sociedade contribuem para a aceitação da violência contra a mulher como algo natural e culmina na legitimação social da violência que vem sendo perpetrada contra as mulheres ao longo dos séculos:

1.2.2 A publicização da violência doméstica

No momento em que esta dissertação estava em curso o tema da violência contra a mulher foi diversas vezes debatido na mídia, com programas dedicados exclusivamente à temática, como o “Profissão Repórter”, que foi ao ar em 14 de outubro de 2014, como também foram divulgados os resultados de várias pesquisas, evidenciado que de fato a questão adquiriu caráter público, superando a visão deste tipo de violência como algo circunscrito ao âmbito privado.

Contudo, apesar da publicização da questão, o número de casos de violência denunciados não expressa o número total de ocorrências, estima-se que os casos denunciados são apenas a ponta do *iceberg*, pois muitas mulheres silenciam devido ao medo de fazer a denúncia.

Há uma tendência a não procurar a polícia. Quase a metade das entrevistadas prefere soluções que não levem diretamente à formulação da denúncia. Em 70% dos casos o motivo apontado para não formulação da denúncia foi **o medo do agressor** (DATASENADO, 2013, grifo nosso).

A questão da não formulação da denúncia em razão do medo foi encontrada em diferentes pesquisas.

Segundo publicação do Braga (2009, p. 140):

Contribui enormemente para esse silêncio o medo, muitas vezes fortalecido nas relações pessoais e familiares, quando as mulheres que sofrem violência não dispõem de acesso aos serviços e políticas públicas que reconheçam suas necessidades e demandas objetivas e subjetivas.

Necessariamente, as relações de dominação, exploração e a disputa pelo poder comportam controle e medo, uma atitude e um sentimento que formam um círculo vicioso na situação de violência doméstica e familiar (SAFFIOTI, 2004).

A denúncia é apontada como possibilidade de saída da relação de violência, na medida em que a ruptura do silêncio contribui para retirar a legitimação da ação do agressor.

Nas situações de violência praticada contra as mulheres, no relacionamento amoroso, no espaço doméstico, a denúncia e a possibilidade de saída estão no fato de a vítima, do lugar que *ocupa*, publicizar as agressões que sofre, romper com o emudecimento. Se não houver denúncia, o agressor fica protegido no seu lugar pela legitimidade e impunidade presentes na sociedade desigual pelo gênero (OLIVEIRA; PAVEZ, 2002, p. 86).

Rocha (2007) acredita que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em romper com a violência conjugal relacionam-se com fatores socioeconômicos e com a precariedade das políticas públicas associadas à ideologia patriarcal.

No Brasil, os graves problemas socioeconômicos vividos por grande parte da população, além da dependência econômica de índices significativos de mulheres e da precariedade ou ausência de políticas públicas que respondam às suas demandas, são fatores que se associam à ideologia patriarcal e dificultam ainda mais a ruptura com a violência conjugal. (ROCHA, 2007, p. 55).

Segundo dados do Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população brasileira é formada por 190.755.799 pessoas, das quais 97.348.809 são mulheres. Na grande metrópole que é São Paulo, a maior e mais populosa cidade brasileira, com população total de 11.253.503 pessoas, das quais mais da metade são mulheres (5.924.871), palco de

disparidades sociais, políticas e econômicas estridentes, onde existe grande concentração de riqueza de um lado e a mais absoluta miséria do outro, a violência atinge proporções alarmantes, afetando mais contundentemente as mulheres, as crianças e os idosos.

O Brasil ocupa o segundo lugar mundial nos índices de concentração da renda e de má distribuição da riqueza, mas ocupa o oitavo lugar em termos de Produto Interno Bruto. Essa desigualdade – 2% possuem 92% da renda nacional, enquanto 98% possuem 8% dessa renda – não é percebida como socialmente inaceitável, mas como natural e normal. Em outras palavras, a sociedade brasileira é oligárquica e está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes (CHAUÍ, 2011, p. 356).

Os dados do IBGE/Censo 2010 identificaram no país um contingente de pessoas em extrema pobreza que totalizou 16,27 milhões de pessoas, esse número representa 8,5% da população total do país. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), O levantamento realizado em 2013 apontou sinais de queda na distância entre os ricos e os pobres brasileiros, como a redução na renda dos 20% mais ricos, de 60% para 57,7% do total de 2001 a 2011. Mesmo assim, no ano passado, os 40% mais pobres ganhavam apenas 11% da riqueza nacional. Os indicadores selecionados levam em conta os eixos de condições de vida, desigualdade e exclusão social, assim como as dimensões espaço e tempo no tratamento de cada um dos temas – “Aspectos demográficos, Famílias e domicílios, Educação, Trabalho, Padrão de vida e distribuição de renda e Saúde”.

1.2.3 As conquistas do movimento feminista e de mulheres: avanços legais e serviços públicos

O cenário da violência contra a mulher se materializa na luta e na resistência cotidiana das mulheres que, no Brasil e no mundo, não se calaram e não se calam frente à violência sofrida e lutaram e lutam, tanto individualmente, quanto coletivamente, por meio dos movimentos feministas, para que a sociedade reconheça a violência contra a mulher como uma questão a ser enfrentada pelo Estado e por toda a sociedade.

O movimento feminista surgiu no bojo das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo e contra as práticas de inferiorização do feminino – transformadas em subordinação das mulheres – consistindo na busca por superação das desigualdades entre homens e mulheres, denunciando a posição secundária da mulher na sociedade e lutando para superar a estrutura patriarcal e conquistar a cidadania plena, tendo grande efervescência e ganhando espaço na mídia na segunda metade da década de 1970 (BANDEIRA; MELO, 2010).

A luta pela igualdade de direitos e as barreiras que vêm sendo superadas no enfrentamento da exclusão social são reveladoras do processo desigual vivido pelas mulheres nos diferentes espaços da sociedade brasileira, que tem como característica tradicional o autoritarismo no exercício do poder, cerceando principalmente a participação política das mulheres.

Muitas conquistas femininas são ainda recentes, como o direito ao voto, que no Brasil foi conquistado há apenas 82 anos, por meio de do decreto que criou o Código Eleitoral Provisório, assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932 e o direito a cursar a universidade que também foi conquistado há menos de um século.

A história política brasileira nunca se caracterizou pela participação popular, tendo uma tradição de exercício do poder autoritário, seja em termos políticos, seja nas relações senhor-escravo, marido-mulher, pai-filhos. Para as mulheres este cerceamento foi mais dramático; sem acesso a educação, conquistaram o direito de voto e abriram os portões das escolas de ensino médio e superior, ao longo dos anos finais do Império as primeiras décadas republicanas. Mas, só com a reforma Capanema (governo Getúlio Vargas 1930/45) foi que se consolidou o acesso feminino ao ensino superior brasileiro (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 19).

Segundo as autoras, o direito ao voto foi fruto de uma árdua batalha que já estava em curso anteriormente à primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891, porém, esta primeira constituição não assegurou às mulheres o direito ao voto e declarava eleitores apenas os maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei.

A primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891, declarava, no seu art.70: “São eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. Se a intenção dos legisladores não foi explícita ou intencional de deixar de fora as mulheres, uma vez que a desigualdade entre

mulheres e homens era tácita, certamente, pela naturalidade com a qual aquelas já eram consideradas excluídas, e, portanto, ao aplicar o artigo, as mulheres foram eliminadas (TABAK; TOSCANO, 1982 apud BANDEIRA; MELO, 2010, p. 13).

Diferentes autores abordam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no processo de ruptura com a relação violenta, afirmando que tal processo tem múltiplas determinações. Relacionando tais dificuldades com aspectos objetivos e subjetivos, tais como a escassez de políticas públicas, a incorporação do lugar de sujeição ao homem na hierarquia de gênero, as dificuldades econômicas de sobrevivência e o medo que se expressa de diferentes maneiras.

No olhar do senso comum há os que acreditam que as mulheres já estão socialmente inseridas em igualdade de condições com os homens. Felizmente o campo teórico é fecundo na abordagem das desigualdades entre homens e mulheres, com ênfase na discussão da violência e na hierarquia de gênero que reserva aos primeiros poderes sobre as segundas, configurando historicamente a necessidade de luta dos movimentos de mulheres, visando alterar o cenário e ampliar as conquistas femininas.

O inegável protagonismo do movimento de mulheres e suas diferentes estratégias de lutas tiveram um papel decisivo na contribuição para visibilizar a as várias formas de violência contra a mulher, trazendo o debate da questão para o espaço público, buscando a superação da concepção da violência como expressão das relações de âmbito doméstico, promovendo a discussão no campo das relações políticas, econômicas e dos direitos humanos.

Sob essa ótica, a violência contra a mulher compreendida também como uma questão de saúde pública e como expressão da questão social, encontra-se inserida na pauta da agenda dos movimentos e organizações feministas, exigindo respostas efetivas do Estado a partir da criação e implementação de políticas e serviços que visem à prevenção e combate de todas as formas de violência contra este segmento populacional, que assegurem os direitos humanos e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Dentre as importantes conquistas a partir das reivindicações do movimento feminista, além dos avanços legislativos, podemos citar a introdução da violência de gênero como pauta da saúde – que se expressou na

formulação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1983 e que incorpora os direitos sexuais e reprodutivos. Já em 2004 foi criada a Política Nacional de Direitos Sexuais e de Direitos Reprodutivos a partir dos quais o Ministério da Saúde estabeleceu como meta o aumento do número de serviços de atenção à saúde de mulheres e adolescentes em situação de violência.

O campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos está permeado por variáveis de ordem social, que o constroem a partir das desigualdades vigentes na sociedade. Existem laços estruturais entre o corpo e a sociedade e a compreensão do binômio saúde/enfermidade implica considerar que o corpo a ser tratado tem as marcas físicas e psíquicas de sua inserção social. A desvalorização cultural de determinadas categorias, como a menos valia de uma mulher em função das relações de gênero, ou em função da raça e etnia, ou em razão de orientação sexual, também contribuem fortemente para o adoecimento físico e mental, podendo também interferir no diagnóstico e tratamento (PITANGUY, 2011, p. 46).

Segundo Minayo (2006), a violência como pauta de ações da saúde iniciou-se pioneiramente com a violência contra crianças e que a introdução da violência contra a mulher na agenda da saúde teve forte influência do movimento feminista a partir da estratégia deste movimento em inserir o debate sobre gênero nos diferentes espaços e instituições.

A partir da análise de como a violência contra a mulher se expressa na saúde, busca-se a compreensão crítica da realidade numa perspectiva de totalidade, que pressupõe entender as expressões da questão social nas suas dimensões objetivas e subjetivas, particulares e universais, determinadas pelo processo de produção e reprodução das relações sociais.

Discutindo a questão da violência em três perspectivas: sociológica; articulação entre violência e saúde; propostas de atuação, Minayo (2006) exemplifica que a compreensão do impacto da violência sobre a saúde perpassa pela discussão do conjunto de problemas que estão relacionados à saúde – condições, situações e estilo de vida. A autora aponta que houve uma mudança no perfil epidemiológico brasileiro nos últimos trinta anos e que as doenças infecciosas vêm cedendo lugar às degenerativas e crônicas, bem como que o quadro de mortalidade e morbidade brasileiro, relaciona-se às imensas diferenciações e desigualdades entre grupos sociais (por exemplo, étnicos, raciais, de gênero, etc.).

Esta autora adota a concepção de violência de acordo com a definição trabalhada na Conferência sobre Violência e Saúde realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde em Washington, que em seus documentos finais, sob forte protagonismo do movimento feminista, considerou a violência como um problema de saúde pública devido ao número de vítimas que demandam atendimento nas diversas modalidades de serviços de saúde em razão das sequelas orgânicas e emocionais produzidas pela violência.

A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico¹⁰ e se converteu num problema de saúde pública em muitos países [...]. O setor saúde constitui a encruzilhada para onde convergem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social. (OPAS, 1994, p. 3, apud MINAYO, 2006, p. 49).

Dentre as conquistas do movimento feminista e de mulheres, podemos citar a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, de combate aos crimes contra a Liberdade Sexual, e a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, que tem o objetivo de coibir, punir e erradicar a violência doméstica contra a mulher.

De acordo com essa lei, a violência doméstica é toda ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico ou psicológico, dano moral ou patrimonial à mulher e constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

“Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

¹⁰Próprio a uma região ou população específica. Conforme definição do dicionário online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/endemico/>>. Acesso em: 11 de fev de 2015.

Fazendo um balanço das conquistas efetivas nas últimas décadas, é possível citar diferentes serviços de atendimento às mulheres em situação de violência que foram implantados no Brasil.

A violência contra a mulher passou a ser concebida como violação dos direitos humanos, surgindo então políticas públicas que levaram à criação de serviços específicos para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foi criada em 2006 a Central 180, linha telefônica para recebimento de denúncias de violência ou relatos de violência contra as mulheres, reclamações sobre serviços, bem como orientação e informações sobre os direitos das mulheres em situação de violência.

Entre os serviços, podemos citar os Centros de Referência da Mulher (CRMs), como a Casa Brasilândia, as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres e os abrigos sigilosos para mulheres vítimas de violência.

Segundo a SPM, em 2010, em toda a federação brasileira havia 464 DEAMs, 72 abrigos para mulheres em situação de risco de vida por motivo de violência doméstica; 165 CRMs; 99 serviços de saúde voltados ao atendimento das vítimas de violência sexual, dentre os quais 33 realizam o aborto legal; 58 Defensorias Públicas Especializadas; 21 Promotorias Especializadas; 12 serviços de responsabilização de agressores; 89 Juizados ou Varas adaptadas de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No município de São Paulo, os serviços voltados especificamente para o atendimento de mulheres são as Casas-Abrigo, os CRMs, os Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e os Centros de Cidadania da Mulher (CCMs), que somados totalizam 23 serviços.

A Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM) apresenta os Centros de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência como unidades voltadas para a mulher em situação de violência doméstica e familiar, com o objetivo de oferecer suporte para as mulheres que sofreram agressões, como

também disponibilizar orientações jurídicas para futuras ações legais, por meio das atividades desenvolvidas:

Orientação por telefone para mulheres que precisem de apoio e agendamento de atendimento; Prestação de serviço-referência para o acompanhamento da questão da violência de gênero e para a realização dos encaminhamentos necessários a cada problema; Orientação, capacitação e formação de grupos de mulheres para o enfrentamento da violência sexual e doméstica; Encaminhamento para hospitais da rede municipal para atendimento de violência sexual e doméstica, inclusive nos casos de necessidade de cirurgia plástica reparadora. (PMSP, SMPM, [2012]).

Nesta apresentação não é possível observar uma diferenciação entre os diferentes serviços, no entanto, na própria nomenclatura e na prática é possível perceber que os serviços não desenvolvem as mesmas atividades, e a própria composição do quadro da equipe é diferenciada.

Os Centros de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência e as Casas-Abrigo também não estão vinculados a uma única secretaria. Os CRMs são três e estão vinculados à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres. A Casa Ser Dorinha, Casa de Isabel, Casa Cidinha Kopcak, Casa Viviane dos Santos, o Centro de Integração Social da Mulher II (CISM II), o CISM I, o CISM III e a Casa Sofia são os oito serviços que estão sob a gestão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), totalizando onze serviços.

Os Centros de Cidadania da Mulher (CCMs), que totalizam cinco em todo o município de São Paulo, são definidos como:

Espaços de qualificação e formação em cidadania ativa, onde mulheres de diferentes idades, raças e crenças podem se organizar e defender seus direitos sociais, econômicos e culturais, além de propor e participar de ações e projetos que estimulem a implementação de políticas de igualdade com o objetivo de potencializar, por meio do controle social, os serviços públicos existentes para atender às suas necessidades e de sua comunidade (PMSP, SMPM, [2012]).

Como é possível observar, a maior parte dos serviços voltados ao atendimento das mulheres em situação de violência estão sob a gestão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), em razão da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres ser extremamente nova,

ou ainda que existam interesses ou desinteresses políticos mais amplos relacionados a este fato.

A nomenclatura dos serviços, o que cada um desenvolve, as diferenças dos atendimentos oferecidos em cada um deles, ou seja, as informações claras sobre as atribuições de cada serviço no atendimento às mulheres em situação de violência é extremamente importante na estrutura da rede, pois se os próprios profissionais que atendem as mulheres não tiverem clareza dos limites e possibilidades de atuação de cada serviço, se não souberem a abrangência dos mesmos, certamente haverá um impacto nos encaminhamentos e nas orientações prestadas às mulheres.

Com os serviços, voltados ao atendimento das mulheres em situação de violência, vinculados a diferentes secretarias fica o questionamento das implicações disso na formatação, gerenciamento e propostas de atendimento dos diferentes serviços. Um dado relevante para ser citado e que foi empiricamente observado, a partir da análise das fichas de atendimento do CRM Casa Brasilândia, é o fato de apenas o abrigo diretamente ligado à SPM encaminhar ao CRM o relatório de desabrigoamento. Se as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres atribuem aos CRMs a atuação no pós-abrigamento, como o trabalho poderá ser desenvolvido se quando a mulher é desligada o CRM não é informado do contexto do desabrigoamento e o destino da mesma? Essas inquietações sugerem a possibilidade de novos estudos que não cabem neste momento. Mantendo o foco na questão do abrigamento, cabe um aprofundamento nos serviços prestados pelos CRMs e as Casas-Abrigo.

1.2.4. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência

Conforme as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência, elaboradas pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (2011) o abrigamento é uma das questões fundamentais para a garantia da integridade física e moral da mulher nos casos de risco de morte. Após a sanção da Lei Maria da Penha, a SPM

decidiu resgatar o objetivo das Casas-Abrigo e redefinir suas linhas gerais de atendimento.

De acordo com estas Diretrizes, as Casas-Abrigo são serviços de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência, definidos na Resolução CNAS nº 109/2009, de caráter *público*, de longa duração (de 90 a 180 dias) e, em geral, sigiloso. Tais serviços têm como objetivo garantir a integridade física e emocional das mulheres; auxiliando no processo de reorganização e no resgate de sua autoestima; têm por atribuição prover, de forma provisória, medidas emergenciais de proteção em locais seguros para acolher mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos(as).

O conceito de abrigamento proposto pelas Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em situação de Violência é abstrato e refere-se aos serviços, programas e benefícios de acolhimento provisório destinados a mulheres em situação de violência que se encontram sob ameaça e que necessitem de proteção em ambiente acolhedor e seguro. Segundo esta política, o abrigamento não se refere somente aos serviços de acolhimento, tais como: albergues, Casas-Abrigo, casas de passagem, casas de acolhimento provisório ou de curta duração, etc., mas também inclui outras medidas de acolhimento, tais como: programas e benefícios que assegurem o bem estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência.

As Diretrizes Nacionais para o abrigamento, formuladas pela Secretaria de Políticas para Mulheres, atribui aos CRMs a competência do acompanhamento no pós-abrigamento e na inexistência deste serviço, os CREAS poderão desenvolver esta atividade. Além disso, defende que as estratégias para o desabrigamento sejam articuladas entre as Casas-Abrigo e os CRMs e que estes serviços busquem a realização de parceria com as diferentes áreas envolvidas no atendimento às necessidades das mulheres em processo de desabrigamento.

No desabrigamento, é fundamental que a Casa-Abrigo e os Centros de Referência articulem estratégias conjuntas para garantir à mulher acesso à habitação (auxílio aluguel) e ao trabalho, à inclusão em programas sociais e de geração de renda, etc. Essas estratégias deverão ser formalizadas por meio de acordos de cooperação técnica, de termos de parceria com as Secretarias e áreas envolvidas (Educação, Habitação,

Trabalho, Assistência Social, Sistema de Saúde, etc.). (BRASIL, SPM, 2011, p. 35).

Segundo dados da SPM (2011), o Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Comvida) foi a primeira Casa-Abrigo do Brasil, implantada em São Paulo, em 1986, pela Secretaria de Segurança Pública; em 1990, foi criada a Casa-Abrigo de Santo André/SP; em 1991, a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth /SP; em 1992, a Casa Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE; e em 1996, a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva/MG.

Segundo dados das Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência (2009), atualmente existem 72 Casas-Abrigo em todo o território brasileiro, sendo a maior concentração de Casas-Abrigo no Sudeste do país, contando com 25 equipamentos, seguido pelo Sul que conta com 13 equipamentos. Trinta e sete por cento das unidades da federação (10 Unidades Federais) possuem apenas 1 Casa-Abrigo. A maioria dos equipamentos encontra-se vinculada à gestão da Assistência Social, com algumas exceções em que as Casas-Abrigo estão ligadas à Segurança Pública, à Justiça, a Saúde ou à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, como é o caso de São Paulo. Em sua maioria, os serviços são governamentais (constituem serviços municipais e/ou estaduais) e sigilosos.

De acordo com a definição divulgada pela SMPM, o papel das Casas-Abrigo é oferecer subsídio para as mulheres que estão em risco de morte vivam de forma autônoma e não precisem retornar ao antigo domicílio, o atendimento é sigiloso para garantia da segurança e integridade física.

As Casas Abrigo oferecem atendimento temporário para mulheres em risco de morte. Os endereços são sigilosos para garantir a segurança e integridade física da mulher, que permanece no local por no mínimo 3 meses. O objetivo é oferecer subsídios para que a mulher consiga viver de forma autônoma, sem precisar voltar para a antiga residência (PMSP, SMPM, [2012]).

Até o ano de 2014, a única Casa-abrigo vinculada diretamente à SPM é a Casa Abrigo “Helenira Rezende de Souza Nazareth”, que tem endereço sigiloso. As outras cinco Casas-Abrigo existentes estão vinculadas à SMADS e tem uma Casa-abrigo vinculada à Secretaria de Justiça do Estado, totalizando sete Casas-Abrigo em todo o município de São Paulo.

No Brasil são inegáveis os avanços das políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, enquanto conquistas dos movimentos de mulheres que introduziram o tema na pauta das agendas de diferentes áreas, tais como: saúde, habitação, jurídica, assistência, etc. Não obstante ainda há muito a ser conquistado.

Entretanto, apesar de todas essas mudanças, muita coisa continua igual: as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas (BRUSCHINI, et. al, 2011, p. 151).

No que se refere à área jurídica e da saúde as reivindicações acerca da descriminalização do aborto não foram atendidas e geram debates acirrados inclusive no plano político e religioso; no campo das relações de trabalho, ainda que desenvolvendo atividades iguais com produtividades iguais – as mulheres percebem salários inferiores aos dos homens; na esfera familiar, ainda persiste a subordinação ao marido e a divisão sexual do trabalho, onde as tarefas domésticas são atribuídas quase que exclusivamente às mulheres – que mesmo exercendo funções fora do lar – executam concomitantemente as tarefas domésticas e a educação dos filhos, assumindo duplas ou triplas jornadas que causam sobrecargas e adoecimento; as negras e indígenas permanecem na base da pirâmide social, sofrendo mais fortemente os ardis das discriminações contra as mulheres.

Tendo avançado significativamente no campo de políticas públicas e de leis, na capacitação de profissionais da área de segurança e ampliado a interlocução com setores do judiciário, ainda assim a questão da violência contra a mulher enfrenta barreiras poderosas ancoradas em uma cultura onde as ideias de igualdade de gênero e cidadania plena das mulheres ainda é mediada por poderosos arquétipos de subalternidade da mulher, e menos valia que ainda impregnam o imaginário social do Brasil (PITANGUY, 2011, p. 54).

Há que se pensar em estratégias para o enfrentamento da violência no plano ideológico e simbólico, pois prevalece uma enorme distância entre os avanços legais e as práticas sociais.

1.3. O Serviço Social e a questão da violência contra a mulher

A história do Serviço Social brasileiro ainda não conta um século, mas podemos dizer que se encontra em plena maturidade e consolidado enquanto profissão.

O assistente social é um intelectual com formação em Serviço Social, considerado como trabalhador especializado que contribui na criação de consensos e dissensos ao assumir posições que podem promover a contra-hegemonia ou reforçar a hegemonia dominante.

O Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob as formas de serviços, que tem *produtos*: interfere na produção material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de *consensos* na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2007, p. 69).

Martinelli (2011, p. 17) em busca da compreensão do real significado da profissão de Serviço Social na sociedade capitalista, analisa a identidade do assistente social enquanto categoria sócio-histórica, visualizando-a “como uma categoria essencialmente dinâmica, construindo-se permanentemente no confronto com as contradições do real e em meio às determinações sociais” que tem suas origens na burguesia, mas que é “capaz de criar alternativas de práticas sintonizadas com o desenvolvimento das contradições sociais e voltadas para a busca de novas totalizações”.

O Serviço Social surge como uma alternativa de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social originadas pelo desenvolvimento do capitalismo. No nosso país, especificamente, o Serviço Social tem sua origem atrelada ao movimento assistencial da Igreja Católica, como uma profissionalização das ações de caridade, razão pela qual ainda hoje sua prática é muitas vezes confundida com assistencialismo e benemerência.

Martinelli (2011, p. 66) pontua que a “Burguesia, a Igreja e o Estado uniram-se em um compacto e reacionário bloco político, tentando coibir as manifestações dos trabalhadores eurocentrais, impedir suas práticas de classe e abafar sua expressão política e social [...] Neste contexto “a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a eles estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido”.

Na década de 1980, no entanto, em um contexto mais amplo de reflexões e mudanças culturais, a profissão passa por um período de reconceitualização e começa a assumir o tom mais crítico e contestador que a fundamenta e caracteriza nos dias de hoje.

O Serviço Social tem como maior desafio desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas, capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano. É na dificuldade cotidiana que o assistente social cria estratégias de atendimento e caminha para a qualificação de uma categoria profissional que se diferencia das demais, buscando soluções transformadoras para si e para a sociedade.

Uma das principais funções do assistente social é orientar indivíduos, famílias e comunidades acerca dos seus direitos e deveres visando desenvolver o empoderamento¹¹ social, que não consiste apenas em fazer com que os indivíduos tenham consciência dos mesmos, mas que passem a participar ativa e criticamente de todas as questões da sociedade, assumindo a parcela de poder que a cada um de nós é garantida pela democracia, mas que por diversas razões, inclusive pela maneira desigual em que as pessoas estão socialmente inseridas, nem sempre é efetivamente utilizada.

A equidade é uma das metas mais significativas dos assistentes sociais, tanto no que diz respeito à redistribuição da riqueza e dos recursos sociais

¹¹**Empoderamento (Empowerment)** Processo através do qual, indivíduos, comunidades e organizações obtêm controle sobre decisões e ações relacionadas a políticas públicas, através de mobilização e expressão de suas necessidades. Portanto, é espaço para expressão de interesses e visões diferentes e de negociações e construção de consensos, assim como o fortalecimento do protagonismo dos setores excluídos. (ARMANI, 2000)” (Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social, 2007, p. 39). Disponível em: <http://www.cedecacasarenascer.org/uploads_arquivos/livros/1705175954000000-dicionario_de_termos_tecnicos_da_assistencia_social_2007.pdf>. Acesso em 04 de jan. de 2015.

como no acesso aos bens socialmente produzidos e ao cumprimento dos direitos sociais e humanos, buscando superar, por meio de suas ações, as diferenças socialmente instauradas. Embora diante da lei todos os homens sejam iguais e disponham de um grande conjunto de direitos, a sociedade desenvolve abismos que os separam e os aliena destes direitos, justamente para que a riqueza permaneça concentrada nas mãos de poucos.

O trabalho do assistente social apresenta a dimensão socioeducativa e de prestação de serviços. Ao desenvolver suas ações os assistentes sociais interferem nas relações sociais a partir da dimensão ideológica e política que assume.

As ações profissionais dos assistentes sociais apresentam duas dimensões: a prestação de serviços assistenciais e o trabalho socioeducativo, sendo que há uma tendência histórica a hierarquizar a ação educativa em face do serviço concreto. Na realidade, é pela mediação da prestação de serviços sociais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua “clientela”. Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão socioeducativa (e política / ideológica) da profissão, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador a moldar o “cliente” em termos de sua inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternas (YAZBEK, 2009, p. 69).

De acordo com o Código de Ética dos assistentes sociais, Lei 8662/93, no exercício profissional os assistentes sociais devem assumir a defesa dos seguintes princípios fundamentais:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional

vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, CFSS, [2012], p. 23).

Oliveira e Pavez (2012, p. 89) complementam:

O assistente social se defronta, cotidianamente, com os “candidatos” a cidadãos, que buscam ajuda para satisfação de necessidades básicas de sobrevivência. Trata-se de uma profissão que lida com as misérias humanas, com o produto da exploração do homem pelo homem, fazendo aflorar e trazendo para o confronto reflexões sobre os valores de nossa sociedade, exigindo um posicionamento ético e político frente à realidade, em todas as suas possibilidades, na tentativa de buscar a sua transformação.

Para Faleiros (2007, p. 81):

É com as problemáticas das camadas populares que trabalham os profissionais da área social. Não são problemáticas em geral. Nelas se manifestam e se escondem os processos gerais cuja abstração consiste na descoberta dos nexos, aí existentes com as formas gerais do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Iamamoto destaca que o desafio que se coloca para os assistentes sociais na contemporaneidade é o de redescobrir alternativas e possibilidades que façam frente à questão social e ao mesmo tempo sejam solidárias com o modo de vida das pessoas que a vivenciam nas suas mais variadas expressões, percebendo-as não apenas como vítimas, mas também como sujeitos que lutam pela conquista e preservação da sua vida e da sua humanidade.

Iamamoto pontua que o Serviço Social é uma profissão com nítido recorte de gênero na categoria profissional, sendo predominantemente feminina, e tradicionalmente uma profissão de mulheres para mulheres, não desconsiderando ou desconhecendo a minoria de assistentes sociais do sexo masculino. Ou seja, o assistente social, ao realizar o seu trabalho:

Aciona não só o acervo de conhecimentos, mas a herança social cultural acumulada, com suas marcas de classe, de gênero, etnia, assim como o processo de socialização vivido ao longo da história de vida, atualizando valores, preconceitos e sentimentos que aí foram sendo moldados (IAMAMOTO, 2007, p. 103).

Qual a inserção do Serviço Social na questão da violência contra a mulher? As mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia são também atendidas nos Centro de Referência da Assistência Social (RAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Organizações Não Governamentais (ONGs), Defensorias Públicas, Casas-Abrigos, Conselhos Tutelares, Hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), etc. – diferentes instituições que são áreas de atuação dos assistentes sociais e nas quais estes profissionais são chamados a apresentar respostas para a questão da violência contra a mulher, enquanto expressão da questão social.

Nos diferentes serviços que atuam direta ou indiretamente com a questão da violência contra a mulher as assistentes sociais compõem a equipe multiprofissional ou interdisciplinar, atuando com as expressões da questão social e são desafiadas a redescobrir alternativas para o enfrentamento das diferentes demandas das mulheres em situação de violência. Demandas que podem se apresentar concomitantemente no campo da assistência, da habitação e da saúde, exigindo do profissional a articulação com a rede de recursos na busca de ações integradas.

De acordo com o Guia de Procedimentos para o Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRMs) e nos Centros de Cidadania da Mulher (CCM):

A equipe de atendimento técnico deverá se constituir de forma preferencialmente multidisciplinar, com profissionais de Serviço Social, Psicologia e outras áreas das ciências humanas. Os profissionais deverão ter como princípio norteador do seu trabalho a orientação e o fortalecimento das mulheres como cidadãs ativas na busca da superação das violências sofridas. O atendimento da equipe técnica deve basear-se na escuta ativa, atuar na socialização, compreensão e concretização dos direitos sociais, com o objetivo de orientar sobre direitos, fornecer orientações e encaminhamentos, visando a promoção e inserção da mulher atendida e de seus dependentes em programas das políticas sociais. A equipe técnica, pela dimensão de totalidade inerente a esse trabalho, atua na perspectiva do protagonismo

das mulheres, na construção e fortalecimento de redes, fóruns, na formulação e no controle social das políticas sociais, em consonância com perspectiva da igualdade de gênero. (PMSP, Coordenadoria da Mulher, [2012], p. 31).

A saúde e a assistência social são as áreas que mais absorvem os profissionais de Serviço Social e trata-se de espaços em que se apresentam diferentes demandas relacionadas à violência contra a mulher, desafiando os assistentes sociais a intervirem na realidade vivida pelas mulheres que se encontram em situação de violência.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. (IAMAMOTO, 2007, p. 28).

Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo sobre a violência fatal, mapeando os homicídios na região sul, norte e oeste, e entrevistando os familiares das vítimas, as chamadas vítimas indiretas, bem como observando o território onde a violência se manifesta, foi apontado que:

No Brasil, não é apenas a pobreza absoluta, mas a exacerbação das desigualdades sociais que vêm gerando o terreno propício para a disseminação da violência, numa sociedade onde poucos conseguem satisfazer todas ou quase todas as suas necessidades, mostrando que a distribuição das mortes violentas é apenas o reflexo da estratificação social (OLIVEIRA; PAVEZ, 2002, p. 82).

Para as autoras, o trabalho com vítimas de violência tem se apresentado como uma nova demanda para os assistentes sociais e que os mesmos precisam apropriar-se da complexidade das contradições sociais, percebendo que “as possibilidades de reinvenção da vida estão pautadas nas contradições e no profundo abismo entre segmentos sociais pauperizados e a chamada cidadania plena”.

Para nós, assistentes sociais, a apropriação desta complexidade e o assumir desta pauta são vitais. Trabalhar com vítimas de violência está se constituindo uma nova demanda ou, pelo menos, uma nova forma de olhar, ler e intervir nestas situações, a partir da própria violência, por dentro dela mesma, procurando entender tanto o impacto das determinações sociais, como o sofrimento moral e psíquico que os familiares das vítimas apresentam e desenvolvem, contornados por essa complexidade (OLIVEIRA; PAVEZ, 2002, p. 88).

Segundo Silveira (2006) os CRMs têm sido considerados equipamentos estratégicos na rede contra a violência e tem um importante papel para as mulheres que necessitam de apoio psicológico e/ou orientação social e jurídica, porém, a autora aponta que a ausência de políticas públicas locais articuladas, que ofereçam respostas efetivas, fazem com que muitas vezes as situações atendidas no CRM sejam resolvidas no improviso ou no caso a caso.

Os centros de referência e atendimento, inspirados na experiência dos SOS (sendo que alguns ainda utilizam esta nomenclatura), ocupam uma posição importante para as mulheres que necessitam de apoio psicológico e orientação social e jurídica. O centro de referência tem sido considerado como equipamento estratégico na rede antiviência. Contudo, na maior parte dos casos, sua atuação se limita ao acolhimento e orientação, pela falta de políticas públicas locais articuladas que ofereçam respostas eficazes para as mulheres em situação de violência. Muitas vezes estes centros encontram-se diante de dilemas semelhantes aos dos primeiros modelos feministas. Muitas das situações ainda são resolvidas no improviso e no caso a caso. (SILVEIRA, 2007, p. 50).

Segundo esta autora, o primeiro CRM foi a Casa Eliane de Grammont, serviço público, atualmente vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, inaugurado no município de São Paulo em março de 1990, e serviu como referência para a implantação de outros serviços semelhantes, apresentando importante influência na construção de uma metodologia de atendimento voltada para a compreensão da violência na perspectiva de considerar a mulher como sujeito na história de violência e na adoção da terminologia “mulher em situação de violência”.

Silveira (2006) acredita que o CRM apresenta uma perspectiva abrangente e estratégica na rede de atenção à violência, porém, ressalta que durante vários anos o foco das políticas públicas se concentrou no par delegacia/casa-abrigo e que apenas na segunda metade da década de 90 os centros passaram a ser reconhecidos.

Contudo, a autora acredita que:

[...] não é possível afirmar que já exista um *lugar simbólico social* para este tipo de serviço, ao contrário do que ocorre com as delegacias. Entretanto a demanda das mulheres que buscam os centros é bastante específica. Ela se caracteriza pela indefinição quanto ao melhor caminho para romper a relação violenta, e muitas vezes pela recusa de solução através da via policial. Isto sugere que estes equipamentos ofereçam uma possibilidade

alternativa de resolução do conflito violento (SILVEIRA, 2006, p. 64).

Apesar de a autora defender que os CRMs ganharam maior visibilidade a partir de 2003, ela não faz referência a maiores investimentos, ao contrário, afirma que a prioridade dos investimentos foi na construção de Casas-Abrigo.

No entanto, a prioridade dos investimentos foi dada à construção de Casas-Abrigo e apenas no ano de 2003 pela primeira vez os CRMs ganham visibilidade em termos de política nacional com o lançamento do “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à violência contra a Mulher”, lançado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SILVEIRA, 2006, p. 64).

Silveira (2006) define que dentre os objetivos do CRM está a discussão da construção social do papel das mulheres e da construção da subalternidade; a recuperação da cidadania, autoestima e confiança nas próprias percepções e decisões. Para a autora um importante diferencial do CRM é o acolhimento e enfrentamento do processo de ambiguidade, enquanto um plano de saída da dinâmica violenta pode ser desenhado. A aposta é no *desejo* da mulher, seja ele qual for e no tempo que for possível e necessário. A ênfase é “no processo” de superação da relação violenta, o que não necessariamente significa a separação conjugal, assim, o trabalho no centro de referência da mulher permite à mulher recuperar a história de violência e posicionar-se em relação a ela, inclusive reconhecendo seus limites para lidar com a situação.

Conforme as demandas apresentadas pelas mulheres que buscam os serviços dos CRMs, a metodologia de trabalho pode ser o atendimento individual ou grupal, a participação em oficinas e palestras, o encaminhamento para abrigo sigiloso ou o encaminhamento para a rede de serviços e programas socioassistenciais. As ações do CRM visam à promoção de reflexão sobre a temática da violência, promoção de atividades que contribuam para o fortalecimento da autoestima e a efetivação dos direitos sociais das mulheres atendidas.

Segundo a assistente social do CRM Casa Brasilândia o objetivo do trabalho do centro:

É oferecer o atendimento individual e o acompanhamento para mulheres em situação de violência. Tem o atendimento social, o psicológico e jurídico da defensoria pública. Que é para capacitar as mulheres para que elas conheçam os próprios

direitos e orientar para que se elas precisarem, se elas quiserem, porque a gente também não pode obrigá-las. O atendimento a gente faz e orienta, se elas quiserem a gente consegue dar continuidade, se for o caso de risco a gente encaminha para o abrigo.

Ao compor a equipe técnica do CRM, de acordo com o Guia de Procedimentos para Atendimento às mulheres em situação de violência, os assistentes sociais devem promover o acolhimento e a escuta técnica, definida como “instrumento de trabalho interativo na construção de respostas qualificadas para o momento da rota crítica em que se encontra a mulher em situação de violência”.

Ainda segundo o *Guia de Procedimentos para o Atendimento às Mulheres em Situação de Violência*, o objetivo do acolhimento/escuta técnica é a realização de um diagnóstico, no qual o técnico busca identificar em que situação de violência a mulher se encontra e a partir daí elabora um plano personalizado de atendimento de acordo com as demandas da mulher em situação de violência e conforme o tipo de violência sofrida.

Segundo Oliveira e Pavez (2002, p. 89), no atendimento aos familiares das vítimas e também no atendimento às vítimas, é necessário que os assistentes sociais dispam-se de valores e julgamentos morais.

Para atender familiares de vítimas de homicídios é necessário despojar-se de valores e julgamentos, entendendo que é no espaço da moralidade que aprovamos ou não o comportamento das pessoas, que tentamos determinar o que é certo e o que é errado, e é no espaço da ética que realizamos uma reflexão crítica sobre a moralidade, em busca d fundamento do valor que norteia o comportamento, em sua historicidade.

As autoras apontam ainda que os assistentes sociais ao realizarem entrevistas com as vítimas de violência precisam manejar adequadamente esta técnica, desenvolvendo uma escuta qualificada e cuidadosa com a finalidade de produzir novos conhecimentos sobre a questão. Sobre a técnica de entrevista é colocado o seguinte:

A entrevista é uma fotografia particular e instantânea da vida social. Essa foto pode ser ampliada ou reduzida, colorida ou esmaecida, com efeitos de animação ou paralisada, dependendo do preparo teórico-metodológico do profissional e,

principalmente, da compreensão ético-política que tem de sua prática... A entrevista com vítimas de violência tem por objetivo produzir novos conhecimentos sobre a questão, motivo a mais para que a escuta seja atenta e cuidadosa, pouco apressada, de forma que o próprio entrevistado também possa ouvir sua própria fala, desencadeando um processo reflexivo, este sim produtor de conhecimento (OLIVEIRA; PAVEZ, 2002, p. 88).

Silveira (2006, p. 64) introduz uma importante reflexão acerca dos problemas enfrentados pelos CRMs, como também pela maioria das políticas antiviolência. Para esta autora, existe uma fragilidade na articulação da rede de políticas sociais de combate à violência, bem como uma limitação nas respostas apresentadas com caráter pontual.

Em que pese positivamente o momento de escuta e acolhimento como primeiro passo para a saída da dinâmica violenta, em algum momento vão surgir as dificuldades concretas para as mulheres que desejam romper a relação. Como se trata de um serviço público, a grande maioria das mulheres atendidas são de camadas excluídas ou de baixa renda. O drama das usuárias se desenrola assim no cruzamento de pelo menos dois eixos de exclusão – gênero e classe social, quando não do eixo racial, no caso das mulheres negras. Para esta população a saída de uma relação conjugal envolve uma série de obstáculos: por exemplo, o desemprego e/ ou a informalidade do trabalho do companheiro e/ ou da própria mulher; ou as condições precárias da moradia - em geral cedida ou emprestada, muitas vezes construída em terrenos ilegais ou de propriedade de familiares do companheiro. Enfim existe um grande número de dificuldades objetivas, além do próprio medo e insegurança. Como as políticas de violência têm se pautado pela implantação de serviços pontuais, os recursos oferecidos acabam sendo muito limitados. Muitas vezes, após um breve processo de reflexão, algumas mulheres já conseguem ter clareza de sua situação e de seus direitos. Neste momento, a possibilidade de disponibilizar recursos para garantir a subsistência da mulher poderia acelerar o processo e minimizar os custos da violência para ela e seus filhos [...] Entretanto, as parcerias e encaminhamentos têm sido firmados na informalidade e praticamente no caso a caso, o que significa desgaste para usuárias e profissionais, desperdício de tempo e baixa resolutividade. A fragilidade de articulação da rede, e as respostas limitadas – em especial dos serviços policiais e jurídicos – reduzem as possibilidades de um desfecho rápido, que garanta a segurança e a preservação dos direitos das mulheres.

De acordo com o depoimento da coordenadora do CRM Casa Brasilândia, este centro de referência enfrenta algumas dificuldades na prestação de um serviço efetivo para as mulheres em situação de violência.

Dentre as dificuldades apontadas pela coordenadora a falta de vagas e o fluxo de busca de vaga através do CREAS são desafios enfrentados no cotidiano profissional.

A falta de vagas é uma delas. Antes, na época que você trabalhou aqui, a gente ligava direto para os abrigos conveniados e eles já falavam se tem vaga ou não. Agora a gente já não tem mais acesso a eles. A gente tem que ligar pro CREAS da região, [...] verificar onde tem uma vaga e se não tem e a gente fica a mercê deles na verdade. A gente fica esperando o retorno pra saber se vai ter vaga ou não, ficou muito difícil agora.

Segundo a coordenadora da Casa Brasilândia o abrigo Helenira Rezende, que está diretamente ligado à SMPM, possui vínculo direto com o CRM e este é um fator facilitador, porém, este abrigo possui uma capacidade limitada de vagas, com uma estrutura de cinco dormitórios: “[...] Nesse abrigo da prefeitura a capacidade é pequena, são cinco quartos e é possível atender apenas cinco famílias”.

A coordenadora do serviço afirma que as condições de trabalho estão desfavoráveis e cada nova gestão tem sido marcada pelo enxugamento dos gastos com o CRM, culminando no sucateamento dos serviços. Os CRMs têm funcionado com recursos mínimos, com a insuficiência de RH, gerando uma sobrecarga de trabalho para a equipe – tendo como consequência a desmotivação e o adoecimento profissional. Com a falta de um veículo para o transporte das usuárias do CRM ao abrigo, o corte das oficinas e com a falta de suprimentos básicos como material de escritório.

É uma sobrecarga mesmo. Eu fico pensando: “ah sou eu”, mas na semana passada fui num evento que estavam as outras coordenadoras. Fico olhando e vejo o mesmo cansaço na cara das outras coordenadoras. Estão todas cansadas, desmotivadas, ou seja, não sou só eu. A de Santo Amaro estava até doente, com olheira, com um monte de dores. A outra também reclamando que ela está sozinha e que nada de arrumarem o RH. Você sabe que até hoje a gente não tem nem

almoxarifado, Quando era Direitos Humanos e Participação tinha um almoxarifado que a gente todo mês fazia o pedido. Agora a gente não tem almoxarifado. A única coisa que eles mandam é sulfite e copinho de plástico. Não tem café, não tem caneta, não tem nem material. Faltam até os materiais básicos.

A coordenadora pontua que existe uma fragilidade na articulação das políticas sociais, citando que a SMPM tem realizado reuniões e discutido a proposta de efetivação de convênios com empresas e com o CAT para inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas que tais discussões ainda não foram revertidas em práticas concretas.

A secretaria está buscando isso agora. Tem um órgão dentro da secretaria que está buscando a inclusão da mulher no mercado de trabalho. Inclusive eu vou ter uma reunião para falar sobre isso. Só que não sai do papel. Tem tido muita discussão de incluir a mulher. Teve uma época que não era secretaria ainda, a gente começou uma parceria com o CAT só que também não foi adiante. Eu me lembro que na época eles iam vir aqui dar cursos profissionalizantes. Aí parou. Esse é o problema, tudo que é falado, tudo que você debate o ano todo nas reuniões parece que fica no papel. Igual ao CAT. [...] Mudou a gestão e não se falou mais disso. Agora a discussão é sobre a inclusão da mulher, de geração de renda, de cursos profissionalizantes para essas mulheres. Nas reuniões está discutindo que haverá convênios com algumas empresas, que já assinaram contratos, que já tem essa verba, não sei. A questão da vaga em creche, porque muitas vão com as crianças e acaba saindo, tiram a criança da escola.

A assistente social da Casa Brasilândia faz uma leitura crítica das condições de trabalho no CRM, apontando que as dificuldades enfrentadas pela equipe vão desde a insuficiência de Recursos Humanos, o corte das oficinas, as desigualdades salariais entre técnicos de carreira da prefeitura e os que atuam nas OSs até a falta de verba para atendimento emergencial, nos casos em que não se consegue encaminhar a mulher para o abrigo por falta de vaga.

Está tudo errado. Existe uma secretaria que não mudou nada desde quando entrou. Tirou nossas oficinas, não retomou, falam, falam e falam e não acontece nada. Eles só cobram, mas em contra partida não oferecem nada. Não tem RH, a maioria das casas que você vai tem uma assistente social, não tem psicólogo e você vê as ONGs, os núcleos de defesa que são conveniados com o quadro completo de funcionários. Você vê as OSs que pagam melhor os funcionários do que a prefeitura paga para os servidores efetivos. Você vê que não tem uma verba para encaminhar essa mulher para um hotel.

Para esta assistente social no enfrentamento da violência contra a mulher é importante a capacitação profissional e articulação da rede, envolvendo diferentes secretarias:

Em rede com todas as secretarias: saúde, assistência, habitação, educação, trabalho. Eu acredito que a base de tudo é a educação. E hoje a gente ainda vê escolas que vão fazer a comemoração do dia das mães e mandam um avental de presente para as mães. Eu penso que os profissionais precisam ser capacitados, em todos os âmbitos, saúde, educação para que não reproduzam as ideias patriarcais da sociedade [...].

Diante das dificuldades apontadas pelas entrevistadas que compõem a equipe do CRM, são grandes os desafios do cotidiano profissional: falta de recursos materiais e humanos, falta de vagas, fragilidade de articulação entre as secretarias, etc.. Neste contexto, enquanto técnico que compõe esta equipe, o assistente social tem muito a contribuir no enfrentamento da violência contra a mulher, fomentando as discussões, mapeando as demandas das usuárias e as dificuldades no enfrentamento das mesmas, propondo alternativas criativas, como também fazendo a leitura crítica da realidade, tendo o projeto ético político como norteador de suas ações.

CAPÍTULO II - CENTRO DE REFERÊNCIA CASA BRASILÂNDIA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

2.1 Acolhimento institucional

O Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia, onde o presente estudo foi realizado, consiste em um serviço público da Prefeitura Municipal de São Paulo, vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, fundado em novembro de 2003, situado na região do extremo norte do município de São Paulo, tendo como público-alvo mulheres em situação de violência. Tem como objetivo prestar atendimento público psicossocial e jurídico às mulheres maiores de dezoito anos em situação de violência doméstica, que buscam espontaneamente a casa ou que são encaminhadas por outros serviços.

2.2.1 A demanda atendida pelo CRM Casa Brasilândia e encaminhada aos abrigos

Os achados desta pesquisa mostram que no período analisado, compreendendo os anos de 2011 a 2014, foram atendidas novecentos e sessenta e sete mulheres no CRM Casa Brasilândia.

Em média o CRM Casa Brasilândia atendeu 241 mulheres em cada ano, revelando que o ano de 2012 concentrou o maior percentual de atendimentos (29,7%) e evidenciando uma queda expressiva nos atendimentos realizados no ano de 2014 (19,13%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia no período de 2011 a 2014.

Ano	N	%
2011	257	26,58
2012	283	29,27
2013	242	25,03
2014	185	19,13
Total	967	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Nos anos de 2013 e 2014 o número de mulheres que chegaram ao CRM, foi menor em relação aos anos anteriores (2011 e 2012), a partir dos depoimentos de duas técnicas que atuam na Casa Brasilândia, acredita-se que a diminuição no número de atendimentos pode estar relacionada ao corte das oficinas e dos grupos de reflexão, que segundo as técnicas funcionava como um chamariz para as mulheres aproximarem-se do CRM.

Nós tínhamos também os grupos que eram as oficinas terapêuticas, teve corte de verba e foram cortadas as oficinas terapêuticas. Eram legais essas oficinas, porque era um jeito de atrair as mulheres vítimas de violência. Porque nosso movimento caiu muito agora, eu acho que um dos motivos pode ser esse também. Como tinha um grupo muito grande nas oficinas que, eram várias aulas de expressão corporal, danças e no meio dessas mulheres sempre tinha as mulheres que no primeiro momento tinha vergonha de falar que sofriam violência e depois elas vinham através das aulas. Se aproximavam, construíam vínculos com os profissionais da casa e depois lá na frente elas tinham coragem de falar: posso falar com você? Eu também sofro violência. Os grupos de reflexão foram cortados também, para o ano que vem está previsto que se contratem os professores novamente, mas vão ser só dois professores. Agora então muita coisa dificultou (Coordenadora da Casa Brasilândia).

Refletindo em grupo muitas mulheres que faziam suas oficinas elas não falavam das questões da violência. No decorrer do tempo elas vinham, fazem falta essas oficinas [...] (Assistente social da Casa Brasilândia).

Do total de mulheres atendidas, setenta e duas foram encaminhadas para as Casas-Abrigo. O foco deste estudo foram os prontuários de setenta e duas mulheres em situação de violência e sob risco iminente de morte encaminhadas para abrigo, através do CRM Casa Brasilândia, e os de setenta e um autores da agressão, totalizando cento e quarenta e três prontuários. Cada prontuário é composto por uma ficha de atendimento, um breve relatório social e o Boletim de Ocorrência. A leitura e análise dos

mesmos permitiu a elaboração de planilhas que ajudaram a sistematizar os dados necessários para traçar o perfil das mulheres encaminhadas para as Casas-Abrigo e dos respectivos agressores, tais como: idade, cor, naturalidade, escolaridade, situação de emprego e renda, histórico de violência, religião e o tipo de violência sofrida, incluindo número de telefone para contato.

Tabela 2 - Número de mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia e encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Ano	N	%
2011	20	27,78
2012	22	30,56
2013	17	23,61
2014	13	18,06
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Relacionando a tabela 1 e a tabela 2 é possível perceber que quanto maior o número de mulheres atendidas, maior o número de encaminhamentos para abrigo, sendo a maior concentração de atendimentos no ano de 2012 que também concentrou o maior percentual de mulheres abrigadas (30,56%). O ano de 2014 seguiu a mesma lógica, o número total de atendimentos foi menor, da mesma forma que o número de mulheres abrigadas (18,6%).

Quanto ao tempo de permanência das mulheres no abrigo, conforme anexo 6, não foi possível localizar nos prontuários do CRM Casa Brasilândia a maioria das informações. Foram localizadas planilhas dos anos de 2012, 2013 e 2014 parcialmente preenchidas. Referente ao ano de 2011, não foi localizado nenhum registro a este respeito. Em 69,44% não havia informação sobre a quantidade de dias ou meses que as mulheres permaneceram na Casa-Abrigo. Em 13,89% das situações, as mulheres ficaram menos de dez dias no abrigo, e em 5,56% ficaram entre 60 e 90 dias, ou seja, dentre as que havia o registro da data de entrada e de saída da Casa-Abrigo 27,79% permaneceu menos de 90 dias, revelando que estas mulheres permaneceram pouco tempo no abrigo não utilizaram o prazo máximo de permanência (180 dias).

2.2.2 Origem dos encaminhamentos ao CRM Casa Brasilândia

As mulheres que chegam ao Centro de Referência da Mulher são normalmente encaminhadas por diferentes instituições, sendo poucas as que procuram o serviço espontaneamente. Os encaminhamentos das mulheres para o CRM Casa Brasilândia, no período em que este estudo foi realizado, foram originados de órgãos pertencentes à área da segurança pública - DDMs, DP, advogados particulares e Defensorias Públicas; Assistência Social - ONGs, CCMS, CRAS, CREAS, Casa-abrigo e Conselhos Tutelares e de Serviços de Saúde: CAPS, AMAs, UBSs e hospitais, conforme ilustra a tabela (3), a seguir.

Tabela 3 - Órgãos responsáveis pelo encaminhamento das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento no período de 2011 a 2014.

Órgãos	N	%
Assist. Social	23	31,94
Delegacias	32	44,44
Serviço de Saúde	8	11,11
Espontânea	9	12,50
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Observa-se nos dados acima que a maioria das mulheres são encaminhadas por serviços ligados à área da segurança (44,44%), seguidos pelos serviços de assistência social (31,94%) e serviços de saúde (11,11%). A procura por parte da mulher, nesse estudo foi menor (12,50%).

Silveira (2007) nos informa que de todos os serviços de atendimento implantados no Brasil, os que mais se multiplicaram foram as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) ou Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher (Deams). Durante muito tempo (e em algumas localidades até hoje) as delegacias se constituíram como o único espaço de denúncia e assistência aos casos de violência contra a mulher, revelando em certa medida que o foco das políticas de atenção à violência contra a mulher concentrara-se na esfera da Segurança Pública, na perspectiva da denúncia/ criminalização.

O fato da busca espontânea ter apresentado o menor número de atendimentos revela que o CRM não tem sido a porta de entrada para a busca da ruptura com a situação de violência e sim as delegacias. Observamos durante a coleta dos dados que em algumas situações as mulheres passaram

por pelo menos três serviços públicos antes de chegarem ao CRM, tais como: AMA, hospitais, delegacias, IMLs, CRAS. A hipótese levantada para o fato de poucas mulheres terem sido encaminhadas pelos serviços de saúde é de que provavelmente estes serviços mantêm a cultura de encaminhar os casos de violência para a delegacia e a delegacia por sua vez encaminha ao CRM, principalmente os casos em que as mulheres necessitam de abrigo.

Considerando os diferentes serviços que encaminham as mulheres em situação de risco de morte para o CRM Casa Brasilândia, acredita-se que na zona norte do município de São Paulo o papel de encaminhamento para abrigo tem sido preponderantemente assumido pelo CRM, evidenciando que existem restrições no encaminhamento, provavelmente para assegurar o sigilo dos abrigos. No entanto, para confirmar esta hipótese seria necessário pesquisar nas diferentes Casas-Abrigo a origem dos encaminhamentos das mulheres abrigadas.

Ao chegar ao CRM Casa Brasilândia as mulheres são atendidas por profissionais de diferentes áreas de atuação, responsáveis pelo primeiro atendimento da mulher, ou seja, o profissional que fez o acolhimento no momento da busca pelo atendimento.

Tabela 4 - Profissional responsável pelo acolhimento/entrevista na chegada das mulheres ao CRM Casa Brasilândia no período de 2011 a 2014.

Profissional	N	%
Assistente Social	50	69,44
Psicólogo	12	16,67
Estagiário de Serviço Social	7	9,72
Estagiário de Psicologia	3	4,17
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Os dados encontrados revelam que a maioria dos atendimentos (69,44%) foram realizados por uma assistente social, que 16,67% foram realizados por uma psicóloga, 9,72% por uma estagiária de Serviço Social e 4,17% por uma estagiária de Psicologia. Somando os dados referentes aos profissionais e aos estagiários concluiu-se que em sua grande maioria, 79,16% dos primeiros atendimentos, também denominados de acolhimento, foram realizados pelos profissionais de Serviço Social e os profissionais da Psicologia atenderam 20,84% dos casos encaminhados para abrigo.

2.2.3 Perfil das mulheres encaminhadas pelo CRM para o abrigo

Em relação à idade das mulheres abrigadas e dos respectivos autores da agressão, a faixa etária com maior concentração de mulheres em situação de abrigamento é dos 20 aos 29 anos (41,7%), seguida das mulheres na faixa etária dos 30 aos 39 anos (38,89%). Somando estas faixas etárias, obtém-se um percentual de 80,59% das mulheres abrigadas na faixa dos 20 aos 39 anos. A faixa etária que concentra o maior número de autores da agressão é dos 30 aos 39 anos (36,68%), seguido da faixa etária dos 20 aos 29 anos com (29,58%), somando estas faixas etárias obtém-se um percentual de 66,26% na faixa dos 20 aos 39 anos (tabela 5).

Tabela 5 - Faixa etária das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento no período de 2011 a 2014.

Faixa etária (anos)	Mulheres	
	N	%
15 a 19	3	4,17
20 a 29	30	41,67
30 a 39	28	38,89
40 a 49	08	11,11
50 a 59	01	1,39
60 a 69	2	2,78
NI	0	0,0
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Dialogando com a última pesquisa da Fundação Perseu Abramo / Sesc (2013) que teve como tema “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública”, no que se refere à faixa etária o maior percentual de mulheres que relataram sofrer algum tipo de violência foi entre os 25 e 34 anos (48%). As mulheres com idades entre 35 e 44 anos somaram 43%. As taxas mais baixas foram acima dos 60 anos (28%) e dos 15 aos 17 anos (29%). Apesar de termos trabalhado com faixas distintas, observa-se que os dados da nossa pesquisa convergem com os da Perseu Abramo.

Os dados da pesquisa Data Senado (2013) revelaram que os percentuais mais elevados de violência contra a mulher foram registrados entre as que possuem menor nível de escolaridade, as que recebem até dois salários-mínimos, e as que têm idade de 40 a 49 anos. No que se refere à escolaridade e renda os dados são semelhantes aos apurados na nossa pesquisa, porém, em relação à faixa etária observa-se uma diferença.

Considerando que as mulheres encaminhadas para abrigamento são aquelas que estão em risco iminente de morte, os dados deste estudo coadunam com os dados do Mapa da Violência (2012) que concluiu que “as maiores taxas de vitimização de mulheres concentra-se na faixa dos 15 aos 29 anos de idade, com preponderância para o intervalo de 20 a 29 anos, que é o que mais cresceu na década analisada”. A maior concentração de mulheres abrigadas na faixa etária dos 20 aos 29 anos revela que assim como predomina a vitimização nesta faixa etária, existe também uma maior incidência de risco de feminicídio.

Quanto à escolaridade das mulheres abrigadas constatou-se que a maioria das mulheres abrigadas (45,83%) possuem o ensino fundamental incompleto, ou seja, apresentam menos de oito anos de estudo, como demonstra a tabela 6. Ao somar os resultados referentes às mulheres não alfabetizadas com as que cursaram o ensino fundamental incompleto, completo e ensino médio incompleto conclui-se que a grande maioria (77,77%) apresenta baixo índice de escolarização, ou seja, não atingiu sequer o ensino médio completo.

Tabela 6 - Escolaridade das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento no período de 2011 a 2014.

Escolaridade	Mulheres	
	N	%
Analfabeta (o)	8	11,11
Fundamental incompleto (< 8 anos)	33	45,83
Fundamental completo (8 anos)	8	11,11
Ensino médio incompleto (<11 anos)	7	9,72
Ensino médio completo (11 anos)	12	16,67
Superior	1	1,39
Superior incompleto	0	0,00
Não soube informar	3	4,17
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

O percentual de mulheres com nível de escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo é de 18,06%, enquanto o percentual de autores da agressão com o mesmo nível de escolaridade é de 28,18%, ou seja, 10,12% superior ao das mulheres.

Segundo o IBGE, em relação à cor das mulheres abrigadas e dos respectivos agressores (tabela 7), observou-se que a maioria (44,44%) das mulheres são da cor branca. Porém, se juntarmos as mulheres pardas e pretas, seguindo a mesma lógica de outras pesquisas, como também os critérios do IBGE que considera negro os pretos e pardos, concluiremos que o maior percentual de mulheres abrigadas são de mulheres negras (55,56%). Em relação à coleta de dados do quesito cor é importante salientar que não é possível afirmar se a cor foi autodeclarada pelos sujeitos ou se foi registrada conforme a percepção do entrevistador, como também, em algumas fichas não constava tal informação, sendo ela levantada a partir do Boletim de Ocorrência.

Tabela 7 - Cor das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento no período de 2011 a 2014.

Cor	Mulheres	
	N	%
Branca	32	44,44
Parda	31	43,06
Preta	9	12,50
Ruivo	-	-
Não consta	-	-
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

As estatísticas brasileiras mostram que mais de 80% das mulheres acima de 10 anos de idade dedicam em média cerca de 28 horas por semana aos afazeres domésticos, enquanto só 51% dos homens nas mesmas condições realizam em torno de 9 horas dos mesmos trabalhos (PNAD/IBGE, 2009).



Fonte: Quino (2010)

Na pesquisa da Fundação Perseu Abramo/Sesc (2013) 25% das entrevistadas definiram-se com donas de casa, destas 21% afirmaram não ter nenhuma renda. As que possuíam algum rendimento aferiam os mesmos por meio de trabalhos esporádicas (como cozinhar ou costurar para fora, por exemplo), nem sempre percebidos pelas entrevistadas como trabalho, pois sua principal atividade é cuidar da casa e dos filhos.

De acordo com Bandeira e Melo (2010), o trabalho doméstico figura como a principal atividade exercida pelas mulheres, da mesma forma que o trabalho doméstico remunerado é ocupado majoritariamente por mulheres negras e caracteriza-se principalmente pelo cuidado com as tarefas domésticas, tais como o cuidado com as pessoas, com a limpeza e a alimentação.

Segundo as autoras, a precariedade deste tipo de trabalho traz uma marca discriminatória que atinge especificamente o sexo feminino e que a baixa formalização das trabalhadoras domésticas é uma tendência da precarização que atinge mulheres de modo diferenciado, a depender da sua raça/cor ou da região que habitem.

A precariedade desta ocupação é significativamente mais intensa para as mulheres negras e relaciona-se com o baixo índice de formalização, que alcançou 24,4% contra 28,9% das brancas. Em 2008, estas trabalhadoras/es eram 6,6 milhões e apenas 25% destas contava com carteira de trabalho assinada, significando que os 75% de mulheres ocupadas neste tipo de emprego estavam socialmente desprotegidas em situações de vulnerabilidade, como doenças, maternidade, velhice, entre outras (BANDEIRA; MELO, 2010).

Tabela 8 - Ocupação das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Ocupação	N	%
Do lar	17	23,61
Desempregada	30	41,67
Operadora de telemarketing	1	1,39
Trabalhadora do comércio	6	8,33
Costureira	2	2,78
Catadora de material reciclável	1	1,39
Auxiliar de serviços gerais	1	1,39
Serviço de limpeza	9	12,50
Profissional do sexo	1	1,39
Sem informação	4	5,56
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Em pesquisa realizada no período de julho a outubro de 2004, que buscou traçar o perfil de 43 (quarenta e três) Casas-Abrigo da federação brasileira e estudou como os equipamentos estão estruturados e organizados para exercer o seu papel no combate à violência, Rocha (2007) apontou que 53,49% das mulheres atendidas vivenciavam situação de pobreza, culminando na ausência de alternativas para romper com a relação violenta. A autora considerou como preocupante o fato de 53,80% das mulheres dependerem economicamente exclusivamente dos parceiros e que 1.017 mulheres (55,81%) nunca trabalham fora de casa; 987 (43,44%) trabalhavam no mercado informal como vendedoras ambulantes ou prestadoras de serviços domésticos. O estudo ressaltou que a ausência ou a precária participação das mulheres abrigadas no mercado de trabalho é agravada por sua baixa escolaridade, visto que a maioria (42,35%) cursou o ensino fundamental e 23,05% não eram alfabetizadas. Nesse trabalho a autora sugeriu ser essencial considerar as características dominantes das usuárias das Casas-Abrigo para a promoção de condições para sua efetiva inserção social.

Os dados encontrados nesse estudo corroboram com a pesquisa de Rocha, ao apontar que a maioria das mulheres encaminhadas para abrigo são negras (55,56%), desempregadas (41,67%), não possuem renda (63,89%) e apresentam baixa escolaridade (77,77%), conforme demonstram as tabelas 6 a 9.

Tabela 9 - Renda das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Renda (SMV)*	Mulheres	
	N	%
Até 1	11	15,28
De 1 a 2	14	19,44
De 2 a 3	-	-
De 3 a 4	-	-
> de 5	-	-
Sem renda	46	63,89
Não consta	1	1,39
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Conforme explicitado na tabela 9 o item que concentra o maior percentual refere-se à ausência de renda da mulher (63,89%). As que possuem algum tipo de rendimento estão concentradas na faixa de renda de um a dois salários mínimos (34,72%). Não havia informação sobre a renda da mulher em (1,39%). Nenhuma mulher apresentou renda acima de dois salários mínimos. No quesito renda houve uma mudança significativa no perfil do autor da agressão comparado ao perfil da mulher em situação de violência. No que se refere à concentração de renda acima de dois salários mínimos, enquanto a maioria das mulheres não possuem nenhum tipo de rendimento ou recebem até dois salários mínimos (98,61%).

A maioria das mulheres encaminhadas para abrigo são mães. O maior percentual é de mulheres com 1 a 2 filhos (41,76%). Seguidas daquelas que têm de 3 a 4 filhos (38,89%). O número de mulheres com até seis filhos também é expressivo (8,33%).

Tabela 10 - Número de filhos das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Número de filhos	N	%
0	6	8,33
1 a 2	30	41,67
3 a 4	28	38,89
5 a 6	6	8,33
7 a 10	1	1,39
Sem informação	1	1,39
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Os dados levantados nesta pesquisa refletem a mesma realidade observada por Prates (2007) quando a autora traçou o perfil sócio-demográfico e psicossocial das mulheres abrigadas e concluiu que 83,3% tinham entre 1 e 4

filhos. Os percentuais encontrados na pesquisa de Prates foram: 46,6% das mulheres tinham entre 1 e 2 filhos, 34,7% tinham entre 3 e 4 e 12,5 % entre 5 e 6 filhos.

Esta autora afirma que, em comparação com a taxa de fecundidade do IBGE (2006), em que o número médio de filhos por mulher é de 2,3 e da Fundação SEADE (2001) que é de 2,0 filhos, o número de filhos das mulheres abrigadas é elevado. De acordo com os dados da nossa pesquisa, o número de filhos das mulheres abrigadas entre 1 e 4 é de 80,65%, ou seja, também é elevado comparado com estas taxas de fecundidade.

Tabela 11 - Situação de moradia das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento no período de 2011 a 2014.

Tipo de Moradia	N	%
Alugada	27	37,50
Loteamento clandestino	17	23,61
Própria	14	19,44
Cedida	11	15,28
Sem Moradia	2	2,68
Situação de rua	1	1,39
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Considerando a tabela acima, 42,96% das mulheres vivem em situação de moradia irregular.

Tabela 12 - Número de mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigamento que recebiam benefício social no período de 2011 a 2014.

Tipo de benefício	N	%
Não recebe	40	55,56
Bolsa família	19	26,39
Renda cidadã	4	5,56
Bolsa família e renda cidadã	2	2,78
Bolsa família e aluguel social	2	2,78
Bolsa família e renda mínima	1	1,39
Bolsa família e BPC	1	1,39
BPC	1	1,39
Pensão por morte	1	1,39
Leve leite	1	1,39
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

A maior parte das mulheres não recebe qualquer tipo de benefício, sendo 36,12% recebem algum tipo de benefício, sendo que desses, a maior parte recebe o Bolsa Família e 8,34% recebe mais de um benefício.

A maioria das mulheres encaminhadas para abrigo são evangélicas (43,06%), seguidas imediatamente pelas católicas (23,61%) e as que não possuem religião (23,61%).

Tabela 13 - Religião das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Religião	Mulher	
	N	%
Evangélica	31	43,06
Católica	17	23,61
Espírita	2	2,78
Candomblé	0	0,0
Budista	1	1,39
Não tem	17	23,61
Não sabe	1	1,39
Sem informação	3	4,17
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Os dados referentes à busca pelo atendimento das mulheres evangélicas apontam para duas possibilidades. A primeira consiste no fato de que talvez as evangélicas estejam mais suscetíveis a sofrer violência pela subordinação aos maridos imposta pela religião e a segunda indica que talvez estas mulheres estejam fazendo o movimento de buscar a solução para além dos muros doutrinários da religião as quais pertencem.

Tabela 14 - Estado civil das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Estado civil e tipo de união	Mulher	
	N	%
União estável	44	61,11
Casada (o)	14	19,44
Solteira (o)	6	8,33
Separada (o)	5	6,94
Divorciada (o)	1	1,39
Viúva (o)	1	1,39
Namorando	1	1,39
Sem Informação	0	0,0
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

A maior parte das mulheres tem uma união estável e é casada, perfazendo 80,55%.

2.2.4. Perfil do autor da agressão

Importante ressaltar que as informações utilizadas para traçar o perfil do autor da agressão foram colhidas pelos técnicos do CRM Casa Brasilândia no momento da entrevista inicial com as mulheres atendidas, ou seja, são informações passadas pelas mulheres sobre os seus respectivos parceiros afetivos.

Tabela 15 - Faixa etária dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Faixa etária (anos)	Agressores	
	N	%
15 a 19	2	2,82
20 a 29	21	29,58
30 a 39	26	36,62
40 a 49	16	22,54
50 a 59	03	4,23
60 a 69	01	1,41
NI	2	2,82
Total	71	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014)

O maior percentual de autores da agressão concentrou-se na faixa etária dos 30 aos 39 anos (36,62%), seguido da faixa etária dos 20 aos 29 anos (29,58%).

Tabela 16 - Escolaridade dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Escolaridade	Agressores	
	N	%
Analfabeta (o)	3	4,23
Fundamental incompleto (< 8 anos)	22	30,99
Fundamental completo (8 anos)	8	11,27
Ensino médio incompleto (<11 anos)	11	15,49
Ensino médio completo (11 anos)	16	22,54
Superior	2	2,82
Superior incompleto	2	2,82
Não soube informar	7	9,86
Total	71	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Os dados acima apontam que a grande maioria dos autores da agressão (33,99%) possui o ensino fundamental incompleto, apresentando menos de oito anos de estudo, ou seja, baixa escolaridade. Somando os percentuais dos autores da agressão não alfabetizados com aqueles que possuem até o ensino fundamental e médio incompleto conclui-se que 61,98% não possuem o ensino médio completo. Ainda assim, o índice de autores da agressão com nível de escolaridade acima do ensino médio completo é superior ao das mulheres.

Tabela 17 - Cor dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Cor	Autor da agressão	
	N	%
Branca	28	39,44
Parda	27	38,03
Preta	10	14,08
Ruivo	1	1,41
Não consta	5	7,04
Total	71	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Quanto à cor dos autores da agressão 39,44% são brancos e 52,11% são pretos e pardos, demonstrando que o perfil referente à cor não é muito diferente quando nos referimos ao autor da agressão ou à mulher em situação de violência, o que significa dizer que a cor negra é predominante para ambos.

Tabela 18 - Renda dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Renda (SMV)*	Autor da agressão	
	N	%
Até 1	7	9,86
De1 a 2	10	14,08
De 2 a 3	11	15,49
De3 a 4	2	2,82
> de 5	4	5,63
Sem renda	19	26,76
Não consta	18	25,35
Total	71	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014)

Os autores da agressão possuem 23,94% de renda superior a dois salários mínimos, 23,94% igual ou abaixo de dois salários mínimos e 26,76% não possui renda. Um percentual significativo de “não soube informar”, revelando que em (12,68%) dos casos a mulher ignora o valor dos rendimentos aferidos por seu parceiro afetivo. Utilizando a mesma lógica empregada na análise do perfil de rendimentos das mulheres, ou seja, somando o percentual de autores da agressão que não possuem renda ou que possuem renda abaixo de dois salários mínimos, chegaremos a um percentual de 50,70% contra os 98,61% das mulheres. Este dado evidencia que os homens sujeitos desta pesquisa ganham mais do que as mulheres sujeitos desta pesquisa.

Tabela 19 - Religião dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Religião	Homem	
	N	%
Evangélica	8	11,27
Católica	10	14,08
Espírita	4	5,63
Candomblé	2	2,82
Budista	0	0,0
Não tem	39	54,93
Não sabe	4	5,63
Sem Informação	4	5,63
Total	71	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

O maior percentual de autores da agressão no que se refere à religião concentra-se naqueles que não possuem religião (54,93%). Os católicos correspondem a (14,08%) e os evangélicos (11,27%).

Tabela 20 - Estado civil dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Estado civil e tipo de união	Agressor	
	N	%
União estável	41	57,75
Casada (o)	14	19,72
Solteira (o)	6	8,45
Separada (o)	5	7,04
Divorciada (o)	2	2,82
Viúva (o)	0	0,0
Namorando	0	0,0
Sem Informação	3	4,23
Total	71	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

A maioria dos autores da agressão vive em união estável (57,75%). Os casados representam (19,72%). Somando os casados com os que vivem em união estável teremos um percentual de 77,47% revelando que a maior parte encontra-se numa relação estável.

Tabela 21 - Consumo de álcool e drogas dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Uso de substâncias psicoativas	N	%
Drogas	20	28,17
Drogas e Álcool	19	26,76
Álcool	17	23,94
Não usa	15	21,13
Total	71	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

A maioria dos autores da agressão faz uso de alguma substância química. Na tabela acima é possível observar que 28,17% faz uso de alguma droga não especificada. 26,76% faz uso de alguma droga não especificada e álcool concomitantemente e 23,94% faz uso de álcool. Ou seja, somando-se os percentuais, conclui-se que 78,87% faz uso de substância química. Um percentual significativo (21,13%) não faz uso de nenhuma substância.

Tabela 22 - Antecedentes criminais dos autores da agressão no período de 2011 a 2014.

Antecedentes criminais	N	%
Assalto	10	14,08
Tráfico de drogas	5	7,04
Sequestro e assalto	2	2,82
Tentativa de homicídio	1	1,41
Agressão física	2	2,82
Roubo e porte ilegal de armas	2	2,82
Estelionato	1	1,41
Crime ambiental (soltar balões)	1	1,41
Não tem	36	50,70
Não sabe informar	4	5,63
Sem informação	7	9,86
Total	71	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Observando a tabela 22 conclui-se que a maioria dos autores da agressão (50,70%) não possui antecedentes criminais. Somando os percentuais referentes àqueles que possuem algum tipo de antecedente criminal, conclui-se que 33,81% já responderam por algum tipo de crime.

2.2. Os antecedentes ao abrigoamento

O abrigoamento acontece após várias e sucessivas situações de violência. É o desenlace de um cotidiano que envolve desde a violência institucionalizada, até o tempo de submissão às agressões.

2.2.1 A violência institucionalizada

As duas entrevistadas revelaram que os vizinhos perceberam que elas estavam sofrendo violência, mas não prestaram auxílio.

Conforme o relato de Teresa ainda que a violência aconteça fora das paredes do domicílio as pessoas não se manifestam, que ao ser agredida na rua as pessoas observaram e não se envolveram.

Tinha, mas as pessoas não se manifestam não, ninguém ajuda, as pessoas ficam como não tão vendo nada. Ninguém te ajuda. Eu tava apanhando no meio da rua e o povo só olhando.

No caso de Teresa, até mesmo os policiais inicialmente foram resistentes em intervir na situação. Chegaram a dizer que não iam se envolver porque era briga de marido e mulher.

Ela levou a viatura até lá e a polícia não queria levar ele. Porque eles falaram pra ela que era briga de marido e mulher que eles não iam se meter. O que eles iam fazer lá. Fui eu que fiquei insistindo muito, para não me deixarem lá. Fiquei com medo deles irem embora e me deixar lá, aí eu ia apanhar mais.

Conforme Benedita, no seu caso a vizinha escutou, mas também não quis se envolver.

Não, ela só escutou. Só no outro dia que ela foi falar pra...mas ela devia ter ido...mas briga de casal ninguém quer se meter.

A violência é apontada como de difícil conceituação, porque faz parte do campo do vivido. Os eventos violentos sempre passaram pelo julgamento moral da sociedade e:

[...] se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência designa, pois – de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas” (MINAYO, 2006, p.13).

A violência doméstica é uma violência tolerada. No entanto, quando pensamos na convivência e naturalização institucionalizada, da qual participam parentes, vizinhos e até a polícia, não há possibilidade de erradicação da violência se a sociedade continuar a ignorar a sua participação na reprodução e ampliação desse tipo de violência pelo descaso e banalização.

2.2.2. Tipos de violência

A violência relatada pelas mulheres que passaram pelo CRM Casa Brasilândia se apresentou nas suas mais variadas faces, não sendo restrita apenas à violência física e reunindo em um só caso todas as modalidades de violência.

A combinação de mais de um tipo de violência já havia sido identificada em estudos prévios. Segundo Saffioti (2004, p. 76): “as violências física,

sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo da moral”.

Dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo/Sesc (2013, p. 84), intitulada “*Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*” revelaram que cerca de 28,7 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de violência; 17,2 milhões sofreram cerceamento ou outras formas de controle; 17,2 milhões sofreram alguma agressão física ou ameaça e 16,5 milhões violência psicológica ou verbal.

No presente estudo, conforme tabela 23, identificamos que, em relação às mulheres encaminhadas para abrigo, as principais violências sofridas são a psicológica e a física, com predominância na combinação destas duas formas de violência. Em 95,83% dos casos as mulheres sofreram violência psicológica combinada com outras formas de violência, inclusive a violência física. E em 91,66% dos casos sofreram violência física combinada com outros tipos de violência, inclusive a psicológica.

Tabela 23 - Tipo de violência sofrida pelas mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia encaminhadas para abrigo no período de 2011 a 2014.

Tipo de Violência*	N	%
Física, psicológica e moral	24	33,33
Física e psicológica	14	19,44
Física, psicológica, Patrimonial e moral	11	15,28
Física, sexual, psicológica e moral	5	6,94
Física, sexual, psicológica, patrimonial e moral	5	6,94
Física, sexual e psicológica	3	4,17
Psicológica	2	2,78
Sexual e Psicológica	1	1,39
Física, psicológica e Patrimonial	2	2,78
Física, sexual, psicológica e patrimonial	2	2,78
Física	1	1,39
Psicológica e moral	1	1,39
Não consta	1	1,39
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

*Segundo conceituação presente no Art. 7º da Lei 11.340 de sete de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

A partir dos dados coletados é possível perceber que a violência psicológica 97,22% seguida da violência física 93,05% apresentou o maior percentual. Interessante observar que em apenas 1,39% a violência física e em 1,39% a violência psicológica foram referidas isoladamente. Em 91,66%

dos casos a violência física e em 95,83% a violência psicológica aconteceu acompanhada de outros tipos de violência, sendo que houve uma maior concentração na combinação de dois tipos de violência (física e psicológica) que ocorreu em 19,44%. A combinação de três tipos de violência (física, psicológica e moral) que ocorreu em 33,33% dos casos e a combinação de quatro tipos de violência (física, psicológica, moral e patrimonial) foi referida em 15,28% dos casos.

As mulheres em situação de violência não recorrem imediatamente à autoridade policial. Ao contrário, a cultura de preservação da família e do casamento, em detrimento dos direitos fundamentais da integridade física e psíquica mesmo quando há fortes indícios de que a situação tende a agravar-se, faz com que as mulheres busquem outras formas de resolução das violências (CAMPOS, 2013, p. 85).

Dados da pesquisa Datasenado (2013) demonstram que pelo menos 34% das vítimas procuraram alternativas à denúncia formal, como a ajuda de parentes, de amigos e da Igreja, e 15% não fizeram nada a respeito da última agressão sofrida. Esta pesquisa revelou também que o principal motivo para as mulheres escolherem essas vias alternativas à denúncia formal é certamente o medo do agressor, fator apontado por 74% das entrevistadas. Em seguida, a dependência financeira e a preocupação com a criação dos filhos foram os fatores apontados por 34% do total de entrevistadas. A vergonha da agressão, também apontada como motivo para não denunciar, é mais frequente conforme cresce a escolaridade e a renda das entrevistadas. Entre aquelas que têm até o ensino fundamental, 19% afirmaram que a vergonha é o fator que impede as vítimas de denunciar a agressão. Entre as que têm o ensino superior, essa proporção sobe para 35%. Já em relação à renda, a vergonha é apontada com menos frequência pelas mulheres sem remuneração (21%) que pelas que recebem mais de cinco salários-mínimos (39%).

Prevalece a subnotificação das violências sofridas pelas mulheres, e, conforme resultados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo/Sesc (2013, p. 84), a ausência de registro varia de 90% a 70% dos casos. Segundo esta pesquisa há algum tempo os estudos feministas confirmam que o recurso à polícia ocorre após várias agressões e ameaças. Os pedidos mais frequentes

de ajuda, de metade a dois terços dos casos, são feitos às mães, irmãs e outros parentes, ou seja, recorrem primeiro à família.

2.2.3. Relação com o autor da agressão

A pesquisa DataSenado (2013) revelou que dentre as mulheres que já sofreram violência, 65% foram agredidas por seu próprio parceiro de relacionamento, ou seja, por marido, companheiro ou namorado. Ex-namorados, ex-maridos e ex-companheiros também aparecem como agressores frequentes, tendo sido apontados por 13% das vítimas. Parentes consanguíneos e cunhados aparecem em 11% dos casos.

Tabela 24 – Relacionamento das mulheres com os autores da agressão no período de 2011 a 2014

Agressor	N	%
Companheiro	42	58,33
Marido	13	18,06
Ex-companheiro	6	8,33
Ex-marido	4	5,56
Namorado	3	4,17
Ex-namorado	1	1,39
Pai	1	1,39
Irmão	1	1,39
SI	1	1,39
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

Os dados da presente pesquisa também apontam que o autor da agressão mantém relacionamento afetivo com a mulher agredida. O maior percentual encontrado refere-se ao companheiro (58,33%) seguido imediatamente pelo marido (18,06%) e pelo namorado (4,17%). O ex-companheiro foi citado em (8,33%) e o ex-marido em (5,56%).

2.2.4. Tempo de submissão às agressões

Conforme observado na presente pesquisa, concluímos que as mulheres encaminhadas para abrigo vivenciaram violência por longos períodos antes de tomarem a decisão de formalização da denúncia e de se afastarem do autor da agressão. A grande maioria sofreu violência por um período de 3 a 4

anos (26,39%), sendo que o percentual de 12,50%, acima de dez anos, também é bastante expressivo.

Tabela 25 - Tempo de submissão das mulheres às agressões no período de 2011 a 2014.

Tempo (anos)	N	%
< 1	15	20,83
1 a 2	13	18,06
3 a 4	19	26,39
5 a 6	8	11,11
7 a 8	6	8,33
9 a 10	1	1,39
>10	9	12,50
SI	1	1,39
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).

A denúncia é apontada como possibilidade de saída da relação de violência, na medida em que a ruptura do silêncio contribui para retirar a legitimação da ação do agressor.

Nas situações de violência praticada contra as mulheres, no relacionamento amoroso, no espaço doméstico, a denúncia e a possibilidade de saída estão no fato de a vítima, do lugar que ocupa, publicizar as agressões que sofre, romper com o emudecimento. Se não houver denúncia, o agressor fica protegido no seu lugar pela legitimidade e impunidade presentes na sociedade desigual pelo gênero (OLIVEIRA e PAVEZ, 2002, p. 86).

Num estudo venezuelano foi identificado que não necessariamente a decisão de romper com o silêncio parte da iniciativa das mulheres, no enfrentamento dos seus próprios medos e sim das circunstâncias e das condições às quais foram expostas à violência, por exemplo, quando sofreram uma violência mais grave, ficaram machucadas e precisaram ser auxiliadas por terceiros.

Varias de las mujeres del estudio no rompen el silencio por sus propios medios sino porque las circunstancias las expusieron como víctimas de violencia, por lesiones ante terceros o debido a incidentes graves por los que tuvieron que ser auxiliadas. En otros casos, los demás se enteran de las historias de violencia de las mujeres por las consecuencias sobre los hijos/as (GARCÍA, et al., 2013, p. 70).

Como aponta o estudo realizado na Venezuela, sobre a rota crítica percorrida pela mulher em busca de sair do ciclo de violência, o primeiro passo no processo de ruptura com a relação violenta é a decisão de denunciar, é vencer a vergonha e admitir para outras pessoas que sofre violência, rompendo o silêncio.

*El primer paso para tomar decisiones es reconocerse a sí mismas como afectadas por violencia. Ellas pueden saber que viven violencia, pero no les queda claro que esa violencia no es “normal” y que responde a su condición de mujer [...] Dependiendo de la forma de violencia que vivencian, las mujeres pueden asumir distintas posiciones. Pero para poder enfrentar la situación que está viviendo, el primer paso para la mujer –en cualquier forma de violencia– es la toma de decisión de visibilizar o no la situación de violencia, es decir, de admitirla frente a otras personas, pues muchas veces las mujeres se sienten avergonzadas, se autoculpabilizan o sencillamente tienen miedo. Este paso es más difícil en la medida en que la relación con el agresor sea más cercana o más amenazante. De hecho, al ser puesta en evidencia la violencia, la persona agresora muchas veces aumenta el nivel de violencia, poniendo en riesgo la vida y bienes de la mujer agredida. A este momento de decisión y determinación de las mujeres de apropiarse de sus vidas y de sus hijos/as, se le ha llamado “romper el silencio”, y es el inicio de este proceso que se ha denominado la **ruta crítica de la violencia** (GARCÍA, et al, 2013, p. 70-71).*

Após a tomada de decisão de romper com o silêncio não significa necessariamente que as mulheres encontrarão as condições favoráveis para romper com o ciclo de violência. Estudos realizados no Brasil e no exterior concluíram que a trajetória de ruptura é oscilante, com movimentos de saída e de retorno à relação violenta, como também que a partir do momento que as mulheres rompem o silêncio inicia-se o percurso da rota crítica.

É denominada rota crítica o processo que envolve as decisões e ações tomadas pelas mulheres em situação de violência, bem como as respostas que elas encontram na busca do enfrentamento da sua demanda, respostas que tanto podem ser encorajadoras e efetivas, quanto podem se apresentar como obstáculos, ou seja, é um processo que pode encorajá-las ou fazê-las desistir e permanecer na relação violenta.

*La **ruta crítica**, entonces, es un proceso que se construye a partir de la secuencia de decisiones tomadas y acciones ejecutadas por las mujeres afectadas por la violencia y las*

respuestas encontradas en su búsqueda de soluciones. Este es un proceso iterativo, constituido tanto por los factores impulsores e inhibidores relacionados con las mujeres afectadas y las acciones emprendidas por éstas, como por la respuesta social encontrada, lo que a su vez se convierte en una parte determinante de la ruta crítica. De hecho, hay elementos que impulsan o inhiben a una mujer para la búsqueda de ayuda: la información, el conocimiento, sus percepciones y actitudes, los recursos disponibles, su experiencia previa, la valoración sobre la situación y los apoyos u obstáculos encontrados (Sagot y Carcedo, 2000, apud GARCÍA, et al., 2013, p. 33).

Em estudo da Organização Pan-Americana de saúde sobre a rota das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar e o percurso institucional que percorrem, bem como o conjunto de decisões e ações realizadas para lidar com a situação de violência são denominados de **rota crítica**. Neste estudo constatou-se que as mulheres em geral buscam meios e fazem esforços no sentido de resolver a situação de violência, porém, se deparam com fatores que obstaculizam a resolução, tais como: o medo, a culpa e a vergonha, o amor pelo agressor, a ideia de que o que ocorre no interior da família é de âmbito privado, a manipulação por parte do agressor e as dinâmicas próprias do ciclo da violência, o desconhecimento de seus direitos, a falta de informação, as pressões familiares e sociais, as atitudes negativas e as respostas inadequadas dos profissionais de saúde, a limitada cobertura de serviços e apoio, os contextos sociais com histórico de violência (SAGOT, 2000, apud SILVA, 2008, p. 19).

A assistente social¹² da Casa Brasilândia, afirma que as mulheres, quando chegam ao CRM em busca de abrigo, estão vivenciando uma violência mais grave e possuem um longo histórico de violência que poderia ter sido anteriormente identificado e trabalhado, evitando-se a medida de abrigo, que é considerada a última alternativa.

Geralmente elas têm um histórico muito grande, de muito tempo de violência. E quando chegou ao ápice ela já veio, fez e aconteceu, não teve tempo de pensar se era isso que queria, se tinha outras formas de fazer. Geralmente quando a violência acontece de uma forma muito grave, elas são orientadas a vir

¹²Graduada em Serviço Social, especialista em Gestão de Políticas Públicas e com experiência de cinco anos na área de violência contra a mulher.

para cá, para encaminharmos para um abrigo. Mas eu penso que se tivesse um trabalho antes, se elas tivessem informações dos serviços existentes, se no posto de saúde fosse orientada pelos profissionais sobre o que é a violência doméstica, porque, e como ela acontece, se tivesse sido encaminhada antes, por exemplo, de um serviço de saúde para a gente, para fazer um acompanhamento, um fortalecimento, eu acho que não teria tanta desistência.

Essa assistente social vivencia na sua atuação profissional situações que ela relaciona com a fragilidade de articulação da rede e com a rota crítica enfrentada pelas mulheres.

[...] Você vê uma delegacia que eu encaminhei um caso na semana passada. Eu fiz o encaminhamento por escrito de uma tentativa de estupro que a mulher sofreu do cunhado e eu liguei para ela ontem para saber se ela conseguiu fazer o BO. A delegada falou para ela que isso não vai dar em nada e não registrou o boletim de ocorrência. Ela conseguiu fazer em uma delegacia comum, você vê serviços que não se conversam [...] A rota dela é crítica. Muitas mulheres desistem no meio do caminho, chega ao hospital o hospital a encaminha até a delegacia, ela fica o dia inteiro lá na delegacia. Quando chega a vez dela é capaz de ela ouvir ainda que não vai dar em nada para desestimular que siga adiante, quando faz ainda tem que ir para o IML, e o IML é horrível.

Para Saffioti (2004), a violência nas relações íntimas ocorre progressivamente e constantemente, evoluindo numa escalada que tende à rotinização e cronificação, intensificando-se no chamado ciclo da violência e dificultando a ruptura.

A permanência das mulheres numa relação violenta por muitos anos é explicada pela teoria do ciclo da violência, segundo (Rocha, 2007, p. 64) introduzida pela feminista Lenore Walker, por meio de da qual busca esclarecer a dinâmica das relações violentas e como o sentimento de impotência da mulher vai se construindo no decorrer das quatro fases do ciclo. Estas fases serão descritas a seguir.

De acordo com Rocha (2007) as fases do ciclo da violência não se constituem num padrão regular e não ocorrem necessariamente numa ordem circular. Trata-se de uma espiral em que a fase da explosão da violência acontece cada vez de modo mais intenso e com maior agudização da violência. Após a reconciliação segue-se a fase de tensão e quando ocorre a nova explosão acontece com mais violência que a anterior.

Segundo Rocha (2007, p. 65) as quatro fases do ciclo da violência são:

A primeira fase, denominada “tensão do homem / medo da mulher” caracteriza-se por incidentes de golpes menores e/ou abuso emocional sobre a mulher. O parceiro masculino tende a justificar suas reações por fatores externos, relacionados ao trabalho, finanças, uso de substâncias psicoativas, etc. A violência implícita ou explícita do companheiro se expressa por silêncios, ausências prolongadas, insultos, hostilidades, ameaças, atritos, crises de ciúmes e vai se construindo a tensão. Com o objetivo de diminuir a tensão, a mulher tende a ajustar-se às necessidades e humor do parceiro, acreditando que impedirá a manifestação da raiva dele ao adaptar-se à situação, tentando acalmá-lo e cedendo aos seus caprichos. À medida que a tensão aumenta, suas habilidades de enfrentamento vão tornando-se cada vez menos eficazes e a mulher pode chegar a buscar ajuda, porém, é comum que os serviços não reconheçam esta necessidade, pois não há “evidência de violência”.

A segunda fase consiste na “agressão do homem / cólera ou tristeza da mulher” caracteriza-se pela explosão da violência e ocorre de maneira progressiva, à medida que o ciclo se repete intensificam-se as agressões a cada novo episódio de violência. Nesta fase as agressões são agudas e os ataques de agressividade podem ser bastante graves, inclusive necessitando de atendimento médico.

A terceira fase refere-se à “desresponsabilização do homem/ culpabilização da mulher”. Nesta fase o autor da agressão tenta minimizar a gravidade de seu comportamento e justificá-lo devido a fatores externos, transferindo a responsabilidade para sua companheira. A mulher oculta sua cólera, interioriza a ideia de ser culpada e busca modificar suas atitudes e comportamentos visando resolver o problema. Quanto mais o ciclo se repete, mais a mulher incorpora a culpa e sente-se impotente para mudar a situação.

A quarta fase, “perdão do homem/esperança da mulher”, também conhecida como fase da lua-de-mel, caracteriza-se pelo remorso do autor da agressão após a prática da violência. Nesta fase cessa a violência, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira. Propõe a reconciliação, oferta presentes, implora por perdão, demonstra efusivamente sua culpa. A mulher por sua vez ao ver o companheiro amável, carinhoso e calmo, renova as esperanças de que ele mudará de comportamento e mantém a relação.

A coordenadora¹³ da Casa Brasilândia, acredita que as dificuldades das mulheres em romper com a violência estão relacionadas ao ciclo acima descrito.

[...] Hoje eu vejo que é muito difícil sair desse ciclo da violência doméstica, que não é culpa dela que é difícil mesmo sair, porque tem muitas coisas envolvidas, até a questão emocional, a dependência em relação a essa pessoa que as vezes ela aposta... A gente não pode desprezar isso também, tem marido, tem família, tem a cultura, tem todo um histórico [...].

Benedita, uma das mulheres que participou da pesquisa, revelou durante a entrevista que o parceiro passa um tempo sem agredi-la, às vezes um ano, e depois ele se transforma novamente.

Pra ser sincera quando a gente já tinha as duas, quando a gente brigava ele ficava agressivo com as crianças também. Ele chegou a bater nas crianças no momento da raiva, aí eu ficava nervosa por causa disso. Se eu brigava com ele, ele ficava agressivo com as crianças. De uns tempos pra cá ele mudou um pouco, mas é assim, uma hora ele muda, depois passa um tempo, um ano, fica outra pessoa de novo, estranho, não sei te explicar direito. Mas agora acho que ele aprendeu, que eu fui embora, mas ele já tinha melhorado com esse negócio de ficar agressivo com as crianças quando a gente brigava [...]. Acho que estas duas vezes agora foi bastante feio mesmo. Da última vez foi também, porque a gente tava bebendo. A gente bebeu no sábado e no domingo, eu não

¹³Graduada em psicologia há vinte e três anos e atuando na área de violência doméstica contra a mulher há onze anos.

lembro, acho que tava com raiva dele, nervosa, ele tentou me matar de novo, me enforcando, aí ele tentou me matar e quando foi na segunda feira ele mudou, ficou outra pessoa, bonzinho, uma coisa estranha e ele não tava bêbado, porque ele não tava bêbado, só porque eu tava com raiva dele, queria que eu ficasse de boa com ele, mas eu não tava afim, sabe o momento da mulher, não quer falar nada. Ele ficava puxando assunto comigo.

A entrevistada vivencia o ciclo da violência, mas não tem clareza disso. No entanto, consegue perceber que a violência está atingindo os filhos.

2.2.5. Situações de violência no cotidiano

Para as entrevistadas, no período gestacional a violência foi especialmente marcante. As duas referem-se a episódios de violência ao longo da gestação. Ao que parece, neste período as mulheres ficam mais vulneráveis e talvez os homens mais suscetíveis a cometer violência. Uma das entrevistadas revela que por estar gestante não conseguiria um emprego, ficando mais dependente do companheiro.

Conforme Teresa:

[...] Acho que foi quando eu fiquei com uns três meses de gravidez. Ele viu que eu não ia mais arrumar emprego, que eu ia ficar dentro de casa. Ele viu que eu tava dependendo dele. Ele achava que ele podia fazer o que queria, ele podia sair, ele podia usar droga e chegar em casa quando ele queria o dia que queria e se eu falasse alguma coisa eu apanhava.

Conforme Benedita, durante o período gestacional o companheiro chegou a agredi-la sem motivos. No entanto, apesar de referir que foi chutada, de certo modo tenta minimizar a situação, explicando que o marido nunca a deixou com hematomas nos olhos.

Durante a minha gravidez a maioria ele sempre me agredia, nem toda vez, vamos supor uma vez no ano, duas vezes, não lembro muito, mas ele já me agrediu durante a gravidez das crianças. [...] Ele apertava minha garganta, essas coisas.

Depois que eu engravidei da minha filha ele chegou a me agredir por nada, as vezes do nada, começava a discutir por alguma coisa e ele me chutava, mas nunca foi de me deixar roxa, com olho roxo. Tem uns homens que pega mesmo pra valer, ele não, ele só me chutava, me engasgava, assim, mas agora dessa vez eu vi ele queria mesmo fazer, me matar mesmo, fiquei com medo por causa disso.

Em estudo realizado na Venezuela também houve uma associação entre os episódios mais graves de violência e o período gestacional, porém, foi relatada apenas a violência psicológica.

Muchos de los episodios más graves de la violencia de pareja que reportan las entrevistadas suelen estar asociados a momentos del embarazo o a la maternidad, en los casos que sólo reportan violencia psicológica (GARCÍA, et al 2013, p. 55).

O principal motivo apontado pelas entrevistadas para a violência sofrida refere-se ao ciúme do companheiro. A partir dos depoimentos e das informações coletadas nos relatórios sociais a questão do ciúme e do controle do comportamento feminino são fatores desencadeadores da violência.

De acordo com Benedita:

Apesar da gente ter uma briga feia quando ele bebia, por causa do ciúme dele, ele é muito doente de ciúme. Por causa desse ciúme que ele veio a me agredir. Sempre quando ele tem crise de ciúme, já chegou a me agredir, mas fazia muito tempo que ele não tinha feito isso comigo, assim desse jeito, transformado [...] Como diz a minha cunhada: ele só sai contigo, ele fala pra onde vai, pra ti não fazer, pra não sair sozinha, pra estar sempre no domínio dele, porque ele tá fazendo a mesma coisa. Como diz ele: deixa eu dominar ele pra ele me dominar. Então ninguém tem essa privacidade de sair sozinha, mas ele deixa eu sair as vezes, não trabalhar, trabalhar é a pior coisa que tem no mundo. Já cheguei a trabalhar uma vez. Nossa!! Ele mandou uma mensagem do computador pro meu celular dizendo que ia me sequestrar, que ia fazer aquilo, aquilo outro, um monte de coisa. Falava o tipo de roupa, parecia uma

peessoa que tava me seguindo pra querer me levar embora, estuprar, querer fazer essas coisas, parecia, igualzinho, o jeito das mensagens que ele usava. A gente descobriu que era ele, eu desconfiava, mas não tinha certeza que era, não achei que ele tinha coragem de fazer isso. Quando eu fujo do domínio dele, ele fica assim agressivo. Por exemplo, as irmãs dele me chamam pra beber na casa delas, eu sei que ele não gosta, eu sei que ele não quer, aí eu vou e ele já fica agressivo. Já muda logo. Mas fazia muito tempo que não tinha brigado desse jeito, feio, muito tempo. [...] Mas tem o problema só desse ciúme doentio. O povo convida ele pra sair, ele não vai. Ele fica. Às vezes até irrita que ele quer ficar demais dentro de casa, ali com a família dele.

Segundo Teresa:

Aí ele não deixava eu sair de casa, não deixava eu ir na casa da minha irmã, não deixava eu ir na casa de ninguém. Ficava atrás de mim. Eu não podia ir levar as crianças sozinha na escola, eu não podia ir nem no bar da esquina sozinha que ele ia atrás, chegou um dia que a pessoa parou de trabalhar pra ficar dentro de casa. Ele ficou dois meses sem trabalhar, dentro de casa 24 horas. Até quando eu saía pra estender uma roupa ele saía. A pessoa queria tá ali grudada. Eu não vivia mais, eu tava ficando louca, tava ficando doente.

Benedita nos informa que a violência e o ciúme do parceiro estiveram presentes desde a sua adolescência. Sua identidade, sua maturidade, foi sendo forjada nesta relação. Ao analisar a entrevista, impossível não nos questionarmos: teria Benedita conhecido outro modelo de relacionamento? O seu companheiro foi o seu primeiro namorado, o seu primeiro parceiro sexual, o garoto que esperava para levá-la e buscá-la na escola, possessivamente, segurando-a pelo braço. Como desvincular a leitura do cuidado e proteção da possessividade? Onde reside o tênue limite tanto para ele quanto para ela? A ambiguidade de sentimentos vai sendo construída. O autor da agressão é também o companheiro que faz todas as vontades de Benedita, o ciúme é a única coisa que estraga a relação.

Durante o namoro ele já era agressivo, sabe, quando eu falava que não queria ficar com ele, ele me forçou a ficar com ele. Eu vi que ele era muito ciumento, muito pegajoso e até hoje ainda é. Quando eu ia pra escola, quando eu brigava com ele, meu irmão me levava, que ele já tava me esperando no meio do caminho. Enquanto eu não voltava com ele, ele não me deixava em paz. Ele ficava me segurando nos locais escondido e eu com medo de apanhar da minha mãe, eu falava: não tudo bem, vamos ficar de boa, e voltava a namorar, aí eu fui gostando dele, que ele fazia todas as minhas vontades. Assim, como é que fala... foi me agradando. Até hoje ele é assim, faz todas as minhas vontades. Tem um problema que é o ciúme que estraga a gente. Só isso.

O ciúme e o controle da liberdade, identificados pelas entrevistadas como motivo para a agressão sofrida é uma das expressões do exercício do poder masculino sobre a mulher e a percepção de ambas encontra eco com os motivos apontados por outras mulheres em diferentes pesquisas.

A pesquisa do DataSenado (2013) apontou que o ciúme (28%) e o uso do álcool (25%) continuam sendo os principais fatores declarados como motivos para a agressão.

Recorremos ao conceito de patriarcado, compreendido por meio da história do contrato sexual, na tentativa de entender as estruturas relacionais que dão sustentação ao comportamento do autor da agressão. O controle, as cobranças, as insinuações e as agressões cometidas contra Benedita encontram alguma legitimação social na sociedade patriarcal¹⁴?

Focalizar o contrato sexual, colocando em relevo a figura do marido, permite mostrar o caráter desigual deste pacto, no qual se troca obediência por proteção. E *proteção*, como é notório, significa, no mínimo a médio e longo prazos, exploração-dominação. Isto revela que as mulheres jamais alcançaram a categoria de indivíduos, com poder de contratar de igual para igual [...] O conceito de cidadão, rigorosamente, constitui-se pelo indivíduo. O casamento, capaz de estabelecer relações igualitárias, ter-se-ia que dar entre indivíduos. Ora, não é isto que ocorre, pois ele une um indivíduo a uma subordinada. Aquilo que é trocado no casamento não é propriamente propriedade ou, pelo menos, não é necessário que assim seja

¹⁴ Patriarcal é a sociedade estruturada segundo o poder do pai (CHAUI, 2000, p. 15).

[...]. O contrato representa uma troca de promessas por meio da fala ou de assinaturas. Firmado o contrato, estabelece-se uma nova relação na qual cada parte se posiciona em face da outra. A parte que oferece proteção é autorizada a determinar a forma como a outra cumprirá sua função no contrato. A paternidade impõe a maternidade. **O direito sexual ou conjugal estabelece-se antes do direito de paternidade. O poder político do homem assenta-se no direito sexual ou conjugal** [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 128 – grifos nossos).

O poder do pai, segundo Chauí (2000, p. 15), é instituído pelo direito romano e configura-se num poder jurídico, legalmente exercido sobre a terra e tudo o mais que é considerado de domínio do senhor, do *pater*, inclusive, esposa, filhos e empregados. O seu poder é de vida e de morte sobre os seus subordinados. O domínio do pai é sobre a família.

Antes da invenção histórica da nação, como algo político ou Estado-nação, os termos políticos empregados eram “povo”... e “pátria. Esta palavras também deriva de um vocábulo latino, *pater*, pai. Não se trata, porém, do pai como genitor de seus filhos – neste caso, usava-se genitor –, mas de uma figura jurídica, definida pelo antigo direito romano. Pater é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (“pai” é o dono do *patrimonium*), e senhor, cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e de morte sobre todos os que formam o seu domínio (casa, em latim se diz *domus*, e o poder do pai sobre a casa é o *dominium*), e os que estão sob o seu domínio formam a família (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob o seu poder. É nesse sentido jurídico preciso que, no latim da Igreja, Deus é Pai, isto é, senhor do universo e dos exércitos celestes. É também essa a origem da expressão jurídica “pátrio poder”, para referir-se ao poder legal do pai sobre os filhos, esposa e dependentes.

Segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo¹⁵ (2010) o cerceamento e o controle da liberdade da mulher representaram 24% das manifestações de violência que objetivam assegurar a fidelidade da mulher como dever conjugal. A pesquisa revelou também que seja por ciúme ou suspeição de adultério o percentual de mulheres que declararam ter sofrido violência foi de 34% em 2001 e 46% em 2010.

¹⁵ Dados extraídos da pesquisa quantitativa lançada em agosto de 2010 pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc, intitulada “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”.

A dimensão da fidelidade feminina foi abordada por Bandeira (2013, p. 69) como exercício do controle “do poder conjugal” frequentemente utilizado principalmente “quando se trata de mulheres com conjugalidades estáveis”. A autora concluiu que:

O controle persistente sobre a fidelidade feminina informa que em nossa sociedade a mulher ainda é considerada como uma propriedade do homem “legitimada” pelo contrato matrimonial formal e/ou informal. A mulher é vista como parte de seu domínio, de seu território, de seus pertences, cujo corpo é considerado parte de suas posses e seus objetos, podendo dele dispor ao seu gosto.

Quanto ao controle da fidelidade feminina, o depoimento de Benedita enfatiza o quanto o seu companheiro cerceia o seu comportamento, chegando ao ponto de ir para o trabalho e ficar telefonando o dia inteiro para ela.

E sobre o telefone, ele ligava 24 horas pra mim. Eu em casa, cuidando das crianças e ele ficava ligando, ligando, ligando, até que falei um monte pra ele, falei e falei um monte: poxa que negócio é esse, fica me ligando direto, isso não é normal, eu falei pra ele. De cinco em cinco minutos me ligando, qualquer coisa que ela fazia me ligava, e falava sabe, já tava me estressando, as vezes já tá estressada em casa, com criança ali. Aí o marido fica ligando, perturbando toda hora, aí não dá. [...] Ninguém merece, tá ligando 24 horas.

Outro fator motivador da violência, conforme uma das entrevistadas e de acordo com alguns teóricos, refere-se à decisão da mulher em romper com a relação. Quando a decisão de ruptura parte da mulher os homens tendem a não aceitar o fato e perpetram violência, inclusive podendo chegar à violência fatal, ou seja, ao femicídio.

Como o território humano não é meramente físico, mas também simbólico, o homem, considerado todo-poderoso, não se conforma em ter sido preterido por outro por sua mulher, nem se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar seus maus-tratos (SAFFIOTI, 2004, p. 62).

Corroborando com Saffioti, Blay (2008, p. 84) comenta:

É inegável que, como há séculos, alguns homens continuam a matar as atuais ou ex-esposas, companheiras, namoradas, por não suportarem qualquer forma de separação. Apesar do

enorme esforço do movimento feminista e de vários setores dos operadores do Direito em denunciar, este tipo de crime tem *aumentado*

Tereza conhece bem a dificuldade de romper a relação com o autor da agressão e explicita que quando essa decisão parte da mulher o companheiro não aceita.

*Era um barraco, mas quem tinha feito foi ele, por isso que ele não queria sair, mas aí eu falei eu saio, mas ele não queria que eu saísse. Tipo, **ou eu ficava com ele ou eu morria na pancada** (Grifo nosso).*

Saffioti (2004, p. 61) complementa:

[...] Sobretudo quando a iniciativa do rompimento da relação é da mulher, esta perseguição, esta importunação, este molestamento podem chegar ao *femicídio*.

A autonomia das mulheres para decidirem sobre as suas próprias vidas fica comprometida em uma situação que elas perdem o direito de defender a sua integridade física.

A violência contra a mulher é uma questão complexa que na maioria das vezes ocorre no espaço privado e conta com o privilégio de ser envolvida pelo manto do silêncio. O âmbito doméstico tem sido apontado em diversos estudos como *locus* privilegiado da violência contra as mulheres, sustentada na ideologia da família como grupo inviolável, contribuindo para o distanciamento e descompromisso da sociedade para com esta modalidade de violência. Em 71,8% dos casos a violência ocorre na própria residência (DATASENADO, 2013).

Os dados estatísticos apresentados ao longo deste trabalho demonstram que a violência contra a mulher tem ocorrido principalmente no domicílio e o autor da agressão é prioritariamente um familiar que mantém com a mesma relação afetiva. Tais dados exigem que a discussão perpassasse também pelo papel social da família, buscando olhar para esta instituição não como um núcleo distanciado da sociedade, que tem suas próprias normas de conduta e sim como um grupo reprodutor e transmissor de ideologias que atende a determinados interesses sociais.

A família é tomada como um grupo social específico, com uma dinâmica própria, que não pode ser apreendida a partir da mera soma de indivíduos que o compõem. Mas é também um grupo inserido na estrutura social, que só pode ser captado em uma determinada instância histórica, estando, portanto sujeito a determinações mais amplas, que em muito extrapolam suas próprias fronteiras (BRUSCHINI, 1990, p. 11).

Para Ferrari (2002, p. 28),

A família pode ser definida como a constituição de vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e afetivas. Família é uma unidade social emissora e receptora de influências culturais e de acontecimentos históricos. Possui comunicação própria e determinada dinâmica.

Segundo Toledo (2008, p.15),

A família reflete e é o reflexo das mudanças que ocorrem na sociedade, o que a torna uma das manifestações importantes da vida social. A família é uma construção humana responsável, basicamente, pelo cuidado e proteção de seus membros, pela socialização e produção de subjetividades. A família tem uma importância vital no modo de organização da sociedade ocidental como primeiro grupo de referência e de pertencimento do indivíduo e como transmissora da linguagem e ideologia.

Ao longo dos anos a família passou por diversas mudanças. De acordo com Toledo, o modelo de família contemporânea:

Deriva de um modo de organização social em que o valor à privacidade, à domesticidade, aos cuidados maternos e às relações íntimas entre homem e mulher, pais e filhos foram necessários para a reprodução de uma ordem assentada na exploração da força do trabalho e na acumulação do capital. (TOLEDO, 2008, p. 18).

Toledo aponta diversas características da família nuclear burguesa, das quais citaremos duas: a assimetria e hierarquia por critério de idade e sexo (superioridade do homem em relação à mulher e do adulto em relação à criança) e a divisão sexual do trabalho (o homem provedor e a mulher cuidadora).

Outra característica da família nuclear burguesa é a assimetria e hierarquia pelos critérios de sexo e idade, isto é, a “conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão” [...]. Amparada pela ideologia do patriarcado a família legitima o poder e supremacia do homem sobre a mulher e dos

adultos sobre as crianças. Nesse sentido, é inegável o poder da família sob o ponto de vista da sua tarefa disciplinadora e de controle sobre os seus membros [...]. Outra característica: a divisão sexual do trabalho bem definida, atribuindo-se ao homem a tarefa de provedor e à mulher a de cuidadora. Cabe ao homem enfrentar as “aguras” do mundo do trabalho e à mulher os “deleites” do lar. Nessa perspectiva a valorização da maternidade foi essencial para o lar ser considerado um local aprazível. Como consequência, coube à mulher uma posição central na dinâmica afetiva da família, o que configurou a matrifocalidade ou centralidade na mãe (TOLEDO, 2008, p. 20).

Para Guerra (2008, p. 64), a família tem o papel de contribuir para a legitimidade e a naturalização das desigualdades sociais.

A família funciona, portanto, como o modelo sonhado de uma instituição “natural, desigualitária”, legitimando, desta forma, um projeto político de uma sociedade desigual também.

As relações violentas são frutos da necessidade de manter uma forma de organização hierárquica, na qual:

[...] a violência institucionalizada corresponde a uma maneira de viver baseada na autoridade centralizada, na distribuição assimétrica das condições de uso da força e de bens e na continuidade de uma mentalidade punitiva” (AUGUSTO, 2007: 39).

As categorias feminino/masculino são construídas e se definem uma em relação à outra. Na medida em que se preconiza uma mulher restrita à esfera do privado (doméstico), dependente e sem autonomia, ao homem impõe-se o dever e a obrigação de comandar a família do ponto de vista social e econômico (TRIGO, 1994, p. 96).

O âmbito privado é o lócus que a sociedade “reservou” para a expressão da afetividade. É o lugar onde as ações que expressam as mais variadas emoções são mais permitidas, pois se dão no espaço em que as regras são definidas pela própria família.

Toledo elucida algumas contradições que se expressam no âmbito do privado:

O espaço da intimidade é bastante controverso. O espaço da intimidade se apresenta contaminado pelas mais diversas contradições que se objetivam, particularmente, nas diversas formas de manifestação da afetividade e do poder. São verdadeiros embates afetivos marcados por ambiguidades diversas. Primeiramente, esse espaço se beneficia e é protegido pelo direito do cidadão à privacidade, garantindo a sua

inviolabilidade. É em nome da felicidade que o espaço da intimidade é proclamado como o espaço do refúgio no mundo impessoal, mas, ao mesmo tempo, o “porto seguro” para a manifestação e amplificação dos afetos, conflitos, discórdias, sofrimentos e violência. O espaço da intimidade pode ser até um verdadeiro campo de batalha sangrento e violento, mas não anula a sua representação como um porto seguro para a expressão dos sentimentos, sejam eles quais forem, até os sentimentos mais destrutivos que possamos conhecer. Nesse sentido, muitas atrocidades já foram cometidas em nome do amor e do respeito à hierarquia e permaneceram encobertos pelo pacto do silêncio, da privacidade e até da vergonha quando é exposto (TOLEDO, 2007, p. 12).

Não pretendemos aprofundar a análise sobre a família, pois, trata-se de um tema amplo que requer grande atenção, mas é impossível falar de violência doméstica contra a mulher sem voltar o olhar para a família em busca da compreensão de seu papel. É importante analisar o papel da família no processo de transmissão de valores e de reprodução de ideologias, pois o modelo de família dominante adotado carrega em si a desigualdade de gênero.

CAPÍTULO III - O PROCESSO DE ABRIGAMENTO E DESABRIGAMENTO

3.1. A decisão de ir para o abrigo

A tomada de decisão de ir para o abrigo ocorre num momento de forte tensão e desespero. No auge da violência vivida, uma violência que atingiu uma maior complexidade, considerada mais grave pela própria mulher e que a deixou amedrontada, sob ameaça e exposta a risco de morte.

[...] é comum que na ocasião das entrevistas, as mulheres encontrem-se vulneráveis e demonstrem desejar muito o abrigo, confirmam sentir-se em risco, e se comportam como se o abrigo fosse a única solução para seus problemas. Este imaginário sobre o abrigo é compartilhado também por profissionais, pois muitas vezes a situação das mulheres é tão precária, para além da situação de violência vivida, que só um local que a assuma totalmente possibilita-lhe alguma estrutura. Isso se deve a situação de extrema miséria e exclusão que grande parte da população feminina vive em São Paulo e pela insuficiência das políticas públicas que oferecem algum tipo de retaguarda alternativa para a mulher, além de o trabalho em rede ser precário na cidade (PRATES, 2007, p. 96).

Prates (2007) afirma que as mulheres encontram-se vulneráveis e desejam ir para o abrigo. De fato concordamos que as mulheres estão vulneráveis, assustadas, amedrontadas, mas discordamos da afirmação de que elas desejam ir para o abrigo. Ao contrário, elas aceitam, porque não lhes são apresentadas outras alternativas de enfrentamento para a violência e ameaça que estão vivenciando.

As mulheres não desejam ir para o abrigo, pois acreditam que estão sendo presas, enquanto o autor da agressão fica em liberdade. No entanto, restam-lhe apenas duas alternativas: o abrigo ou uma passagem de retorno para o estado de origem, quando a mulher é proveniente de outro estado e possui alguma retaguarda familiar. Ou seja, o abrigo é para as mulheres a última opção diante da ausência de outras propostas para ficarem em segurança. Geralmente, as mulheres que aceitam a alternativa do abrigo são economicamente desprivilegiadas, são pobres, sem renda, com filhos pequenos, sem moradia e com frágil suporte familiar, pois também suas

famílias são empobrecidas. Encontram-se amedrontadas e o abrigo se apresenta como um local que, a princípio e temporariamente, teria a possibilidade de promover segurança e assistência integral.

A assistente social da Casa Brasilândia afirma que um dos motivos da busca pelo atendimento que contribui para a decisão do abrigamento refere-se ao medo de morrer e o medo de que algo aconteça com os filhos, ou seja, a mulher busca segurança para si e para os filhos.

O medo de morrer. E o medo de que aconteça alguma coisa com os filhos. Eu penso que esse é um motivo muito forte. Acredito que é o medo, quando já está no limite. Elas vão para o abrigo quando vêm que já não tem mais saída, que não adianta fazer B.O., que não adianta mais recorrer à família, elas sabem que realmente vai acontecer alguma coisa.

O medo tem sido apontado como um dos aspectos subjetivos que têm maior efeito paralisante. A violência sofrida gera nas mulheres doses de diferentes tipos de medo.

Otro de los aspectos subjetivos que tiene mayor efecto paralizante es el miedo. La violencia de las que son víctimas genera en ella grandes dosis de diferentes tipos de miedos: el miedo a que la golpeen o que la maten, a que agredan a sus hijas e hijos cuando se presenta violencia física; el miedo a otro tipo de agresiones, cuando la violencia se desarrolla en el plano psicológico, todo lo cual produce una ansiedad intensa en la mujer que muchas veces le imposibilita materializar las decisiones. Pero también genera otros temores, fundamentalmente afectivos, como el miedo a perder el amor de sus hijas e hijos, a no poder sacar adelante su familia, a quedarse sola, a perder su amor, e incluso a establecer nuevas relaciones que reediten la situación de violencia (GARCÍA, et al 2013, p. 120).

Baierl (2004) aborda a temática da violência urbana e discute a questão do medo social. Apesar do foco da discussão neste trabalho ser a violência doméstica e familiar contra a mulher, compreende-se que tal especificidade de violência ocorre no seio da família, e as relações familiares expressam e reproduzem as desigualdades de gênero, uma hierarquia existente nas relações de opressão e dominação também presentes na sociedade.

Da mesma forma que ocorre com a violência urbana, também na violência doméstica e familiar contra a mulher se expressam as dimensões do medo, da banalização e da legitimação da violência.

Para Baierl (2004), o medo se configura como um sentimento natural, intrínseco aos seres vivos, racionais e irracionais. É um sinal de alerta que estamos correndo alguns riscos. Porém, o medo tem sido utilizado como estratégia para subjugar, controlar, escravizar e dominar as pessoas.

Uma das entrevistadas, Teresa, 29 anos, paulistana, ao buscar atendimento no CRM, relatou que tem quatro filhos, conviveu com o autor da agressão por um ano, sofreu violência doméstica física, psicológica, moral e ameaça, durante cinco meses até que o seu companheiro (autor da agressão), após agredi-la na rua, foi preso em flagrante com base na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). No entanto, a prisão não foi suficiente para assegurar sua segurança, pois começou a receber ameaças da família do companheiro. Teresa buscou o abrigo porque não tinha para onde ir e estava com medo de morrer se permanecesse na casa.

Na delegacia o pai dele falou que ia fazer o que fosse, que ele ia sair de lá. Que eu desse um jeito de sumir. O pai dele falou. A família dele falou que não era porque ele tava preso, que as coisas não tavam boas pro meu lado não. Da família, das irmãs...eu fiquei com medo...eu vou ficar aqui na favela, num barraco, aí de noite vem um bota fogo, eu não sei o que ele podia fazer. E eu sabia que eles iam me obrigar a retirar a queixa. Tanto que até hoje eles me procuram, eles não sabem que eu estou aqui.

Para Teresa a convivência com o agressor estava ficando cada vez mais insuportável, chegou ao seu limite e já não aguentava mais apanhar.

Eu não sei... a convivência dentro de casa, não aguentava mais apanhar, apanhar. Por tudo apanhava. A pessoa se mostra uma coisa e depois vira outra [...] Foi que ele me bateu na rua. Ele me bateu dentro de casa e foi me batendo na rua e deu flagrante [...] Ele já era uma pessoa violenta e quando ele entrou na delegacia ele já foi me falando que quando voltasse eu ia ver só.

Para Raquel o medo também foi um fator motivador para o afastamento do autor da agressão. Conforme informações do relatório social, Raquel deixou o domicílio por medo e foi, juntamente com os filhos, hospedar-se na casa de uma amiga.

Ela relatou sofrer violência por parte do ex-marido há 15 anos, que em uma das agressões chegou a fraturar o braço e necessitou ser atendida no PS da vila Maria. Sempre que era agredida não procurava ajuda, já chegou a registrar ocorrência, mas não deu continuidade ao processo. Após a última agressão decidiu-se por sair de casa, com medo das ameaças. Desde então está hospedada com os filhos menores de 12, e 03 anos na casa de uma amiga. Segundo ela, agora está decidida a se divorciar e dar andamento no processo contra o marido. Foi orientada que poderíamos abrigá-la ou comprar as passagens para que volte para a casa do pai no Paraná.

Benedita, outra participante da pesquisa, nos revela que acredita ter permanecido na relação violenta por medo.

Benedita, 28 anos, natural de Belém/PA, parda, cinco filhos (11, 9, 6, 3 anos e um bebê de 8 meses), cursou até a 8ª série do ensino fundamental, vive em união estável com o autor da agressão há 14 anos. Sofre violência doméstica desde o início do namoro. Todas as vezes que tentava terminar a relação sofria agressões e ameaças, de modo que, acredita ter dado continuidade ao relacionamento por medo: “Eu acho que acabei ficando com ele por medo”. E se manteve no relacionamento pela preservação da família: “Eu quero manter a união da família”.

Benedita, ao longo dos 14 anos de relacionamento, perdeu a conta de quantas vezes foi agredida física, verbal, moral e psicologicamente, além da privação de liberdade.

Durante o namoro ele já era agressivo, sabe, quando eu falava que não queria ficar com ele, ele me forçou a ficar com ele. Eu vi que ele era muito ciumento, muito pegajoso e até hoje ainda é. Quando eu ia pra escola, quando eu brigava com ele, meu irmão me levava, que ele já tava me esperando no meio do caminho. Enquanto eu não voltava com ele, ele não me

deixava em paz. Ele ficava me segurando nos locais escondido e eu com medo de apanhar da minha mãe, eu falava: não tudo bem, vamos ficar de boa, e voltava a namorar, aí eu fui gostando dele, que ele fazia todas as minhas vontades. Assim, como é que fala... foi me agradando.

Segundo o relatório psicológico, Benedita chegou espontaneamente ao CRM e procurou ajuda institucional apenas na última agressão. Na ocasião apresentava hematomas no pescoço e no braço direito, devido às agressões sofridas. O autor da agressão arremessou-a da cama ao chão e apertou seu pescoço com uma toalha de banho, além de ameaçar matá-la, matar as crianças e na sequência se suicidar. O motivo da agressão? Para Benedita foi por ciúme.

Na noite anterior à agressão, Benedita foi a uma festa na casa de familiares, acompanhada pelo companheiro e pelos filhos. Durante a festa o companheiro ficou enciumado, fazendo insinuações de que Benedita estaria flertando com um dos convidados. Chegando ao domicílio do casal, o companheiro procurou-a sexualmente, mas ela estava cansada, indisposta e chateada com o que havia acontecido, recusando-se a saciar o desejo do companheiro e por este motivo instalou-se o conflito. O companheiro iniciou as agressões verbais, seguidas das agressões físicas e tentativa de enforcamento.

Benedita ao narrar o momento da violência sofrida se emocionou e sequer conseguiu verbalizar: “[...] Assim de mim enfor...”.

O restante da palavra ficou entalada na garganta, o não pronunciado foi seguido do gesto de levar as mãos ao pescoço. Percebemos sua voz embargada e o esforço exitoso em conter as lágrimas, que foram represadas nos olhos marejados, assim como a palavra não verbalizada que ficou presa nos lábios. Ela tentou achar no seu comportamento a explicação para a violência sofrida e foi buscar na adolescência alguma atitude ou comportamento que pudesse justificar tanta desconfiança.

Sabe o que é, quando a gente namorava... eu não tinha compromisso com ele. Ele chegou a me ver com outro menino, e ele acha que eu sou a mesma Benedita de 14 anos pra fazer

a mesma coisa agora. Ele tem isso até hoje na cabeça. Ele não se esquece, ele acha que eu vou fazer de novo. Eu falei, não é assim, aquela menina de 14 anos, olha hoje, tenho 28 anos, tenho cinco filhos contigo. Tu acha que eu vou fazer alguma coisa, você é louco menino para com isso. Você tem que aprender a confiar em mim.

No decorrer da entrevista, Benedita consegue completar a frase e narra a violência que motivou a saída do domicílio.

Ele me enforcou, não lembro o que foi que ele pegou, a toalha do nenê, eu não lembro, só sei que ele me enforcou mesmo, que eu já tava quase desmaiando. Não lembro se eu desmaiei, só sei que a minha vista escureceu, nessa hora ele me largou.

Diante do risco iminente de morte e da ausência de outra alternativa para manter-se afastada do autor da agressão, Benedita aceitou o abrigo, porque, acreditou que se saísse de casa e permanecesse no mesmo bairro não ficaria em segurança, assim foi encaminhada para o abrigo.

Se fosse para sair, eu não queria ficar lá, porque na rua que a gente mora é tudo junto. Eu estou ao lado da casa da mãe dele, dos irmãos dele. Porque eu sei que se eu sair, ele me mata. Mata eu e mais os menino tudo.

Benedita elaborou um plano de fuga e deixou o domicílio junto com os filhos, às escondidas quando o companheiro saiu para trabalhar.

As crianças não tava sabendo de nada, que eu tinha medo deles contar pro pai. Quando ele saiu cinco horas da manhã, eu logo levantei, já fui acordando as crianças e falando: meus filhos vocês querem viver essa vida aqui, mamãe apanhando do seu pai? Contando pra maior. Ela disse: - m mãe eu não quero. Então vamos embora com a mãe. Então todo mundo começou a arrumar as coisas e ficaram tudo ansiosos. Aí a gente veio.

As entrevistadas deixaram o domicílio e decidiram ir para o abrigo no auge da violência sofrida. Com Isabel também foi assim. Decidiu afastar-se

devido ao fato de sentir-se ameaçada e pela segunda vez acreditou que a casa-abrigo seria uma alternativa de enfrentamento.

Conforme informações constantes no relatório da psicóloga, Isabel chegou ao CRM relatando viver em união estável com o autor da agressão há um ano e ter deste relacionamento um filho de cinco meses, bem como estar em risco de morte e possuir histórico de tentativa de esfaqueamento e abrigamento prévio.

Isabel veio encaminhada do CCM Perus. Ela relatou que está em risco de morte. Vive em união estável há um ano e tem um filho de cinco meses. O agressor é usuário de drogas e tem antecedentes criminais (tentativa de homicídio e roubo). Ele já tentou esfaqueá-la. A usuária já esteve abrigada há dois anos no Maria Maria. Ela foi encaminhada para o abrigo Helenira Rezende na mesma data

Conforme as informações constantes no Boletim de Ocorrência:

Comparece, somente nesta data, a vítima informando que tem um relacionamento com o autor de aproximadamente dois anos, e possuem um filho de cinco meses de idade fruto da relação. E na data e hora do fato tiveram um desentendimento, circunstância em que empunhando uma faca, ele lhe ameaçou com os seguintes dizeres: “Vou te matar”, em seguida foi em direção da vítima, a qual fugiu para a residência de uma comadre. Relata ainda que o autor não possui comportamento agressivo, mas quando ingere bebidas alcoólicas ou usa substâncias entorpecentes se torna muito agressivo.

Conforme registro do relatório de atendimento inicial na Casa Brasilândia, Catarina também foi uma das mulheres encaminhadas para abrigamento no auge da violência sofrida, após tentativa de suicídio por não suportar mais as ameaças e agressões perpetradas pelo companheiro.

Neste final de semana após ser ameaçada com uma faca, decidiu suicidar-se por não suportar mais a situação em que vivia. Foi acolhida, juntamente com os filhos e encaminhada

para o abrigo sigiloso. Será encaminhada posteriormente para o aluguel social.

Segundo o histórico registrado no Boletim de Ocorrência lavrado na 45ª DP, referente à situação de violência de Catarina, esta sofreu ferimento corto-contuso no dedo durante conflito com o companheiro, em que este a ameaçava com uma faca.

Esclareceu que tentou se suicidar nesta data porque não suporta mais conviver com o autor que, segundo ela, a agride e ameaça de morte constantemente. Na última sexta-feira ele a ameaçou com uma faca e para se defender, retirou a faca de lado, a qual acabou cortando o seu dedo indicador. Informa que não deseja retornar para casa e se voltar irá tentar se suicidar novamente.

A situação de Aparecida revelou-se a mais complexa de todas as mulheres que foram encaminhadas para abrigamento, pois a violência foi perpetrada contra ela, contra a sua filha de três anos e, além disso, Aparecida apresenta problemas de saúde, tais como: dependência química e transtorno bipolar, que a deixam ainda mais vulnerável diante das violências sofridas.

Conforme dados registrados no Boletim de Ocorrência, lavrado na 4ª DDM em 2 de setembro de 2006:

Na data dos fatos, houve uma discussão acirrada entre o casal, por motivos familiares, o autor passou a ofendê-la com palavras de baixo calão, xingando-a de “puta, vagabunda, lixo”. O autor passou a proferir ameaças de morte, dizendo: “eu vou te estrangular”. “Eu vou matar Clara, nossa filha, estrangulada”. O autor proferiu ameaça dizendo: “se você registrar ocorrência, eu vou cumprir a promessa”. A vítima saiu de casa, levando as filhas, pois está amedrontada. A vítima não possui testemunhas presenciais do fato [...].

Conforme informações do relatório social elaborado em 05/09/06, Aparecida solicitou abrigamento por medo do autor da agressão e foi encaminhada para abrigo sigiloso.

[...] após uma discussão com o seu companheiro, este fez ameaças de morte a ela e à filha do casal. Aparecida, com medo pegou suas filhas e saiu da casa após registrar queixa na 4ª DDM. Não retirou pertences pessoais, nem documentos. Veio nos pedir apoio, pois está com muito receio que seu companheiro cumpra as ameaças. Não tem onde ficar permanentemente. Vivía situação de violência doméstica há três anos [...].

Em 14/08/2007 houve nova busca por atendimento devido ao fato de continuar sofrendo violência perpetrada pelo companheiro. Na ocasião foi atendida por uma estagiaria de Serviço Social e conforme o relatório elaborado pela mesma:

[...] Aparecida veio à Casa Brasilândia solicitando abrigo, porque está sofrendo agressão e ameaça de morte por parte do companheiro. Em 06/09/2006 Aparecida foi encaminhada ao abrigo Marta e Maria onde permaneceu apenas um dia e saiu assim que o companheiro ligou no celular da filha. Segundo ela, resolveu voltar para o companheiro, porque saiu de casa para não apanhar dele, mas chegando ao abrigo outra criança bateu na filha dela e a mesma não achou justo expor a filha a agressões de outras pessoas. Aparecida chegou bastante abalada, chorando e dizendo estar envergonhada por precisar buscar novo atendimento na Casa Brasilândia. [...] Aparecida está muito fragilizada, chora muito e refere ter pensamentos suicidas. Está desempregada e sem documentos, pois o marido queimou. “Passa pela minha cabeça assim: você não tem solução, não sabe o que fazer, não tem saída... se mata”. “A minha saída, eu só vejo a morte”. De acordo com Aparecida, desde que voltou para o marido, após sair do abrigo (de onde ele foi buscá-la) as agressões só têm aumentado. O motivo das brigas atuais é porque ele a traiu e ela também o traiu e contou para ele. “Quando ficou sabendo da traição ele bateu em mim, bateu no “cara” também e ainda pediu R\$100,00 (cem reais) pro “cara” por ter saído com a puta dele”. Após a traição o marido a difamou na rua e as pessoas começaram a chamá-la

de vagabunda. Ela por sua vez explica a traição assim: “Fiz mesmo, fiz porque estava bêbada, drogada e com raiva... quando a gente está com raiva, a gente se joga na lama”. Relata que não tem com quem possa contar aqui em São Paulo. A mãe mora em Pernambuco. Possui uma prima em São Paulo, mas informou que a mesma não quer ajudá-la, pois ela sempre acaba voltando para o marido. Aparecida diz estar preocupada com as filhas e que por este motivo quer sair de casa sem levá-las consigo. Deseja sair sozinha, arrumar emprego “ajeitar a vida” e depois voltar para pegá-las. Aparecida está muito confusa faz e desfaz planos.

Em nova busca por atendimento em 11/10/07, Aparecida foi atendida pela psicóloga da Casa Brasilândia, que entendeu que não era situação de abrigo e buscou realizar atendimento prosseguido, porém, Aparecida não retornou para dar continuidade no atendimento proposto.

Aparecida retornou com pedido para abrigo, no entanto, no decorrer do atendimento percebi que Aparecida não estava certa sobre o que desejava, que preferia encontrar um quarto para alugar e ficar com suas filhas, já que não quer tirá-las do colégio onde estudam. Ela relata que já está separada do companheiro há um mês e está morando numa casa separada, que é da sogra. Houve uma briga com o ex. companheiro que a agrediu. Percebo que ela precisa de tratamento psiquiátrico, pois sofre de transtorno bipolar e precisa ser medicada. Dei algumas alternativas para ela, como procurar passagem para voltar para Pernambuco já que demonstrou interesse. Aparecida ficou de pensar e retornar segunda (15/10/07). Em 15/10/07 não compareceu ao retorno psicológico.

Cinco anos depois, em 17/02/2013, Aparecida registra Boletim de Ocorrência na 13ª DP referente à Averiguação de estupro de vulnerável. Informando que suspeita que o ex-marido está abusando sexualmente da filha. Conforme informações registradas no BO:

Comparece a declarante, acompanhada de sua filha (criança) Clara, com três anos e meio, noticiando à autoridade policial

que a partir de janeiro último sua filha Clara vem apresentando mudanças em seu comportamento. Que anda muito agitada e fazendo suas necessidades fisiológicas mediante grande pânico. Que na data dos fatos a declarante tomava banho e ouviu um barulho de portas se abrindo. Quando abriu a porta do banheiro percebeu que sua filha Clara estava bastante retraída e que seu bumbum doía quando mexia a ponto de não deixar ninguém lavar, a não ser a própria declarante. Que levou a sua filha para fazer tratamento com uma psicóloga, o qual começaria na terça-feira. Entretanto, suspeitando que sua filha Clara está sendo abusada sexualmente por seu marido, se dirigiu a esta distrital para registro desta ocorrência. Informa ainda a declarante que não pode voltar para casa porque está ameaçada de morte por Antônio, o qual disse “que era para ela ficar quieta e obedecer, se não ela morreria” [...].

Em 20/03/2013, Aparecida procurou outra delegacia, a 4ª DDM, e registrou novo boletim de ocorrência. Agora informando que sofre violência perpetrada pelo companheiro, o que leva a crer que voltou a conviver com o mesmo.

Compareceu a vítima a esta delegacia de policia noticiando que o autor é seu companheiro. Narrou que na data dos fatos foi agredida fisicamente pelo autor, apresentando-se lesionada e sofreu ameaça de onde o autor disse: “se você não sair dessa casa eu vou te matar”. A vítima relatou que em outra ocasião já foi abrigada na casa Sofia, localizada na zona sul.

Em 20/03/2013, foi novamente atendida no CRM Casa Brasilândia e encaminhada para abrigo sigiloso, conforme o relatório de encaminhamento para o abrigo, Aparecida encontra-se sob graves ameaças e em risco iminente de morte.

A usuária veio encaminhada pela 4ª DDM por estar em risco iminente de morte, devido a graves ameaças do ex. marido. Ela já esteve abrigada na Casa Abrigo Maria da Penha em 2011/2012 e segundo ela, pediu para ser desabrigada para cuidar da sogra que estava com câncer. Já está divorciada,

mas vivia no mesmo imóvel. Relatou que foi informada pela mãe da situação que a levou ao desabrigo. Se encontra muito resistente a dar mais informações da situação de violência.

O histórico acima citado revela que Aparecida encontra-se em situação de violência há muitos anos. Os atendimentos no CRM Casa Brasilândia tiveram início em 05 de setembro de 2006, ou seja, há oito anos. A partir da evolução apresentada nos relatórios é possível concluir que Aparecida rompeu o relacionamento com o autor da agressão, deixando-o de ser seu marido e passando a ser seu ex-marido, mas devido à falta de moradia própria, permaneceu morando numa casa cedida pela ex-sogra e as violências não cessaram.

Na maioria das situações, as mulheres procuram o serviço logo após terem sofrido a violência, chegando ao CRM extremamente fragilizadas, machucadas e às vezes apenas com a roupa do corpo. Algumas trazem consigo os filhos, outras não, pois nem sempre os agressores permitem que elas levem as crianças.

São acolhidas em um momento de forte tensão e sofrimento, não raras vezes, após anos de vivência de relações violentas, sem contar com apoios efetivos, programas e serviços que lhes ofereçam oportunidades e condições para romper com o ciclo de violência em que estão inseridas (ROCHA, 2007, p. 196).

Seja no CRM ou na casa-abrigo, estudos apontam que a busca pelo atendimento comumente acontece no momento de grande tensão e sofrimento para a mulher.

3.2. A permanência no abrigo

Faz parte da rotina do CRM informar às mulheres sobre a dinâmica do abrigo para onde são encaminhadas e também orientá-las de que não podem fornecer o endereço para ninguém, que lá ficarão “protegidas” e que por questões de segurança só poderão sair acompanhadas.

Segundo Prates (2007, p. 42):

A entrada da mulher no abrigo se dá por meio de procura espontânea da mesma ou por meio de encaminhamento de outros serviços e que em ambos os casos, realiza-se uma

entrevista de triagem. No momento desta entrevista, as mulheres apresentam-se tensas, preocupadas com questões práticas de sobrevivência e acreditam que as coisas se tornarão mais fáceis quando estiverem abrigadas, mesmo quando são alertadas a respeito de todas as alterações que ocorrerão em suas vidas, ou seja, mudança na rotina própria e dos filhos, necessidade em romper temporariamente com os contatos com familiares ou conhecidos que a possam por em risco, permitir que os contatos com os mesmos sejam feitos em conjunto com a equipe técnica, adoção do sigilo, adaptação e cumprimento às regras da casa, convivência em grupo, entre outros.

Quanto às providências tomadas após o abrigamento, Prates (2007) refere que as mulheres passam por um curto período de adaptação e em seguida iniciam-se os encaminhamentos aos recursos de saúde, regularização de documentos e solicitação de vaga das crianças em escolas, creches, atividades de recreação e encaminhamento dos casos para assistência jurídica e psicológica. Além disso, pontua que concomitantemente, a mulher sai à procura de colocação profissional e cursos profissionalizantes.

Conforme relata Prates (2007), durante todo o processo, a mulher é orientada a realizar um fundo de reserva financeira como forma de se preparar para o desligamento da casa. É oferecido material de higiene e limpeza, bem como vale-transporte para todas as saídas necessárias, mesmo quando a mulher passa a trabalhar.

Podemos encontrar exemplo dessa prática nos relatórios elaborados pela coordenadora da Casa-Abrigo, referentes à Catarina, Madalena e Benedita.

Catarina permaneceu abrigada com seus três filhos por 43 dias.

Durante o período de abrigamento, Catarina, começou a trabalhar com carteira assinada, matriculou os filhos na escola e creche, foi beneficiada com o programa de aluguel social e foi orientada a poupar todo o dinheiro que recebesse para reestruturar sua vida em segurança em nova casa. Também iniciou atendimento jurídico na Casa Brasilândia.

Durante a permanência na Casa-Abrigo, Madalena iniciou o tratamento de saúde:

Durante o período de abrigamento, Madalena solicitou segunda via dos documentos pessoais, iniciou tratamento HIV/AIDS e começou a trabalhar.

Durante o abrigamento, Benedita, retirou a segunda via do RG e regularizou o cadastramento em programa social.

Benedita permaneceu abrigada pelo poder público na Casa Abrigo Helenira Rezende, de endereço sigiloso, por estar ameaçada de morte pelo ex-companheiro. Com Benedita estiveram abrigados os seus 05 filhos de 11, 9, 6, 3 anos e um bebê 8 de meses. Durante o período de abrigamento Benedita retirou 2ª via RG; regularizou cadastro bolsa família; participou ativa e alegremente das tarefas e atividades da Casa; cuidou muito bem dos filhos.

As regras do abrigo, de certa forma, reproduzem o papel de gênero atribuído à mulher nos cuidados da casa e dos filhos.

Quanto à rotina do abrigo, Prates (2007) nos informa que, uma vez abrigadas, as mulheres tornam-se responsáveis pela limpeza da casa e pelo preparo das refeições em forma de rodízio, definido pelo grupo e pela equipe. Além disso, são responsáveis pelos seus dormitórios e pertences pessoais.

O processo de adaptação no abrigo é complexo, exige que as mulheres e crianças passem por muitas mudanças, aprendendo uma nova forma de viver e conviver, desenvolvendo hábitos cotidianos que favoreçam o convívio em grupo, comportamentos e atitudes que estejam de acordo com a cultura institucional, pois, segundo Prates (2007), por melhor que seja o abrigo, ele continua sendo uma instituição, tem uma equipe monitorando e possui regras de convivência.

Ir para o abrigo é ir morar numa instituição, e mesmo o melhor abrigo tem regras de convivência e uma equipe monitorando e acompanhando os passos da mulher e dos filhos, há muitas mudanças e adaptações para conseguir permanecer no mesmo, como a convivência em grupo, as mudanças de escola dos filhos, de região, perda do apoio da comunidade de origem, da convivência com a família, etc. Isso sem falar na vivência da separação e da saída do “lar”, que está acompanhando a mulher e os filhos durante todo este percurso (PRATES, 2007, p. 96).

Para Rocha (2007), as Casas-Abrigo têm um ambiente marcado por tensões e conflitos das mais diversas ordens.

Um exemplo é Aparecida e suas três filhas, que permaneceram abrigadas por seis dias na Casa Abrigo Helenira Rezende.

Logo que chegou à Casa-abrigo, relatou diagnóstico de Transtorno Bipolar, que foi usuária de maconha por muito tempo, a informação de quando havia abandonado a droga mudou a cada conversa, entre cinco anos e uma semana. As vezes falava com Jeová em voz alta no que pareceu uma tentativa de assustar as funcionárias e outras usuárias da casa. Antes de deixar a Casa-abrigo, brigou com funcionárias e usuárias, porque ela e suas filhas só poderiam ter contato com objetos, roupas, pratos, produtos de limpeza verde, branco, cinza e preto. Fez uma grande confusão porque queria jogar fora os extintores de incêndio vermelhos, cor do diabo. Depois que Aparecida deixou a casa, funcionárias encontraram produtos de higiene, roupas de banho, cama e pessoais jogados num canto escondido do quarto.

A assistente social do CRM Casa Brasilândia acredita que a dinâmica do abrigo não é fácil e que são muitas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. As dificuldades vão desde a convivência com pessoas desconhecidas, a mudança de rotina, a divisão de tarefas, até afastamento da família.

Agora eu acho que a convivência com outras pessoas que você não conhece, você entra em uma rotina completamente diferente da sua, de dividir tarefas, ficar longe da família, da escola dos filhos, eu acho que os filhos também tem uma participação.

A privacidade no abrigo fica prejudicada e influencia na dinâmica do abrigo, podendo contribuir para a geração de conflitos. Rocha (2007) questiona como um equipamento público, no qual convivem múltiplos grupos familiares, pode garantir que cada família preserve seus vínculos e possa desfrutar de intimidade entre seus membros.

[a falta de privacidade] influi também na dinâmica de funcionamento das Casas-Abrigo, posto que são relatados por profissionais e usuárias casos de desavenças entre abrigadas, em razão da forma de educar os filhos e cuidar de suas atribuições ligadas à vida cotidiana, dos conflitos entre as crianças em que as mães tomam partido, e até mesmo das situações geradas pela diferença de gostos pessoais em relação a horários, hábitos, etc (ROCHA, 2007, p. 160).

Rocha (2007) pontua que durante o processo de abrigamento foi possível observar que algumas mulheres tentam transferir suas responsabilidades e decisões para a equipe do abrigo, como também apresentam certa intolerância na convivência em grupo e reprodução da violência entre o grupo, com os filhos, com a equipe.

Em entrevista, a assistente social defende que as mulheres precisariam ser mais bem trabalhadas antes de tomarem a decisão de irem para o abrigo, pois, o desconhecimento da dinâmica do abrigo por parte das mulheres contribui para sua saída. Para essa técnica, as motivações que culminam no desabrigamento referem-se a tudo o que as mulheres abdicam ao serem abrigadas e principalmente ao fato de serem culpabilizadas pela violência sofrida.

Não é feito um trabalho com essa mulher antes. Geralmente ela vem a primeira vez no serviço e daqui já vai para um abrigo. Fazendo isso ela sai da rotina, da casa, abandona as coisas que tem. Ela vai para o abrigo e encontra uma rotina completamente diferente, encontra situações e pessoas completamente diferentes. No abrigo vai dividir uma casa com outras mulheres que passaram pelas mesmas situações que ela passou. Eu penso que esse é um dos motivos para elas saírem, é uma rotina completamente diferente. Outro motivo, que eu acredito que é mais forte, é o fato dela ser culpabilizada pela situação de violência sofrida. Ela ter que sair de casa e não o agressor ser responsabilizado pelo o que ele fez. Ele continuar na mesma vida que tinha e ela ter que mudar completamente, eu penso que esse é um dos maiores fatores.

Rocha (2007) discorre sobre as condições de estrutura e equipamentos do abrigo, tais como: espaço físico, mobília, aparelhos eletrônicos. A autora

preocupa-se com o fato de 30% a 40% dos abrigos não disporem de salas para os profissionais do Serviço Social e da Psicologia, nem de salas para a realização de atividades coletivas com as mulheres e crianças, apontando que aparentemente os abrigos estão voltados para o atendimento das necessidades básicas do acolhimento.

Silveira (2006) aponta que a multiplicação das Casas-Abrigo, fomentada pelo financiamento do Ministério da Justiça, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, desde 1997, foi fundamental para atender aos casos de violência mais agudos. No entanto, a autora sinaliza que o monitoramento destes serviços é frágil, bem como questiona “se de fato seriam o modelo mais adequado para proteger as mulheres em risco de vida”.

3.3 Motivos para o desabrigamento

3.3.1 Privação da liberdade

A convivência no abrigo é marcada por tensões, conflitos, sentimentos de perda, afastamento da família e sentimento de prisão.

No presente estudo, três mulheres deixaram o abrigo pelas dificuldades relacionadas com sentimento de privação de liberdade.

Pelos documentos constantes no prontuário, é possível observar que Raquel foi encaminhada para uma casa de passagem e de lá foi desligada devido ao descumprimento das regras, assim, foi encaminhada de volta à Casa Brasilândia, onde deixou escrita uma carta de próprio punho, na qual dizia não se ver na casa de passagem, por querer trabalhar, estudar, seguir a vida e cuidar do filho sem estar “presa”. Pela carta de Raquel, acreditamos que para ela a casa-abrigo significou uma prisão.

Eu, Raquel, nesse momento não me vejo na casa de passagem, pelo fato de querer trabalhar, estudar para entrar em uma faculdade, retornar ao CAPS, ir para a casa do meu namorado. E assim seguir a minha vida junto com meu filho de uma outra forma, sem ser estar “presa”, pois me vejo como um

pássaro; que precisa voar rumo ao horizonte. Pois percebi que somente eu posso me ajudar, mesmo acreditando muito em Deus.

Para Teresa, uma das entrevistadas, o sentimento de privação de liberdade foi muito forte. No decorrer da entrevista ela fez várias menções ao abrigo como uma prisão e referiu incomodar-se com o fato dos profissionais acompanhá-la até dentro do consultório médico durante as consultas de pré-natal.

*Não é que eu me adaptei rápido, eu tinha que me adaptar, eu precisava daquilo. É o que eu falei pra elas se eu precisar ir para um abrigo de novo eu vou pra um abrigo aberto. Porque eu vou pelo menos poder usar um orelhão, vou poder fazer uma ligação. Se Deus quiser foi a última vez...(voz de choro). Elas me acompanhar eu não ligava, **me incomodava elas entrarem no consultório**. Eu tinha pedido pra responsável, que eu não queria que elas entrassem no consultório, não precisava, eu não ia fugir, não tinha pra quê, não precisava (Grifo nosso).*

Teresa conseguiu vislumbrar aspectos positivos no acolhimento institucional, mas o que ficou mais marcante para ela foi o seu isolamento, o sentimento de perda de autonomia, perda da liberdade.

***Fui muito bem acolhida, mas com os dias aquilo se torna uma prisão.** Esses três meses que eu fiquei lá eu não saía na rua, a não ser na consulta. E quando ia na consulta tinha que sempre uma tá comigo, nem no consultório eu podia entrar sozinha. Eu não podia ir em lugar nenhum, você só via parede. As crianças ficam todo dia perguntando que dia elas vão embora, que dia elas vão embora. As pessoas ficam falando, ah você tem comida, tem cama, mas aquilo vai mexendo com seu psicológico, mexe viu. Você fica sozinha. Eu saí de lá e não ficou ninguém no abrigo. Só tinha eu e elas lá (referindo-se às crianças). Quando eu cheguei tinha quatro, mas no mesmo dia que eu cheguei elas foram embora e ficou duas só e mesmo assim entraram outras e ficavam quinze dias, a que*

*ficou mais ficou um mês. Eu fui a que ficou mais tempo lá, eu sempre ficava sozinha. **Aquilo lá é uma prisão, deixa você louco*** (Grifo nosso).

Teresa enxerga o abrigo como a última opção da vida de uma pessoa que sofre violência e acredita que uma pessoa só vai para o abrigo se não existir outra alternativa, outro lugar para ir.

*O abrigo é a última opção da sua vida, você só vai se não tiver pra onde ir mesmo. **Você até pensa na primeira semana, nossa eu to segura, eu to livre, mas aí vem a sensação de prisão, prisão*** (Grifo nosso).

Prates (2007, p.42) acredita que:

Parece haver uma ilusão por parte da mulher em torno do abrigamento, como se a separação física do companheiro fosse suficiente para a mudança, acredita que as soluções surgirão rapidamente e que serão sempre positivas. Aos poucos, percebem que a escolha feita implica em ganhos e perdas, deparam-se com muitas dificuldades: morosidade da justiça, as poucas vagas em escolas e creches, as dificuldades em encontrar emprego, de inserção em programas sociais, a convivência em grupo, o prazo de permanência, o sentimento de estarem presas, ambivalência, insegurança, dentre outras. Estas percepções e sentimentos podem fazê-las tanto retomar à antiga situação quanto fazê-las seguir adiante de forma mais realista.

De acordo com o relato de algumas mulheres atendidas na Casa Brasilândia, elas sentem-se duplamente vitimizadas, pois, além de terem sofrido a agressão por parte do companheiro, são também obrigadas a abandonar o lar, privar-se do convívio com a comunidade, afastando-se dos vínculos com a família, mudando completamente a organização de suas vidas e de seus filhos – afastando-os da escola, abrindo mão do emprego para se arriscarem no universo completamente desconhecido do abrigo. Diante das condições do abrigamento apresentadas, as mulheres acreditam que o autor da agressão está sendo privilegiado, enquanto elas ao serem encaminhadas para o abrigo estão novamente arcando com o ônus da violência sofrida, inclusive interpretando que estão sendo presas, enquanto o agressor continuará em liberdade.

3.3.2 Dificuldades de sobrevivência

A situação de classe social das mulheres em situação de violência encaminhadas para abrigo implica em dificuldades de sobrevivência que contribuem para obstaculizar a ruptura com a relação violenta.

[...] para esta população, a saída de uma relação conjugal violenta envolve uma série de obstáculos objetivos: por exemplo: o desemprego e/ou a informalidade do trabalho do companheiro, que pode dificultar o pagamento de pensão alimentícia para os filhos. Já o desemprego e/ou a informalidade de emprego da própria mulher pode dificultar sua saída da casa e o sustento familiar. Além disso, são muito comuns as condições precárias de moradia (em geral cedida ou emprestada) muitas vezes construídas em terrenos ilegais ou de propriedade de familiares do companheiro (SILVEIRA, 2006, p. 64).

As dificuldades de sobrevivência, ou o temor de não conseguir sobreviver depois, são fatores que dificultam a tomada de decisão de romper com a situação de violência. A saída da relação violenta implica na construção de um novo projeto de vida, no enfrentamento de questões relativas às dificuldades de sobrevivência. Criar as condições para superar a dependência afetiva e econômica, os diversos temores, a pressão social, são os desafios que estão postos para as mulheres em situação de violência que buscam romper com a relação e são fatores que contribuem para a sua re-vitimização.

Salir de la violencia no solo requiere que la violencia se detenga, ese camino implica estar lista para sobrevivir después. Y es precisamente esta dificultad para la supervivencia la que se constituye en uno de los factores inhibidores más profusamente señalados por las entrevistadas. El temor al cambio, tanto a nivel afectivo como económico, así como la dependencia en estos dos niveles, son elementos que obstaculizan la toma de decisiones, agravada por el natural conflicto psicológico entre querer mantener la relación y mejorarla, en la creencia de “poder cambiarlo”, o salir definitivamente de ella y tener que construir un nuevo proyecto de vida, junto con sus hijos/as, y sin la pareja que se había elegido y posiblemente idealizado. En esta ambivalencia interna entran a participar elementos como la culpa, la lástima y/o el amor hacia el agresor, el miedo a ser juzgadas por los hijos/as, por la familia por la comunidad y, en general, por la sociedad, lo que muchas veces se refuerza al ser revictimizadas en el ámbito institucional, donde lejos de hallar

justicia lo que encuentran es culpabilización y/o indiferencia, generando una vivencia de soledad y rechazo (GARCÍA, et al, 2013, p. 120).

Blay (2008, p. 219) aponta que as mulheres vivenciam situações ambíguas que contribuem para a permanência numa relação afetiva violenta.

Resolver uma situação de agressão implica enfrentar ilusões e temores. Difícil superar as juras de arrependimento do agressor, na esperança de uma real transformação, ilusão logo desmentida pela realidade do dia seguinte: a mulher se depara com reais dificuldades financeiras e o medo de não conseguir a sobrevivência e manutenção dos filhos, além do terror de ficar ao desabrigo. Este quadro paralisa a reação e garante a reprodução de uma rotina de violência suportada por anos, que pode levar à sua morte.

As perspectivas acima, colocadas por Blay e Silveira, são confirmadas pelas condições de vida e sobrevivência narradas pelas nossas entrevistadas.

Para Benedita sua maior dificuldade em romper com a relação são os filhos e o temor de não conseguir sustentá-los, de que os mesmos passem por privações.

Os filhos, eu acho. Assim de pensar que meus filhos vão passar por necessidade também, por isso que eu dei mais um voto de confiança pra ele. Sei lá, já começa passar um monte de coisa na cabeça. A gente acha que pode ser que não.

Benedita, apesar da expectativa otimista da equipe do abrigo conseguir um emprego para ela, vaga em creche para os filhos e benefícios sociais, não conseguia se imaginar vivendo sozinha com cinco crianças pequenas, sem o apoio de familiares ou amigos.

Ai eu pensei se eu ficar aqui como vai ser? Aqui eu tenho chance de arrumar um emprego. Eu sei que eles iam arrumar creche, eles ficaram de arrumar creche e tudo já organizando as minhas coisas. Eu ia sair com emprego, as crianças iam tá tudo na escola, o bebezinho na creche. Eles iam organizar minha bolsa família, uma ajuda no auxílio aluguel, quando eu fosse sair de lá iam me dar uma cesta básica, mas eu não ia conseguir viver sozinha com essas cinco crianças. Vejo que o povo daqui são muito corrido, trabalho, casa. Não são todos,

mas a maioria. É bem difícil a gente contar com alguém aqui, uma amiga. Lá onde eu morava o povo são bem amigo, entre aspas. [...] Eles iam arrumar se eu fosse ficar aqui, mas eu tava em dúvida ainda se eu ia ficar ou não. Ficava pensando como eu ia ficar em São Paulo com cinco crianças, sozinha, uma hora adoecer ou com quem eu vou contar, não tenho família, não posso ter contato com a família dele, se eu fosse não querer mais ele. Como eu ia ficar, a gente precisa de uma pessoa.

Os temores de Benedita não são infundados, pois a questão que ela coloca sobre as pessoas em São Paulo serem muito ocupadas e não terem disponibilidade para auxiliá-la nesta empreitada é uma realidade e, certamente, precisaria deste apoio, porque existem situações objetivas como a impossibilidade de conciliar os horários de cinco crianças, em diferentes idades, em diferentes escolas, com o horário de trabalho que uma pessoa com pouca escolaridade provavelmente terá que cumprir, ou seja, certamente em algum momento as crianças precisariam ficar sob os cuidados de terceiros.

As condições de moradia de Benedita e sua família, a situação de emprego do seu companheiro, único provedor, o elevado número de filhos, a ausência de retaguarda familiar, a baixa escolaridade, são aspectos que denunciam uma situação de classe social e uma condição socioeconômica desfavorável, que coaduna com os resultados de pesquisas anteriormente realizadas. Ou seja, a situação de Benedita, por exemplo, revela que, além da violência doméstica, ela vivencia outros tipos de violência que a deixam ainda mais vulnerável. É uma mulher em situação de pobreza, moradora de área periférica, com características de “favela”¹⁶.

Benedita, chegando a São Paulo, percebeu as dificuldades de alugar uma casa em razão do número de filhos. Ao saber que estava grávida e que conseqüentemente a família e as despesas aumentariam, ficou desesperada. Deixou a casa alugada e se agregou a outras pessoas que ocuparam uma área

¹⁶As favelas organizam-se pela ocupação de áreas públicas ou privadas, onde crescem habitações extremamente precárias, de tábuas velhas ou novas, zinco, latão, papelão e outros materiais, inclusive “blocos”. Localizadas em geral em terrenos íngremes sobre barrancos, à beira de córregos, ou sob viadutos, predominantemente nas periferias, constituem assentamentos habitacionais sem infraestrutura, socialmente muito desvalorizados, em áreas vedadas pela legislação que acabam por agravar as condições em que vivem as famílias em situação de pobreza (YAZBEK, 2009, p. 125).

pública. A medida tomada por Bendita revela a precariedade da condição social da sua família.

Daí a gente soube que ia invadir um terreno e a gente invadiu junto. Porque não é fácil. Nesse tempo eu tava com quatro crianças, de aluguel em dois cômodos. Aí eu engravidei de novo. A dona da casa já não tava gostando da ideia com quatro crianças lá, aí a gente falou não, a gente tem que sair daqui. Eu saí de lá e ela nem soube que eu engravidei de novo. Fica chato, por mais que a gente tá pagando, hoje em dia ninguém quer mais alugar a casa com criança. Aí eu fiquei desesperada, primeiro que dois cômodos não dá pra conviver com cinco crianças. Eu falei, vamos dar um jeito, que a gente soube que invadiu um terreno e a gente foi pra lá. E tamo lá faz um ano já.

Vivenciou um processo de ocupação e a necessidade de deixar a área ocupada após a intervenção do poder público. Olhando para trás avalia que de certo modo foi uma loucura ter deixado a casa alugada para arriscar-se com as crianças na empreitada da ocupação.

Sáímos do aluguel, em desespero, sei lá, doidice isso, porque por mais que eu estava ali, mas eu tava segura no aluguel, aí a gente foi pra lá, mas deu tudo certo, Deus sabe o que faz, né?

Narrou com muita simplicidade o processo de mudança. Não foram os membros da família que mudaram de casa, foi a própria casa, madeirite por madeirite, telha por telha, cômodo por cômodo, que aos poucos foi sendo carregada para outro lugar, como levar o teto sobre a cabeça ao invés da cabeça sob o teto, e sob a ameaça de ver tudo demolido pelos tratores.

[...] Teve, foi, teve polícia e tudo. Tirou mesmo. Queria que a gente saísse da casa ou o trator passava por cima dos barracos. E o barraco que a gente tinha construído lá, como a gente já sabia que ia sair, aos poucos a gente foi levando os cômodos. Um cômodo de cada vez, a gente já sabia a data que ia vim, né. Aí a gente foi levando pra esse terreno do lado.

Apesar das precárias condições de sobrevivência, morando em uma casa de madeira, numa área de ocupação irregular, com chão de terra, sob a ameaça de uma nova remoção, “já foram várias vezes lá, mas graças a Deus eles esqueceram um pouco a gente”, sobrevivendo exclusivamente com a renda do companheiro, aferida por meio do trabalho como cobrador de ônibus, que é insuficiente até para as necessidades básicas, ainda assim, acredita que está em boas condições de vida e que não falta nada para a família.

Porque o salário dele dá só pra gente viver, comida, roupa, nem roupa as vezes dá pra comprar, mas graças a Deus não falta nada em casa. A gente sempre dá um jeito, mas se for pra gente pagar aluguel não dá não, aí o salário dele já não vai dar.

Ainda assim, Benedita avalia positivamente a vinda para São Paulo e acredita que está vivendo em melhores condições.

Muito bom, porque se você ver uma foto de quando eu morava lá você não reconhece. Porque a gente passava muita necessidade lá. Meus filhos assim, não nunca passou fome, vamos dizer, tinham o mínimo, só dava pra almoçar e jantar. Era um sacrifício. Aqui não, graças a Deus, o salário dele dá pra se manter, da pra gente viver bem. Só ele, imagine eu trabalhando, aí que vai melhorar mais ainda.

A falta de moradia é o fantasma que também assola a vida de Teresa. Durante a entrevista ficou evidente o seu sentimento de desespero diante da insegurança de não ter onde morar. A situação de pobreza¹⁷ de Teresa é

¹⁷A noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações. Embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta, usualmente vem sendo medida através de indicadores de renda (múltiplos e submúltiplos do salário mínimo) e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que **são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social**. Entre eles, estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidade de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores, assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente, não será absorvida... A pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência (YAZBEK, 2009, p. 73-74). (Grifo nosso).

evidente, foi possível observar por suas condições atuais de moradia, residindo de favor na casa da irmã, que por sua vez trata-se de uma moradia cedida pela sogra da mesma, localizada num lote coletivo, numa área periférica da cidade de São Paulo, composta por um quarto e cozinha, onde atualmente residem dez pessoas. Além da moradia precária, Teresa não possui renda. Com quatro crianças pequenas sob os seus cuidados, sobrevive com os auxílios provenientes dos programas de transferência de renda nos quais está inserida.

A voz de Teresa é um grito de luta, uma luta desesperada pela sobrevivência, uma luta por moradia, por melhores condições de vida. Teresa não silencia o seu desespero. Ela sabe as agruras de ser quem é, de enfrentar sozinha as mais áridas batalhas, de ter sob sua única responsabilidade a educação e o sustento de quatro crianças pequenas. Assim, deixemos Teresa livre para falar de si mesma.

Eu to aqui só pra passar natal, eu tenho que ir embora, a casa não é dela. Depois, eu não sei. Tem uma amiga minha que mora em Osasco. Ela falou pra mim ir pra lá ficar com ela, porque, lá é uma área que eles tão construindo, tipo invadiram e tão construindo, mas eu não tenho dinheiro como vou levantar outro barraco, não tenho nem dinheiro pro material, entendeu? Eu to num beco sem saída, com as mãos amarradas, atadas. Eu não consegui o aluguel social, elas falaram que... eu pedi, eu pedi muito pra elas e elas falaram que não tinha, não tinha condições, fiquei sabendo que tinha, pras mulheres do abrigo tinha sim como correr atrás do aluguel social. Elas disseram que isso era o ano passado, esse ano a gente não consegue mais. [...] Meu maior problema com elas é um lugar pra morar. Pra mim esse é o principal, porque, eu tendo onde morar, o resto eu arrumo um bico por aí, o resto a gente se vira. Eu falei, se tivesse pelo menos um lugar pra morar, se eu conseguisse bolsa família, renda mínima, a gente se virava com a comida. Recebo R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) de bolsa família, por isso que eu precisava do renda mínima, precisava muito. [...] Não tenho mais onde morar, não tenho mais nada, as coisas de casa não sobrou nada, ele

quebrou tudo e o que ele quebrou não deu pra pegar, eu perdi tudo.

Para Teresa, o aluguel social poderia ter sido uma alternativa, mas apesar de ter solicitado o benefício por diversas vezes, enquanto esteve abrigada, não conseguiu o encaminhamento. Durante a entrevista social, orientamos Teresa a procurar a Casa Brasilândia e apresentar esta demanda. Seguindo nossas orientações, a mesmo procurou o CRM e a assistente social fez o relatório e o encaminhamento para inclusão no programa.

3.3.3 Quebra das regras de permanência no abrigo

A coordenadora do CRM Casa Brasilândia aponta que a permanência no abrigo exige que as mulheres se adaptem ao contexto institucional e que em algumas situações o desligamento ocorre pela quebra de regras – que vão desde conflitos relativos ao convívio em grupo até o descumprimento de horários, o contato com o autor da agressão ou familiares e a quebra do sigilo.

Às vezes de horário, porque tem horário pra entrar, horário pra sair, às vezes brigou. O Convida ligou pra gente semana passada que não poderia ficar com uma das mulheres que nós mandamos, porque ela arrumou encrenca com outra, brigou de sair no tapa, então são essas coisas que eles não ficam mais. Não respeitar as regras de horário, tinha uma, por exemplo, que porque ela chegava muito tarde da noite eles estavam desconfiando que ela estava vindo pra essa região para encontrar com ele.

Isabel, não se referiu ao abrigo como prisão, mas de acordo com o motivo de saída da casa abrigo é possível deduzir que de alguma forma ela sentiu-se privada de liberdade. Desejava receber visitas, já havia vivenciado a experiência de passar por um abrigo aberto, não sigiloso, onde a prática de receber visitas era permitida. Antes de deixar o abrigo sigiloso tentou uma vaga num abrigo aberto, como não conseguiu, voltou a conviver com o autor da agressão.

Isabel, 34 anos, união estável, branca, Contagem – MG, ensino fundamental completo, doméstica, desempregada, sem renda, espírita, um filho, em situação de violência há um ano. Ficou abrigada por 2 dias. [...]. Vive em união estável há dois anos com o autor da agressão: Lucas, 33 anos, união estável, Cascavel/PR, negro, ensino fundamental completo, porteiro, assalariado com carteira assinada, com renda de 2 a 3 salários mínimos, sem religião.

Segundo informações constantes no relatório de desabrigamento, Isabel e seu filho permaneceram abrigados na Casa Abrigo Helenira Rezende e deixaram o abrigo porque ela queria receber visitas e não era permitido devido ao sigilo.

Isabel ficou muito desapontada quando informada sobre a proibição de visita e contato com o agressor na Casa Abrigo. Isabel solicitou transferência para o abrigo Maria Maria onde conhecia o coordenador e sabia que poderia sair quando quisesse e manter contato com o agressor. [...] Foi realizado contato com o abrigo Maria Maria, mas não havia vaga disponível. Isabel disse que já conheceu albergues e que não iria para nenhum. Decidiu então, voltar para a casa da comadre e foi levada até a estação Perus onde a comadre estaria esperando. Isabel foi orientada a continuar atendimento na Casa Brasilândia mesmo que voltasse a residir com o agressor.

A questão das regras de convivência no abrigo tem sido um fator importante que influencia diretamente o desabrigamento. Ou seja, se a mulher não consegue adaptar-se às regras, ela é desligada. Não há outra alternativa, a adaptação às regras é uma condição *sine qua non* para a permanência na instituição de abrigamento.

Nos achados desta pesquisa, observou-se o quanto a questão da adaptação às regras foi responsável pelo desligamento das mulheres. O descumprimento de alguma regra estava como pano de fundo em três situações das mulheres que deixaram o abrigo.

Pelos documentos constantes no prontuário, é possível observar que Raquel foi encaminhada para uma casa de passagem e de lá foi desligada

devido ao descumprimento das regras. Uma carta de advertência consta do prontuário:

A usuária Raquel, acolhida em 22/09/2012, juntamente com seu filho, já fora advertida verbalmente por diversas vezes por técnicos e educadores pelo fato do não cumprimento de algumas regras de convivência da Casa de Passagem e, por meio deste, cumprimos o que diz o Termo de Regras de Convivência da Casa da Passagem Helene Londahl, que cita em seu parágrafo 19:

O desligamento do programa se dará em caso de descumprimento das Regras e Convivência, após advertência verbal e advertência por escrito.

Conforme dados constantes no relatório social:

Raquel, 22 anos, solteira, branca, natural de Santos - SP, ensino médio completo, operadora, desempregada, sem renda, evangélica, um filho, em situação de violência há quinze anos. Ficou abrigada por 8 dias. Viveu em união estável por quinze anos com o autor da agressão: Pedro, 32 anos, solteiro, natural de São Paulo/SP, negro, ensino fundamental incompleto, músico, autônomo sem INSS, com renda de até salário mínimo, espírita.

Raquel, movida pelo sentimento de estar aprisionada, de acordo com a advertência por escrito durante a permanência na casa-abrigo, foi desabrigada porque infringiu três regras.

- *O cuidado integral com as crianças, como alimentação e banho são de responsabilidade exclusiva das usuárias e será supervisionada pelos profissionais da casa;*
- *Durante o período em que permanecer na Casa de Passagem Helene Londhal, a usuária apoiará na organização e higienização dos espaços coletivos conforme escala preestabelecida;*
- *A fim de manter a ordem e tranquilidade do local as informações fornecidas pela equipe de profissionais da Casa de Passagem Helene Londhal deverão ser cumpridas.*

Com Lúcia não foi diferente.

Lúcia, 33 anos, casada, branca, natural de Garanhuns/PE, ensino fundamental incompleto, doméstica, desempregada, sem renda, sem religião, três filhos, em situação de violência há quatro anos. Ficou abrigada por 88 dias. Separada do autor da agressão: Marcos, 40 anos, casado, Recife/PE, branco, ensino médio incompleto, motorista, desempregado, sem renda, sem religião.

Conforme o relatório de desabrigamento, durante a permanência na Casa-abrigo Lúcia manteve contato com o autor da agressão, e retornou ao seu domicílio por três vezes, tal comportamento infringiu a regra de número 21 do Regimento interno dos abrigos:

No período em que as mulheres estiverem na Casa Abrigo, é vedada a visita à casa de familiares e amigos”. Segundo o regimento interno, quando alguma regra é descumprida implica em:

I – advertência verbal;

II – advertência por escrito e

III – na reincidência, desligamento imediato.

De acordo com o relatório de desabrigamento:

[...] Logo que foi abrigada Lúcia começou a trabalhar e foi orientada a poupar todo o dinheiro que recebesse para reestruturar sua vida em segurança em uma nova casa. Durante o período de abrigamento Lúcia foi até sua casa e escola próxima por 3 vezes, mesmo depois de orientada sobre os riscos e proibição dessa prática. Por esse motivo precisou deixar a Casa Abrigo. Lúcia alegou todas as vezes que foi advertida sobre o contato como agressor que o patrão foi acompanhá-la armado e por isso não correu risco. Alegou também que o agressor não iria segui-la. Que havia acertado isso com ele. [...] Lúcia deixou a Casa Abrigo e voltou à sua casa. Afirmou que havia combinado com o agressor que ficariam em casas separadas.

Conforme informações constantes no relatório de prosseguimento, elaborado pela psicóloga, Isabel, uma das mulheres atendidas, deixou a casa-abrigo porque não queria permanecer num abrigo sigiloso e também se recusou a formalizar a denúncia.

O abrigo Helenira Rezende nos informa que Isabel não quer ficar num abrigo sigiloso, prefere um abrigo aberto (Maria Maria), pois quer receber visitas; e também a usuária não quer fazer a representação do BO para não prejudicá-lo e uma das condições para que ela continue no abrigo é a representação.

Conforme o relatório de desabrigamento, Ana decidiu deixar a Casa-Abrigo para voltar para a casa do autor da agressão.

Ana ficou muito desapontada quando informada sobre a proibição de visita e contato com o agressor na Casa-Abrigo. Nesta data, Ana decidiu deixar a Casa-Abrigo para voltar para a casa do agressor. Afirmou que ele não era perigoso e que poderia ficar na casa dele até juntar dinheiro para alugar uma casa para si.

Conforme o relatório social, Bárbara, foi desligada da Casa-Abrigo Helenira Rezende porque rompeu com o sigilo, sendo então transferida para um abrigo em Diadema, onde também rompeu o sigilo, culminando no desabrigamento.

A usuária Bárbara foi encaminhada para o abrigo Helenira, segundo a coordenadora, o sigilo foi quebrado e o agressor descobriu o local. Foi transferida para abrigo sigiloso em Diadema. A funcionária do abrigo Helenira entrou em contato conosco informando que a usuária pegou emprestado um celular e quebrou o sigilo e também descumpriu outras regras do abrigo e será desabrigada.

Bárbara também descumpriu as regras do abrigo e foi desligada por este motivo.

Bárbara, 28 anos, casada, natural de Santos/SP, branca, ensino médio completo, atendente, assalariada com carteira

assinada, renda de 1 a 2 salários mínimos, evangélica, dois filhos, em situação de violência há quatro anos. Ficou abrigada por 30 dias. Sem informação do tempo de convívio com o autor da agressão: Mateus, 26 anos, casado, natural de São Paulo/SP, sem informação sobre a cor, ensino fundamental incompleto, motorista, assalariado com carteira assinada, com renda de 2 a 3 salários mínimos, evangélico. Possui histórico de dependência química e não possui antecedentes criminais.

No termo de compromisso para acesso ao abrigo, a usuária toma conhecimento do regimento interno, onde no item 3 consta que:

A usuária se compromete a guardar completo sigilo em relação ao endereço do abrigo, durante e após sua entrada no mesmo, acatando as orientações das profissionais e orientando os filhos no mesmo sentido.

Segundo o relatório social:

A usuária Bárbara foi encaminhada para o abrigo Helenira. Segundo a coordenadora, o sigilo foi quebrado e o agressor descobriu o local. Foi transferida para um abrigo sigiloso em Diadema. A funcionária do abrigo Helenira entrou em contato conosco informando que a usuária pegou emprestado um celular e quebrou o sigilo e também descumpriu outras regras do abrigo e será desabrigada.

Conforme informações constantes no relatório de prosseguimento, elaborado pela coordenadora da Casa Brasilândia, a usuária Isabel se recusou a representar criminalmente o autor da agressão e esta era uma das condições para a permanência no abrigo.

O abrigo Helenira Rezende nos informa que Isabel não quer ficar num abrigo sigiloso, prefere um abrigo aberto (Maria Maria), pois quer receber visitas; e também a usuária não quer fazer a representação do BO para não prejudicá-lo e uma das condições para que ela continue no abrigo é a representação.

A usuária fica ciente da obrigatoriedade de registrar a ocorrência policial no período imediatamente posterior a entrada na Casa Abrigo, para qualificar a situação de ameaça vivida.

No regimento interno não há referência quanto à obrigatoriedade da representação, o que existe no item 11 é a obrigatoriedade do registro de Boletim de Ocorrência.

3.3.4 Resgate da relação conjugal com o agressor

Importante ressaltar que alguns estudos têm apontado que romper com relações violentas é um processo evolutivo. Que é comum a saída e retorno à relação. Os movimentos de saída e de retorno à relação violenta são também denominados de rupturas evolutivas e são predominantes na relação de violência contra a mulher.

As rupturas evolutivas representam a categoria que ocorre com mais frequência entre as mulheres. Caracterizam-se por sucessivos rompimentos e retorno para o convívio do agressor, em um processo no qual a mulher ganha confiança em si, vence seus medos, descobre os recursos existentes à sua volta e aprende que sua vida é possível sem o parceiro (ROCHA, 2007, p. 88).

A assistente social do CRM acredita que um dos motivos para o desabrigamento consiste no ciclo da violência, no qual uma das fases relaciona-se com a crença da mulher de que o autor da violência vai mudar. A entrevistada acredita que a mulher não estava preparada e fortalecida para ir para o abrigo.

Se ela não estava preparada para ir pro abrigo, então não está fortalecida, entra no ciclo da violência, que é acreditar que ele vai mudar, penso que pode ser um dos motivos. Mas eu acredito que seja pelo ciclo da violência. De acreditar que ele vai mudar, muitas vezes de acreditar que a vida com ele poderia ser melhor, que esse tempo que ela deu no abrigo serviu pra ele aprender alguma coisa [...].

Benedita é um exemplo de mulher que acredita nessa possibilidade, pois idealiza a convivência pacífica com o marido.

Em seguida, ela revelou que vem tentando ao longo desses quatorze anos ficar bem com o companheiro, “mas não tem jeito não: toda vez que eu vou tentando gostar dele, ele faz isso” (sic). Eu lhe perguntei “Isso o quê?” no que ela respondeu: “isso de me machucar, me deixar toda roxa” (sic). Também lhe perguntei para ela como era que ela estava se sentindo. E ela não soube responder ficando, novamente, com os olhos cheios d’água e mantendo seu olhar baixo.

Acredita que o período que ficou longe de casa, durante sua permanência no abrigo, contribuiu para as mudanças que nestes 25 dias de retorno ao convívio conseguiu observar: o companheiro está lendo um livro de autoajuda, vendeu o celular para não ficar ligando toda hora para ela, iniciou acompanhamento psicológico e passou a frequentar uma igreja evangélica, agora entoa hinos de louvor.

Não, não. Ele falou que nunca mais. Ele jurou na frente dos filhos dele que nunca mais ia falar essas coisas pra mim, nunca mais ia me bater, me agredir, nunca mais, nunca mais. Eu falei pra ele quando triscar num fio de cabelo meu eu não volto nunca mais. Posso passar fome com meus filhos, seja o que for. Tô dando uma chance pra nossa família. Se você ama realmente sua família você tem que zelar por ela. Ele tá indo pra igreja.

Questionada sobre seus sonhos, Benedita coloca os filhos e o companheiro em primeiro lugar, adia o projeto de voltar a estudar e de trabalhar para quando desmamar o filho que está com oito meses e ainda mama no seio materno e para quando o marido melhorar com o ciúme:

*É o que eu penso agora no momento...assim...eu não tenho vontade de fazer nada agora. Meus filhos tá tudo pequeno, **mas quando o bebezinho crescer mais um pouquinho eu tenho vontade de fazer um curso, vontade de, sabe, de trabalhar pra ajudar meu marido a reformar a casa.** Fazer a casa que tá precisando fazer que estamos morando em barraco ainda...*

Primeiro eu quero que ele melhore com o ciúme dele, pra mim poder. Porque ele devia deixar eu estudar. Voltar a estudar. Eu to deixando ele passando no psicólogo, depois que eu ver que ele ta 100%, aí sim, eu vou tentar. Ele não deixa eu trabalhar, porque fica com ciúme. (grifos meus).

Benedita, ao relegar ao segundo plano suas aspirações e realizações pessoais, reproduz o papel de gênero desenhado para as mulheres na sociedade patriarcal. Delas se esperam o amor incondicional aos filhos, ao marido e à família e que as necessidades destes sejam prioritariamente atendidas. As mulheres vivem em função do outro.

El concepto de amor conyugal de las mujeres responde el discurso del amor moderno basado en un contrato entre las partes donde el hombre protege a su mujer y la mujer en su limitada praxis social se dedica a la crianza y al trabajo doméstico no remunerado, postergando sus necesidades individuales por amor, en una sociedad donde se sobredimensionan los valores individuales y el éxito personal. Todo esto, validado socialmente, hace del hogar de la mujer un claustro en nombre del amor, donde ella es mujer en tanto es madre, y cumple así con su desarrollo personal, lo que anteriormente se describió como la identidad de “ser de otro” (FERNÁNDEZ, 1992 apud GARCÍA, et al, 2013, p. 121).

A questão da ambiguidade de sentimentos que prevalece nas situações de violência doméstica e familiar contra a mulher já mereceu abordagens teóricas. A respeito da ambiguidade de sentimentos que assolam as mulheres, foi dito o seguinte:

[...] A ambiguidade da conduta feminina é muito grande e compreende-se o porquê disto. Em primeiro lugar, trata-se de uma relação afetiva, com múltiplas dependências recíprocas. Em segundo lugar, raras são as mulheres que constroem sua própria independência ou que pertencem a grupos dominantes. Seguramente, o gênero feminino não constitui uma categoria social dominante. Independência é diferente de autonomia. As pessoas, sobretudo vinculadas por laços afetivos, dependem umas das outras. Não há, pois, para ninguém, total independência. Em terceiro lugar, na maioria das vezes, o homem é o único provedor do grupo domiciliar. Uma vez preso, deixa de sê-lo, configurando-se um problema sem solução, quando a mulher tem muitos filhos pequenos, ficando impedida de trabalhar fora. Entre outras muitas razões, cabe mencionar, em quarto lugar, a pressão que fazem a família extensa, os amigos, a Igreja etc., no sentido da preservação da sagrada família. Importa menos o que se passa em seu seio do que sua

preservação como instituição. Há, pois, razões suficientes para justificar a ambiguidade da mulher, que num dia apresentava a queixa e, no seguinte, solicitava a sua retirada” (SAFFIOTI, 2004, p. 87).

Após deixar o abrigo e voltar a conviver com o autor da agressão, a ambiguidade de sentimentos continua presente na vida de Benedita. Para suportar a convivência ela procura não pensar no que viveu, pois quando pensa sente vontade de sumir.

É difícil viu. Ele ainda vai ter que me conquistar muito. Quando eu lembro, não gosto nem de olhar pra ele que eu fico revoltada. Eu procuro nem pensar, porque se eu pensar dá vontade de sumir dali.

Sobre os sentimentos da mulher em situação de violência, em estudo sobre a rota crítica das mulheres afetadas pela violência por parceiro íntimo, realizado na Venezuela, concluiu-se que as mulheres vivenciam contradições e ambivalências entre suas necessidades e suas opções que podem tornar-se verdadeiras armadilhas. As mulheres buscam a justiça e são julgadas por ela, debatem-se entre a necessidade de se proteger de alguém que é ao mesmo tempo a pessoa com quem se relaciona afetivamente, o pai dos seus filhos e o autor das agressões. Desvincular-se deste parceiro muitas vezes significa também afastar os filhos da convivência com os pais.

Las mujeres afectadas por la violencia en la pareja viven subjetivamente contradicciones y ambivalencias sustanciales entre sus necesidades y sus opciones. Se debaten entre defender las relaciones de pareja y la necesidad de protegerse de su pareja; ver el desarrollo de sus hijos/as con sus padres y separar a los hijos/as de sus padres por su propio bien; solicitar justicia a las instituciones y ser juzgadas por las instituciones. Estas contradicciones se pueden convertir en trampas que las mujeres deben identificar y superar para salir de la violencia (GARCÍA, et al, 2013, p. 119).

Benedita revela que as agressões motivadas por ciúmes eram recorrentes, porém, não tão agressivas quanto da última vez. Desta vez, o companheiro já não era ele, transformou-se. A transformação aparece nas entrelinhas da fala de Benedita, de certo modo justificando o companheiro como um homem não violento, mas que naquele ato se transformou. Mais ainda, relatou que ele iniciou um acompanhamento psicológico, alentando a sua esperança de uma transformação em um homem não violento,

possibilitando, dessa forma, o seu retorno ao companheiro. Trata-se da expressão da patologização do machismo. O ciúme não é percebido como demonstração de posse, mas como algo patológico.

Não, sempre quando ele tem crise de ciúme, já chegou a me agredir, mas fazia muito tempo que ele não tinha feito isso comigo, assim desse jeito, transformado. Mas ele tá indo no psicólogo, estou indo junto, nós dois vamos. Eu falo o que eu to achando dele, eu falo tudo.

A linha de explicação da violência a partir da patologização do agressor já mereceu análises e críticas principalmente por parte das vertentes sociológicas, estruturais e políticas.

As abordagens patológicas explicam a violência conjugal pela psicopatologia, ou seja, disfuncionamentos ou problemas mentais do agressor; pelo uso abusivo do álcool ou de outras drogas; por determinadas características das vítimas, ou buscam o modelo da medicina de isolar um fator como causa da violência. As críticas a essas abordagens referem-se à parcialidade de suas conclusões, por se bastarem em declarações fornecidas em levantamentos estatísticos, em pesquisas cujos resultados são questionados devido à sua metodologia e por explicarem a violência por características individuais do agressor ou da vítima. O álcool e as drogas são facilitadores ou desculpas do comportamento, e as causas da violência são sociais (ROCHA, 2007, p. 78).

García *et al.*, defendem que a violência contra a mulher não é fruto de desvio de conduta do autor da agressão ou comportamentos associados a dependência química ou patologias e sim uma prática consciente, aprendida e orientada por uma lógica social estruturada na ideologia patriarcal, ancorada na desigualdade de gênero.

La violencia contra las mujeres en el ámbito de las relaciones de pareja no es el resultado de casos inexplicables de conductas desviadas o patológicas del hombre signadas por el consumo de alguna droga o sustancia estupefaciente; por el contrario, es una práctica aprendida, consciente y orientada, producto de una organización social estructurada en una cultura patriarcal en base a la desigualdad entre los géneros. En este sentido, es el resultado de las relaciones desiguales de poder y es ejercida por los que guardan un lugar privilegiado dentro de dichas relaciones y que se sienten con el derecho de controlar e intimidar, atravesando las clases sociales, niveles educativos, grupos

étnicos y etarios; es decir, puede darse en todos los sectores de la sociedad (GARCÍA, et al., 2013, p.)

A ambiguidade entre a punição e o amor se reproduz no ciclo de violência, apesar do desejo dessas mulheres evadirem dessa situação.

Isabel ficou muito desapontada quando informada sobre a proibição de visita e contato com o agressor na Casa Abrigo. Isabel solicitou transferência para o abrigo Maria Maria onde conhecia o coordenador e sabia que poderia sair quando quisesse e manter contato com o agressor. Afirmou que só quis assustá-lo, deixa-lo um pouco sozinho para sentir falta dela, que ele é bom pai e marido quando não bebe nem se droga e que não quer prejudicá-lo de forma alguma.

Ambas as entrevistadas desejam virar a página, esquecer a violência sofrida e reconstruir suas vidas.

O plano de Benedita para o futuro, caso vivencie novas situações de violência, é dar passos mais largos para distanciar-se do autor da agressão e acredita que devido aos traumas não desejaria unir-se novamente a um homem. O seu projeto envolve a vivência com os filhos, reforçando a ideia da mulher como um ser para o outro.

Já bem largo, pra nunca mais voltar. Devido ao trauma eu acho que eu nem ia querer outro marido mais não. Eu ia viver minha vida, fiquei muito tempo presa com ele, aquela vida desde os 14 anos. Queria viver minha vida, não queria saber de homem mais não. Viver minha vida com meus filhos, aproveitar meus filhos.

O plano de Teresa é encontrar um lugar para morar, reconstruir a vida com os filhos e esquecer o que passou.

Com o tempo vai acabando, é que nem borracha vai gastando, gastando uma hora não tem mais nada. Quero que essa história morra na minha vida o mais rápido possível. Não quero lembrar mais, é página rasgada não é nem virada. Eu quero arrumar um lugar pra morar, trabalhar e não lembrar mais desses últimos três meses e cuidar dos meus filhos.

São planos simples, pouco ambiciosos. Um lugar para morar, trabalhar e cuidar dos filhos. Mas, objetivações distantes quando o rompimento com a violência implica vencer determinações históricas.

3.3.5 Resgate da família pensada pela culpa e arrependimento

As mulheres em situação de violência vivenciam sentimentos de culpa advindos da responsabilização social que atribui a si mesmas na manutenção da família, no cuidado e o amor incondicional aos filhos e ao companheiro.

Prates (2007, p. 105), em um estudo sobre mulheres abrigadas no município de São Paulo, identificou que algumas mulheres sentiam-se culpadas, outras sentiam amor e pena do autor da agressão e outras acreditam num ideal de “família unida”, para esta autora tais sentimentos relacionam-se com uma concepção de feminilidade que marca a subjetividade das mulheres.

[...] algumas nutriam sentimentos de injustiça por terem que sair de suas casas, outras sentiam amor e pena dos companheiros, preocupação com os filhos, arrependimento por terem saído de casa, culpa pela ocorrência da violência e outras ainda acreditavam em um ideal de “família unida”, mesmo com sacrifícios de sua parte. Tais motivos, determinantes do retorno, estão relacionados a uma determinada concepção de feminilidade que marca a subjetividade das mulheres e podem favorecer, entre outros aspectos, a permanência em uma relação violenta.

A crença de que os filhos sofreriam mais tanto afetiva quanto economicamente após a ruptura com o autor da agressão, ou seja, “para o bem dos filhos”, as mulheres continuarem na relação violenta.

Uno de los principales motivos para que las mujeres se mantengan dentro de la situación de violencia es “por el bien de los hijos” que parte de la creencia de que los hijos/as sufrirán más si se rompe la relación de pareja, ya sea por razones afectivas o económicas. (GARCÍA, et al, 2013, p. 102).

A preocupação e a defesa dos filhos apresentaram-se como motivações tanto para romper com a relação violenta quanto para permanecer na relação, ou seja, quando as mulheres acreditam que manter-se na relação é o melhor para os filhos elas se esforçam para permanecer no relacionamento, porém, quando elas percebem ou acreditam que os filhos estão sendo atingidos pela violência buscam romper com a relação. Quando os maus tratos são contra os

filhos, as mulheres se mobilizam e tomam a decisão de romper com o ciclo da violência.

En muchos casos romper el silencio lleva a tomar decisiones. Estas pasan por modificar una conducta que han tenido por muchos años amparada en sentimientos de culpa y presión social factores que retrasan sus decisiones. El maltrato o daño a los hijos e hijas es el principal factor por el cual las mujeres se movilizan a tomar decisiones para protegerse de la violencia. (GARCÍA, et al, 2013, p. 70)

Para Benedita, uma das nossas entrevistadas, foi assim. Ela não queria mais aquela vida de violência nem para si, nem para os filhos, mas resgatou a relação com o agressor para dar uma chance para a família.

Essa vida eu não queria mais nem pra mim nem para os meus filhos. Que ele também tava agressivo com as crianças, tava sem paciência.

Vou tentar dar a última chance, não é nem pra ele, é pra nossa família.

Conforme o relatório do atendimento inicial, Benedita já referia sua permanência na relação pela preservação da família e deixou o abrigo para manter este posicionamento. No entanto, quando questionada pela coordenadora do CRM sobre qual família estava preservando não conseguiu verbalizar, o que nos leva a crer que a família preservada a família idealizada, que não corresponde à vivida.

Após ser indagada sobre os motivos que a levavam a permanecer em tal relação, Benedita respondeu, quase que como de uma forma automatizada, que “eu quero manter a união da família” (sic). Eu lhe perguntei sobre de qual família ela estava falando e, por um momento, ela parou para pensar, respirou...seus olhos marejaram e ela não soube responder; conseguindo apenas movimentar a cabeça, negativamente.

Refletindo acerca dos modelos de famílias que existem na realidade e no modelo que prevalece no imaginário social, Toledo recorre a Szymanski para distinguir a família pensada da família vivida.

A família pensada baseia-se no modelo idealizado de família nuclear e a família vivida é a possibilidade dada pelos arranjos no real. Quando o modelo idealizado não corresponde à possibilidade vivida o resultado é o sofrimento por se sentir fora da normalidade (SZYMANSKI, 1987 apud TOLEDO, 2007, p. 8).

Com o processo de modernização, as organizações familiares passaram por diversas mudanças. Hoje existem diversas formas de arranjos familiares, porém, no imaginário social ainda prevalece o modelo ideal de família.

O modelo ideal de família ainda está sedimentado no imaginário coletivo e subsiste, muitas vezes, como um sistema de controle que se expressa por meio dos mecanismos de preconceito, exclusão e discriminação. Também, se subsiste no plano das representações sociais é porque representa, sobretudo, um modelo ainda legitimado e necessário. (TOLEDO, 2008, p. 25).

Após a saída do abrigo, voltou a conviver com o autor da agressão, na esperança de que ele mude, acreditando nas promessas feitas por seu companheiro, e com o objetivo de dar mais uma chance, não para ele, mas para a família.

3.3.6 Resgate das perdas

A decisão de ir para o abrigo não significa simplesmente romper com um parceiro violento. Para além de afastar-se do autor da agressão esta decisão vem acompanhada de um grande ônus para a mulher e seus filhos, envolve múltiplas perdas e prejuízos, significa romper com vínculos, abrir mão de tudo o que construiu.

A coordenadora do CRM Casa Brasilândia compreende que a decisão de ir para o abrigo implica em perdas para as mulheres e por este motivo não é uma decisão fácil.

Ir para o abrigo é muito difícil mesmo. Quando vai pro abrigo a gente coloca todas as questões, as regras dos abrigos, as questões que elas vão ter que quebrar os vínculos anteriores mesmo, que ela vai pra um lugar sigiloso, que ela não vai ter mais contato com as pessoas daqui. Ela vai ter que reconstruir a vida num outro, num outro bairro. E não é fácil começar assim do zero, né? Então elas têm muito medo mesmo. Às vezes elas até justificam, mas você vê que isso é uma defesa mesmo. Ah mas

tem meus móveis, eu não quero deixar meus móveis, eu comprei, eu paguei. E não pode levar nada além da roupa, a roupa delas, das crianças. Tem isso de você quebrar esse vínculo. Muitas delas tem que deixar o emprego se estão trabalhando, porque não adianta ir pro abrigo sigiloso, e continuar no mesmo emprego ele vai seguir. Quando elas estão trabalhando elas não deixam o emprego, são raros os casos que elas tiveram coragem e pediram a conta, e é complicado mesmo você deixar a sua casa e ir pra um abrigo.

Teresa refere que o pouco que conseguiu construir ao longo da vida é tudo o que possui e abrir mão disso não foi fácil.

A minha vida corre contra o tempo, minha vida corre na ampulheta. Eu não posso ficar esperando, eu tenho que correr atrás das minhas coisas. Eu preciso arrumar um lugar para os meus filhos morar. Eu preciso de uma ajuda pelo menos até o bebê ir pra creche ou ficar com alguém. Correr atrás de tudo que eu perdi. Porque se eu não corro atrás eu sei que pra lá, para minha casa eu não posso voltar.

Sua fala é muito reveladora. Para ela o tempo de permanência no abrigo foi como um hiato, uma suspensão do seu cotidiano, como se a vida ficasse parada, nenhuma solução foi efetivamente apresentada, e ao mesmo tempo se sentiu impossibilitada de “correr atrás” de tudo o que considerava importante para recuperar o que havia perdido.

*Ah, a gente sofre, né? Por mais pouco que você tem pouco, demorou pra eu conseguir, foi difícil. **Perdi tudo, tudo. Eu não tenho nada, eu tenho as roupas porque ela conseguiu buscar porque se ela não tivesse ido buscar, nem isso eu tinha. Porque quando eu fui pro abrigo eu tinha levado uma mala de roupa.** Porque eu estava ficando doida lá dentro. **Três meses que eu fiquei lá as minhas filhas não foram pra escola. A mais velha repetiu de ano.** [...] Então eu fiquei três meses lá, foram três meses que eu não fiz nada. Eu falei pra elas que quando o bebê nascesse já ia tá dando tempo deu ir embora, elas falaram: não tem problema, **se der o tempo de você ir embora e você não tiver conseguido as coisas você vai pra outro abrigo. Aí eu vou viver transferida de abrigo em abrigo? Eu não. O tempo que eu fiquei lá eu fiquei parada, eu não fiz nada, eu não consegui nada.** Mas eu falei pra elas que eu queria correr atrás da pensão das crianças, dos meus benefícios, que quando eu saísse de lá eu tinha com que me virar sozinha. [...] Não tenho mais onde morar, não tenho*

mais nada, as coisas de casa não sobrou nada, ele quebrou tudo e o que ele quebrou não deu pra pegar, eu perdi tudo (Grifo nosso).

As perdas e prejuízos envolvem aspectos objetivos e subjetivos, desde bens materiais até a angústia acumulada ao ver o prazo de permanência no abrigo se extinguindo.

Esse prejuízo se refere à perda da moradia e de referências sociais importantes, perda mesmo que temporária do apoio familiar, bens materiais, e em alguns casos até o emprego precisa ser abandonado. A realidade da convivência cotidiana tensa, a perda de autonomia e da liberdade de ir e vir fazem com que, em pouco tempo, o abrigo deixe de ser a saída sonhada. As dificuldades para retomar a vida e a contabilização das perdas vão gerando uma enorme angústia diante do final do prazo de permanência. (SILVEIRA, 2005, p. 18).

Com Benedita aconteceu o mesmo, pois precisou abrir mão de tudo: casa, roupas, móveis, tudo.

Foi uma luta. Consegui pegar o básico, a mochilinha com as coisas da escola das crianças, uma roupa de cada uma, só o que deu pra trazer. Não dava pra trazer muito peso, eu tinha um bebê pra carregar, não dava pra trazer uma mala.

Foi para o abrigo levando apenas o que era permitido e, talvez, até menos, pois com o bebê de colo não podia carregar muita coisa.

Conforme a assistente social, as mulheres podem deixar tudo para trás, mas não abrem mão dos seus filhos.

Elas só não abrem mão dos filhos. A maioria delas, mas de resto tem que abrir mão de tudo. Abrir mão do contato com a família, abrir mão das coisas que elas têm dentro de casa, porque só podem levar as coisas pessoais, documentos, roupas. Abre mão de casa, abre mão de pensão, muitas delas vem aqui, mesmo que não vá para abrigo, elas preferem abrir mão da pensão de cobrar deles uma coisa que eles vão cobrar de outra forma. Que eu também penso que não é justo, porque aquilo é para os filhos. Emprego também. Tudo. Até tratamento médico elas abrem mão.

Duas das mulheres (Aparecida e Madalena) deixaram a casa abrigo em prol da liberdade de fazer uso de substâncias psicoativas, pois de acordo com o regimento interno: “19.- É vedado o uso de drogas pelas abrigadas da Casa”.

Conforme o relatório de desabrigamento elaborado pela coordenadora da casa-abrigo, referente à Aparecida:

Durante todo o final de semana Aparecida solicitou desabrigamento e voltou atrás muitas vezes. O mesmo comportamento se repetiu na segunda-feira dia 25/03 e ficou acertado que o motorista a levaria para a Casa Brasilândia na terça 26/03 depois das 10h. Nesta data Aparecida não conseguiu esperar e deixou a Casa-Abrigo às 7h30min de ônibus com as filhas e disse que voltaria para casa. Acredito que Aparecida se esforçou para permanecer no abrigo, mas não conseguiu ficar sem a droga fornecida pelo agressor. Acredito ainda, que se Aparecida voltar a buscar qualquer serviço de violência a internação para tratamento da drogadição precisa ser considerada e avaliada.

Aconteceu a mesma situação com Madalena. Conforme o relatório de desabrigamento:

Em 10/05, Madalena saiu para trabalhar e só retornou no dia seguinte a tarde toda machucada e com BO de estupro coletivo. Segundo Madalena, seu agressor a forçou a entrar no carro quando saiu do trabalho e a levou até a casa dele onde a estuprou junto com mais dois homens. O agressor alegou, na delegacia, que Madalena foi até a sua casa, solicitou droga e mantiveram relação sexual consensual. Madalena fez exame de corpo de delito. Em 17/05/13 Madalena foi escoltada até a estação rodoviária do Tietê onde embarcou para casa de familiares com passagem comprada pela Casa Brasilândia.

A dependência química é realmente difícil de ser contornada em uma situação de abrigo, pois as crises de abstinência se somam à angústia das perdas e à dor da violência sofrida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada no CRM Casa Brasilândia, apesar de não nos permitir fazer generalizações, os dados levantados apontam que a violência doméstica contra a mulher e mais especificamente o abrigo de mulheres é uma questão complexa que envolve múltiplas determinações e que as mulheres abrigadas vivenciam situações limites.

Os dados acerca da violência contra a mulher observados neste estudo revelam que apesar dos avanços legais, dos diversos estudos sobre a temática, este tipo de violência persiste na sociedade brasileira.

Compreendemos que enquanto a violência contra a mulher existir, a relevância em estudá-la em busca de apreender suas dimensões subjetivas e estruturais numa perspectiva de enfrentamento e construção de respostas efetivas é uma necessidade.

A realidade das mulheres atendidas no CRM Casa Brasilândia que sofreram violência e trilharam o caminho do abrigo, revela que são mulheres que enfrentam muitas dificuldades para romper com a relação violenta, pois se encontram numa situação de classe social marcada por fortes privações de diferentes ordens e intensidades. Grande parte são mulheres que estão expostas ao desemprego, à falta de renda, à baixa escolaridade, a problemas de saúde (depressão, dependência química, Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs), com frágil suporte, com filhos pequenos para educar e sustentar, sem o devido apoio institucional e familiar.

A precariedade das respostas e desarticulação apresentadas pelas políticas sociais de enfrentamento são fatores que contribuem para a revitimização das mulheres que vivenciam a violência e recorrem aos serviços públicos na esperança de superação. Os serviços são frágeis e não têm dado conta de apresentar respostas para as múltiplas demandas das mulheres, tais como: moradia, emprego, vaga em escolas e creches para os filhos, etc. A ausência de respostas efetivas contribui para que as mulheres retornem ao convívio com o autor da agressão, pois as dificuldades de sobrevivência por meios próprios, sem o devido respaldo do Estado assim determina.

O ambiente do abrigo é marcado por tensões, as mulheres são tolhidas na sua liberdade, precisam adaptar-se às regras institucionais, privar-se do

convívio com a comunidade e com a família, abrir mão de tudo o que conquistou ao longo da vida e culmina no acúmulo de perdas objetivas e subjetivas que as encaminham de volta à relação violenta.

No entanto, ainda que não sejam ideais em muitos aspectos, tanto as Casas-Abrigo quanto o CRM Casa Brasilândia são serviços de extrema importância para as mulheres em situação de violência, porém, no atual contexto de avanços neoliberais e enxugamento de custos com as políticas sociais, estes serviços têm enfrentado algumas dificuldades para a realização dos atendimentos.

As dificuldades enfrentadas pela Casa Brasilândia referem-se à insuficiência de recursos humanos que impactam na qualidade do serviço, na medida em que inviabiliza a realização de trabalhos em grupo, a realização de trabalhos preventivos e o trabalho prosseguido tanto das mulheres que são encaminhadas para o abrigo, quanto das que não são, ou seja, compromete a realização do trabalho de fortalecimento das mulheres em busca da criação de condições para romper com o ciclo de violência.

Por essas razões, a perspectiva do trabalho mantém-se no plano dos atendimentos imediatos, exemplo disso, são as mulheres que buscam o CRM e a equipe técnica identifica que ela encontra-se em risco iminente de morte, porém, a mulher recusa o abrigamento. Nessa situação não é desenvolvido nenhum trabalho com esta mulher. Ela assina um termo de responsabilidade pela desistência do abrigo, deixa o CRM e não há uma busca ativa para saber o desfecho. O trabalho de fortalecimento é desenvolvido apenas com as mulheres que retornam espontaneamente ao CRM e no geral os retornos ocorrem no auge da próxima violência, evidenciando que a atuação no campo preventivo da violência é incipiente.

Percebe-se também uma fragilidade orçamentária (que culminou no corte das oficinas), ausência de vagas nos abrigos, fragilidade de articulação com a rede de recursos, ausência de um veículo próprio para o transporte das mulheres atendidas.

O trabalho de pós-abrigamento não tem sido desenvolvido pelo CRM Casa Brasilândia, acredita-se que devido à fragilidade da articulação da rede de recursos, principalmente com as Casas-Abrigo. Percebeu-se que existe uma

melhor articulação com o abrigo Helenira Rezende, pois este abrigo encaminha o relatório de desabrigamento, facilitando o desenvolvimento de um trabalho de pós-abrigamento. Uma proposta para iniciar um trabalho efetivo de pós-abrigamento seria a articulação com todos os CREAS para a sistematização de envio dos relatórios de pós-abrigamento e planejamento de ações conjuntas.

Muitas dificuldades na coleta de dados consistiram na falta de sistematização das informações constantes dos prontuários. Em algumas situações observamos que não foi possível compreender o desfecho do histórico de violência, por exemplo, uma mulher que estava sendo desabrigada com os filhos e os mesmos eram enteados do autor da agressão e não desejavam voltar a conviver com o mesmo, solicitaram apoio para irem morar com os avós em outro estado. Não havia registro no prontuário sobre a ação desenvolvida acerca da demanda das crianças e ficou uma incógnita: a casa-abrigo ou o CRM encaminharam a situação para o Conselho Tutelar? Alguma ação foi realizada ou as crianças simplesmente voltaram a conviver com o autor da agressão?

Esta situação nos revela que as crianças além de estarem expostas às situações de violência juntamente com as mães, estão ainda mais vulneráveis, pois acumulam todas as perdas acumuladas pelas mulheres em situação de violência e ainda que decidam romper com a relação, não têm poder de decisão, porque são crianças e provavelmente são obrigadas a seguir o caminho da mãe.

As dificuldades que as mulheres encontram para permanecerem nos abrigos e também quando são desabrigadas apontam que o abrigamento isoladamente não dá conta de apresentar as respostas para as demandas das mulheres em situação de violência e risco de morte.

A partir das falas das mulheres, observamos que as Casas-Abrigo possuem uma dinâmica institucional própria, na qual as mulheres são monitoradas em tempo integral, não são permitidas as saídas sem acompanhante, precisam cumprir regras de convivência e de tarefas relacionadas aos cuidados com a casa e de relacionamento com as crianças e demais abrigadas, que contribuem para o sentimento de aprisionamento. Bem como o acúmulo de perdas referentes ao isolamento, como a ruptura de vínculos familiares e comunitários geram nas mulheres um sentimento de

revitimização e culminam na necessidade de reelaboração de um projeto de vida, sem efetivamente existirem respostas do setor público que viabilizem a construção desse novo projeto.

Os serviços necessitam de melhor estruturação, mais investimentos e, principalmente articulação com os demais da rede. Além disso, o enfrentamento por diferentes secretarias precisa ser mais bem estruturado.

A política de enfrentamento da violência contra a mulher ainda carece de apresentar respostas articuladas que deem conta das múltiplas demandas destas mulheres.

A equipe técnica, principalmente os assistentes sociais têm importante papel no mapeamento da demanda e na articulação da rede de recursos, no entanto, o esforço dos profissionais certamente não seria o bastante, pois se faz necessário que haja adequada composição da equipe, com a contratação de Recursos Humanos em número suficiente para desenvolver um trabalho efetivo – não apenas nos CRMs. Além disso, seria necessária a criação de estratégias interligadas que dessem conta do desabrigoamento, e neste sentido a participação da Secretaria de Habitação seria de fundamental importância para dar conta da falta de moradia; a Secretaria de Educação para promover a inclusão nas escolas e creches; a Secretaria de Trabalho para a capacitação e inserção profissional; e a Secretaria de Assistência na promoção do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como na inclusão em programas de transferência de renda.

Para além da atuação com as mulheres, o trabalho com o autor da agressão precisa ser considerado, conforme previsto na Lei Maria da Penha, pois foi evidenciado que o ciclo da violência não poderá ser rompido sem a participação reflexiva de todos os protagonistas da violência.

Avançar com propostas de atuação na perspectiva de promover a reflexão e discussão sobre a questão das desigualdades de gênero, desde o processo educativo nas escolas é primordial.

Pontuando, é necessário considerar que os profissionais dos diferentes serviços precisam ser capacitados para atuar na perspectiva de luta contra a dominação patriarcal.

Ainda que o abrigo não seja a alternativa mais adequada no enfrentamento da violência contra a mulher, observou-se que ainda é uma

medida necessária e que a ampliação do número de vagas é uma questão importante a ser considerada.

No entanto, afastar a mulher da sua rede de suporte familiar e comunitária, ainda que esta rede muitas vezes seja precária, tem sido uma alternativa que revitimiza e pune a mulher. Talvez medidas mais efetivas, previstas na Lei Maria da Penha, possam evitar preventivamente que a violência de gênero chegue ao extremo da ameaça e do risco de morte.

Este estudo tem limitações impostas necessariamente pelo percurso acadêmico do mestrado, premido pelo tempo e pela objetividade do foco. Portanto, ele não se esgota aqui. No entanto, entendemos que deixamos para os próximos pesquisadores uma contribuição que partiu de uma prática profissional e que, deve a ela retornar no sentido de gerar propostas inovadoras de enfrentamento e superação da violência de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMENDRA, C. A. da Cunha; BAIERL, Luzia Fátima. A dinâmica perversa do medo e da violência urbana. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XXIII, v.70, jul. 2002. 2ª reimpressão 2012.

AUGUSTO, Acácio. Anarco-abolicionismo penal: uma proposta para estancar a mentalidade punitiva. *Revista PUC Viva*. São Paulo, APROPUC, v.30, p. 35-39, abr.-jun., 2007.

AVON/IBOPE. *Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil*. Disponível em: <www.institutoavon.org.br>. 2009. Acesso em nov. 2014.

AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc, 2013.

_____. MELO, Hildete Pereira. *Tempos e memórias do feminismo no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em 04 de fev. de 2015.

BARROCO, Maria Lucia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2010.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacuqueline (orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia. Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em 18 de fev. de 2015.

BARSTED, Leila Linhares. A violência contra a mulher e a Convenção de Belém do Pará. In: BARSTED, Leila; PITANGUY, Jacqueline; MIRANDA, Dayse (orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil, 1992-2002*. Rio de Janeiro: Cepia, 2006.

_____. O avanço legislativo no enfrentamento da violência contra a mulher. In: LIBARDONI, Marlene; LEOCÁDIO, Elcylene (orgs.). *O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência*. Brasília: Agende, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Lisboa: Bertrand Editores/Quetzal Editores, 2009.

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

BRAGA, Maria Elisa dos Santos. Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. In: *CFESS Manifesta*. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA_ATITUDECRITICA\(2008-2011\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA_ATITUDECRITICA(2008-2011).pdf)>. Acesso em 18 de fev. de 2015.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.666/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em nov. 2014.

_____. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em nov. 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores/ Ministério da Justiça/ Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Relatório Nacional Brasileiro – *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher* – Protocolo Facultativo, Brasília, 2002.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em:

<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf>. Acesso em 24 de jan. 2014.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/01/SPM2011_DiretrizesAbrigamentoMulheresSituacaoRiscoeViolencia.pdf>. Acesso em 4 de fev. de 2015.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres – *Mulheres em Pauta*. 2008. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em 24 de jan. 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres – *Balanço do Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher*, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em 24 de jan. 2014.

_____. Senado Federal. Secretaria de Transparência. DataSenado. *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em 24 de jan. de 2015.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

CAMPOS, Carmen Hein. Os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) e a conciliação da violência conjugal. In: ALMEIDA, Suely de Souza; SOARES, Bárbara; GASPARY, Marisa (orgs.). *Violência doméstica: bases para a formulação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

_____. Violência doméstica contra mulheres: interconexões com a Lei Maria da Penha. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc, 2013.

CARNEIRO, Suely. Mulheres negras, violência e pobreza. In: *SPM – Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero*. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ – *Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; LUCIANO, Maria Cristiana Félix; DIAS, Karla Cristina Oliveira. *A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: centro de referência da mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência*. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/14199>> Acesso em 5 de jan. de 2015.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. *Violência doméstica contra mulheres: Centro de Referência da mulher – Araraquara*. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106298/cortes_gr_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 4 de fev. de 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FUNDAÇÃO SEADE. A Presença Feminina no Mercado de Trabalho em 2013 na Região Metropolitana de São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher-e-trabalho/?bole=17&tip=03>>. Acesso em 4 de fev. de 2015.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XXIII, v.70, jul. , 2012.

GARCÍA, Morelba Jiménez et al. *Ruta Crítica de las mujeres afectadas por violencia de pareja em Venezuela*. Venezuela, 2013. Disponível em:

<<http://venezuela.unfpa.org/documentos/RutaCriticaMujeres2013.pdf>>. Acesso em: 18 jan 2015.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONÇALVES, R. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, São Paulo, v.27, p. 119-131, 2º sem. 2011.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HERMANN, Jacqueline. A violência contra a mulher em números: dificuldades e desafios. in: LIBARDONI, Marlene; LEOCÁDIO, Elcylene (orgs.). *O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência*. Brasília: Agende, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica*. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística do registro civil 2004. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia/noticia_visualiza.php?id_noticia=512&idpagina=1>. Acesso em 24 de jan. 2014.

INSTITUTO SANGARI, Ministério da Justiça. *Mapa da Violência no Brasil 2011*, disponível em: <www.sangari.com/mapadaviolencia>. Acesso em 13 de maio de 2014.

IPEA. Instituto Brasileiro de Pesquisas Aplicadas. Errata da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”. SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 13 de abr. de 2014.

LE MOS, Marilda de Oliveira. *Alívio e tensão: um estudo sobre a interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha nas Delegacias de Defesa da Mulher Distritos Policiais da Seccional de Polícia de Santo André – São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

MARTINELLI, Maria Lucia (org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. 2ª edição. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____. *Serviço Social: identidade e alienação*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Nogueira. 11ª edição. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARX, Karl. *O Capital*: edição condensada. (Condensador: Gabriel Deville, tradução: Murilo Coelho). São Paulo, Publifolha, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. (Coleção Temas em Saúde).

_____. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PAVEZ, Graziela Acquaviva; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de M. C. Vidas nuas, mortes banais: nova pauta de trabalho para os assistentes sociais. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XXIII, v.70, jul. 2002. 2ª reimpressão. 2012.

PINTO, Alice Regina et al. *Manual de normalização de trabalhos acadêmicos*. Viçosa, MG, 2011. 70 p. Disponível em: <<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em: 21 de fev. de 2015.

PRATES, Paula Licursi. *Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas*. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2007.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy e direitos humanos. In: BARSTED, Leila; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia. Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf> >. Acesso em 18 de fev. de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Coordenadoria da Mulher. *Guia de Procedimentos para o atendimento à mulheres em situação de violência nos Centros de Referência de atendimento à Mulher e nos Centros de Cidadania da Mulher*. São Paulo, 2012.

Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. Dicionário de termos técnicos da Assistência Social. ASCOM, 2007. Disponível em: <http://www.cedecacasarenascer.org/uploads_arquivos/livros/1705175954000000-dicionario_de_termos_tecnicos_da_assistencia_social_2007.pdf>. Acesso em 04 de jan. de 2015.

QUINO. *Toda Mafalda*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROCHA, Maria de Lourdes L. Nunes. *Casas-abrigo no enfrentamento da violência de gênero*. São Paulo: Veras Editora, 2007. (Série Temas 06.)

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero: poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Rev. Lutas Sociais*, São Paulo, v.2, p. 59-79, 1997.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, v.13, n. 4, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em 4 de fev. de 2015.

SANTOS, Cecília; IZUMINO, Wânia. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em 4 de fev. de 2015.

SCHILLING, Flávia. Um olhar sobre a violência da perspectiva dos direitos humanos: a questão da vítima. *Revista IMESC*, n. 2, p. 59-65, 2000.. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/pdf/art4rev2.pdf>>. Acesso em 24 de jan. 2014.

SILVA, Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro. *Rota Crítica: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-22062009.../RotaCritica.pdf>. Acesso em 4 de fev de 2015.

SILVEIRA, Lenira. *Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/lenirapdf.pdf>>. Acesso em 24 de jan. 2014.

TAVARES, Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: BARSTED, Leila; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia, 2011.

TELES, Maria A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOLEDO, Laisa Campos. Violência doméstica e familiar: uma demanda a ser enfrentada. *Revista PUC Viva*. São Paulo, APROPUC, n. 30, p. 54-62, abr./jun. 2007.

_____. A família contemporânea e a interface com as políticas públicas. *Ser Social*. Brasília, UnB, n. 21, p. 13-44, jul.-dez, 2008.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Maria Cristina. *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994, 285 p. (Fundação Carlos Chagas).

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc, 2013.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: Atualização Homicídio de Mulheres no Brasil*. São Paulo: Flacso. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXO 1 - SÍNTESES DOS DADOS QUALITATIVOS DOS PRONTUÁRIOS

A seguir apresentamos as sínteses dos dados qualitativos extraídos dos prontuários (relatórios sociais, relatórios de desabrigamento, relatórios psicológicos e boletins de ocorrência) de 10 (dez) das mulheres que passaram por abrigo e que foram selecionadas para esta pesquisa.

Histórico das mulheres encaminhadas para abrigo em 2012 das quais foram localizados os relatórios de desabrigamento.

RAQUEL - 2012

Raquel, 22 anos, solteira, branca, natural de Santos - SP, ensino médio completo, operadora, desempregada, sem renda, evangélica, um filho, em situação de violência há quinze anos. Ficou abrigada por 8 dias. No período de 20/09/2012 a 28/07/2012. Viveu em união estável por quinze anos com o autor da agressão: Pedro, 32 anos, solteiro, natural de São Paulo/SP, negro, ensino fundamental incompleto, músico, autônomo sem INSS, com renda de até salário mínimo, espírita.

Conforme informações do relatório social, Raquel deixou o domicílio por medo e foi hospedar-se na casa de uma amiga junto com os filhos.

Ela relatou sofrer violência por parte do ex-marido há 15 anos, que em uma das agressões chegou a fraturar o braço e necessitou ser atendida no PS da vila Maria. Sempre que era agredida não procurava ajuda, já chegou a registrar ocorrência, mas não deu continuidade ao processo. Após a última agressão decidiu-se por sair de casa, com medo das ameaças. Desde então está hospedada com os filhos menores de 12, e 03 anos na casa de uma amiga. Segundo ela, agora está decidida a se divorciar e dar andamento no processo contra o marido. Foi orientada que poderíamos abrigá-la ou comprar as passagens para que volte para a casa do pai no Paraná.

Pelos documentos constantes no prontuário, é possível observar que Raquel foi encaminhada para uma casa de passagem e de lá foi desligada devido ao descumprimento das regras, assim, foi encaminhada de volta à Casa Brasilândia, onde deixou escrita uma carta de próprio punho, na qual dizia não se ver na casa de passagem, por querer trabalhar, estudar, seguir a vida e cuidar do filho sem estar “presa”. Pela carta de Raquel, acreditamos que para ela a casa-abrigo significou uma prisão:

Eu, Raquel, nesse momento não me vejo na casa de passagem, pelo fato de querer trabalhar, estudar para entrar em uma faculdade, retornar ao CAPS, ir para a casa do meu namorado. E assim seguir a minha vida junto com meu filho de uma outra forma, sem ser estar “presa”, pois me vejo como um

pássaro; que precisa voar rumo ao horizonte. Pois percebi que somente eu posso me ajudar, mesmo acreditando muito em Deus.

De acordo com a advertência por escrito que foi aplicada à Raquel durante a permanência na casa-abrigo, ela foi desligada por descumprir as seguintes regras:

- 3 *O cuidado integral com as crianças, como alimentação e banho são de responsabilidade exclusiva das usuárias e será supervisionada pelos profissionais da casa;*
- 4 *Durante o período em que permanecer na Casa de Passagem Helene Londhal, a usuária apoiará na organização e higienização dos espaços coletivos conforme escala preestabelecida;*
- 5 *A fim de manter a ordem e tranquilidade do local as informações fornecidas pela equipe de profissionais da Casa de Passagem Helene Londahl deverão ser cumpridas.*

LÚCIA - 2012

Lúcia, 33 anos, casada, branca, natural de Garanhuns/PE, ensino fundamental incompleto, doméstica, desempregada, sem renda, sem religião, três filhos, em situação de violência há quatro anos. Ficou abrigada por 88 dias. No período de 14/12/2012 a 11/03/2013. Separada do autor da agressão: Marcos, 40 anos, casado, Recife/PE, branco, ensino médio incompleto, motorista, desempregado, sem renda, sem religião.

Conforme o relatório da busca pelo segundo atendimento:

A usuária retornou à Casa Brasilândia relatando que em 12/09/12 ocorreu o divórcio na justiça. Todavia, seu ex-marido não cumpriu com o combinado na audiência e não está morando na parte superior da casa. Ele não deixa a casa da usuária e a violenta sexualmente. Quanto à filha do casal de 11 anos de idade, ele até quebrou o braço da menina a torturando para saber se a filha está namorando. A usuária disse ainda que o agressor a agrediu fisicamente na data de ontem, quando ela foi ligar para a polícia, o seu ex-marido cortou todos os fios do telefone e os vizinhos brigaram com ele. O agressor foi preso em flagrante e ameaçou a usuária de morte quando foi algemado. Ela está apavorada e deseja ser abrigada.

Conforme o relatório de desabrigamento elaborado pela coordenadora da Casa Abrigo Helenira, Lúcia e suas filhas menores permaneceram abrigadas por 88 dias, no período de 14/12/2012 a 11/03/2013 e deixou a Casa-abrigo para retornar ao mesmo domicílio que residia antes do abrigamento, porém, entrou em acordo com o agressor que residiriam em casas separadas.

[...] Logo que foi abrigada Lúcia começou a trabalhar e foi orientada a poupar todo o dinheiro que recebesse para reestruturar sua vida em segurança em uma nova casa. Durante o período de abrigamento Lúcia foi até sua casa e escola próxima por 3 vezes, mesmo depois de orientada sobre os riscos e proibição dessa prática. Por esse motivo precisou deixar a Casa Abrigo. Lúcia alegou todas as vezes que foi advertida sobre o contato como agressor que o patrão foi acompanhá-la armado e por isso não correu risco. Alegou também que o agressor não iria segui-la. Que havia acertado isso com ele. [...] Lúcia deixou a Casa Abrigo e voltou à sua casa. Afirmou que havia combinado com o agressor que ficariam em casas separadas.

ISABEL - 2012

Isabel, 34 anos, união estável, branca, Contagem – MG, ensino fundamental completo, doméstica, desempregada, sem renda, espírita, um filho, em situação de violência há um ano. Ficou abrigada por 2 dias, no período de 12/12/2012 a 14/12/2012. Vive em união estável há dois anos com o autor da agressão: Lucas, 33 anos, união estável, Cascavel/PR, negro, ensino fundamental completo, porteiro, assalariado com carteira assinada, com renda de 2 a 3 salários mínimos, sem religião.

Isabel e seu filho permaneceram abrigados na Casa Abrigo Helenira Rezende.

Segundo informações constantes no relatório de desabrigamento:

Isabel ficou muito desapontada quando informada sobre a proibição de visita e contato com o agressor na Casa Abrigo. Isabel solicitou transferência para o abrigo Maria Maria onde conhecia o coordenador e sabia que poderia sair quando quisesse e manter contato com o agressor. Afirmou que só quis assustá-lo, deixa-lo um pouco sozinho para sentir falta dela, que ele é bom pai e marido quando não bebe nem se droga e que não quer prejudicá-lo de forma alguma. Foi realizado contato com o abrigo Maria Maria, mas não havia vaga disponível. Isabel disse que já conheceu albergues e que não iria para nenhum. Decidiu então, voltar para a casa da comadre e foi levada até a estação Perus onde a comadre estaria esperando. Isabel foi orientada a continuar atendimento na Casa Brasilândia mesmo que voltasse a residir com o agressor.

Conforme informações constantes no relatório psicológico, elaborado no primeiro atendimento, Isabel chegou ao CRM relatando viver em união estável com o autor da agressão há um ano e ter deste relacionamento um filho de cinco meses, bem como estar em risco de morte e histórico de tentativa de esfaqueamento e abrigamento prévio.

Isabel veio encaminhada do CCM Perus. Ela relatou que está em risco de morte. Vive em união estável há um ano e tem um filho de cinco meses. O agressor é usuário de drogas e tem antecedentes criminais (tentativa de homicídio e roubo). Ele já tentou esfaqueá-la. A usuária já esteve abrigada há

dois anos no Maria Maria. Ela foi encaminhada para o abrigo Helenira Rezende na mesma data (12/12/12).

Conforme informações constantes no relatório de prosseguimento, elaborado pela psicóloga.

O abrigo Helenira Rezende nos informa que Isabel não quer ficar num abrigo sigiloso, prefere um abrigo aberto (Maria Maria), pois quer receber visitas; e também a usuária não quer fazer a representação do BO para não prejudicá-lo e uma das condições para que ela continue no abrigo é a representação.

Conforme as informações constantes no Boletim de Ocorrência:

Comparece, somente nesta data, a vítima informando que tem um relacionamento com o autor de aproximadamente dois anos, e possuem um filho de cinco meses de idade fruto da relação. E na data e hora do fato tiveram um desentendimento, circunstância em que empunhando uma faca, ele lhe ameaçou com os seguintes dizeres: “Vou te matar”, em seguida foi em direção da vítima, a qual fugiu para a residência de uma comadre. Relata ainda que o autor não possui comportamento agressivo, mas quando ingere bebidas alcoólicas ou usa substâncias entorpecentes se torna muito agressivo.

ANA - 2012

Ana, 30 anos, união estável, natural de São Paulo/SP, branca, ensino fundamental incompleto, operadora de caixa, assalariada com carteira assinada, com renda de 1 a 2 salários mínimos, evangélica, três filhos, em situação de violência há três anos. Ficou abrigada por 15 dias, no período de 19/12/2012 a 02/01/2013. Vive em união estável há três anos com o autor da agressão: Israel, 39 anos, união estável, natural de São Paulo/SP, branco, ensino médio completo, sem profissão, desempregado, sem renda, evangélico.

De acordo com o histórico constante dos cinco boletins de ocorrência, Ana está no ciclo da violência desde o início do relacionamento, pois convive com o autor da agressão há três anos e tem boletins de ocorrência desde os primeiros quinze dias de convívio com o mesmo. Ficou gestante seis meses após começar a conviver com o autor da agressão e teve deste relacionamento uma filha. Já possuía dois filhos do primeiro relacionamento. Segundo as informações constantes no BO o autor da agressão tem comportamento agressivo e os conflitos entre o casal são frequentes. Em fevereiro de 2014 o autor da agressão ficou seis dias detido, devido a flagrante delito pela prática de ameaças. Após a liberação voltou a conviver com Ana e desde então a convivência tornou-se insuportável.

Conforme o relatório de desabrigamento, Ana ficou abrigada juntamente com os filhos por 15 dias, no período de 19/12/2012 a 02/01/2013 e deixou o abrigo após ter ficado desapontada pela impossibilidade de manter contato com o autor da agressão.

O relatório de desabrigo e os BOs evidenciam que os filhos de Ana têm sido expostos ao convívio violento, sendo que a filha de doze anos foi arrolada como testemunha por duas vezes. As crianças não desejam conviver com o autor da agressão e gostariam de ir conviver com os avós em outro estado.

Ana ficou muito desapontada quando informada sobre a proibição de visita e contato com o agressor na Casa Abrigo. Nesta data, Ana decidiu deixar a Casa Abrigo para voltar para a casa do agressor. Afirmou que ele não era perigoso e que poderia ficar na casa dele até juntar dinheiro para alugar uma casa para si.

Os dois filhos de Ana disseram preferir ir para o conselho tutelar que voltar para a casa do agressor. As duas crianças querem morar com avós em Tocantins. Não conseguimos dinheiro para comprar as passagens para as crianças.

Conforme informações do BO registrado em 16/04/2012:

Comparece à vítima nesta Especializada informando que namorou com o indiciado durante um mês e está vivendo em união estável há quinze dias. Na data de hoje, o indiciado começou a discutir com a vítima, por motivos de somenos, alterado investiu contra ela, apertando-lhe o pescoço, tendo ela desmaiado, lesionando-a no pescoço e nas costas. O indiciado parou com as agressões quando viu que a vítima desmaiou. A vítima acordou e o indiciado a mandou embora da casa. A vítima acionou a Polícia Militar, a qual a orientou a deixar o local e a procurar por esta Especializada. Nesta Delegacia, foi encaminhada para exame de corpo de delito.

Conforme informações do BO registrado em 30/11/2012:

Comparece a vítima nesta Delegacia de Polícia informando a esta Autoridade Policial que vive em união estável com o indiciado há dez meses, possuindo dois filhos de outro relacionamento, esclarece a vítima que está gestante de dois meses, cujo pai é o indiciado. Narra a vítima que na data dos fatos, houve uma discussão por motivos fúteis, o indiciado queria cortar o fio da televisão, como a vítima impediu, o indiciado segurou em seus braços empurrando-a, não ocasionando nenhuma lesão. A vítima informa que o indiciado costuma desligar a luz e a água. A vítima informa que o indiciado passou a ofendê-la xingando-a de “vagabunda, vaca, puta, lixo” sic. A vítima informa que o indiciado não compra alimentos para a casa e ainda joga a mistura para o cachorro [...].

Conforme informações do BO registrado em 04/03/2013:

Comparece a vítima a esta delegacia de polícia noticiando que convive com o autor há um ano e que está no quarto mês de gestação da qual ele é o pai. Narrou que o autor é usuário de drogas; que já esteve preso por porte ilegal de armas; que na data dos fatos ele chegou em casa de madrugada, drogado e bêbado; que passou a discutir e ofendê-la com palavras de baixo calão; que investiu contra ela e desferindo-lhe socos, chutes e pauladas, causando-lhe várias lesões [...]

Conforme informações do BO registrado em 23/12/2013:

Em BO extremamente extenso, com duas páginas, são narrados os acontecimentos da violência perpetrada contra a Ana, contando três versões: do autor da agressão, de Ana e da sua filha de doze anos que foi arrolada como testemunha.

Conforme a versão da vítima e da sua filha de doze anos que foi arrolada como testemunha:

[...] informa que na noite de ontem sua genitora saiu de casa e pediu que a declarante tomasse conta de sua irmã menor (cinco meses), pois ela iria até uma festa de um amigo secreto do trabalho dela. Por volta das 22h15min o autor chegou em casa e tomou conhecimento que a genitora da declarante ali não se encontrava e, após saber que ela tinha ido a uma festa ele passou a arrumar os objetos dela, pois ele disse que não queria mais que Ana ali residisse. A declarante em seguida saiu de casa, indo para a casa de uma amiga de sua mãe [...]. No dia de hoje compareceu com sua genitora na casa do autor, a fim de retirar objetos dela da casa e os dois passaram a discutir, pois Ana queria levar a criança e ele não queria que Ana pegasse a criança. No auge da discussão o autor empurrou sua mãe que desequilibrou e bateu o braço direito contra a parede vindo a lesionar. Em seguida Ana pediu para ver a criança e o autor não quis deixar e ato continuo desferiu um soco que atingiu Ana próximo do olho esquerdo [...].

Conforme informações do Boletim de Ocorrência de 11/04/2014

Presente a vítima informando que convive em união estável com o autor por três anos e do relacionamento tiveram um filho. Consta que o autor tem temperamento agressivo, e são continuas as desavenças. Em fevereiro do

corrente, o autor chegou a ser preso em flagrante delito pela prática de ameaças, sendo, segundo a vítima, liberado após seis dias, ocasião em que retornou para o convívio, visto que a medida protetiva concedida em favor da vítima havia sido revogada. Desde então a situação tornou-se insuportável. O autor além de proferir as frequentes ameaças de morte, passou a impedir a vítima e seus filhos de fazerem uso de água e luz, interrompendo o fornecimento, além de produzir danos em aparelhos domésticos. A vítima alega que o autor é portador de doença psiquiátrica, já havendo tentado contra sua própria vida em algumas ocasiões. A vítima nesta oportunidade requer sejam analisadas as medidas protetivas em seu favor, temendo por sua vida ainda requer seja acolhia [...].

Histórico das mulheres encaminhadas para abrigo em 2013 das quais foram localizados os relatórios de desabrigo.

CATARINA - 2013

Catarina, 20 anos, natural de São Paulo, cor parda, pensionista, primeiro grau incompleto, união estável. Relatou que sofre violência doméstica há quatro anos, vive há dez anos com o autor da agressão com o qual tem 02 filhos (06 e 02 anos). Tem também outro filho (04 anos) de outro relacionamento. Foi atendida no pronto socorro do hospital Cachoeirinha após tentativa de suicídio, via intoxicação exógena, motivada pela agressão do companheiro. Compareceu ao CRM Casa Brasilândia encaminhada pela 45ª DP.

Conforme registro do relatório de atendimento inicial na Casa Brasilândia, Catarina foi uma das mulheres encaminhadas para abrigo no auge da violência sofrida, após tentativa de suicídio por não suportar mais as ameaças e agressões perpetradas pelo companheiro.

Neste final de semana após ser ameaçada com uma faca, decidiu suicidar-se por não suportar mais a situação em que vivia. Foi acolhida, juntamente com os filhos e encaminhada para o abrigo sigiloso. Será encaminhada posteriormente para o aluguel social.

Segundo o histórico registrado no Boletim de Ocorrência lavrado na 45ª DP, referentes à situação de violência de Catarina, ela sofreu um corte no dedo durante conflito com o companheiro, onde ele a ameaçava com uma faca.

Esclareceu que tentou se suicidar nesta data porque não suporta mais conviver com o autor que, segundo ela, a agride e ameaça de morte constantemente. Na última sexta-feira ele a ameaçou com uma faca e para se defender, retirou a faca de lado, a qual acabou cortando o seu dedo indicador. Informa que não deseja retornar para casa e se voltar irá tentar se suicidar novamente.

Conforme o relatório de desabrigamento elaborado pela coordenadora da Casa Abrigo Helenira Rezende, Catarina e seus três filhos permaneceram abrigados por 43 dias, no período de 22/07/2013 a 02/09/2013 e deixou a Casa-abrigo para morar com um novo companheiro.

Durante o período de abrigamento, Catarina, começou a trabalhar com carteira assinada, matriculou os filhos na escola e creche, foi beneficiada com o programa de aluguel social e foi orientada a poupar todo o dinheiro que recebesse para reestruturar sua vida em segurança em nova casa. Também iniciou atendimento jurídico na Casa Brasilândia.

APARECIDA - 2013

Aparecida, 34 anos, divorciada, parda, natural de São Paulo/SP, ensino fundamental completo, costureira, não trabalha, sem renda, evangélica, três filhos, em situação de violência há 17 anos. Ficou abrigada 6 dias, no período de 20/03/2013 a 26/03/2013. Vive separando e voltando com o autor da agressão: Enoque, 34 anos, divorciado, natural de São Paulo/SP, branco, ensino médio incompleto, motoboy, autônomo sem INSS, não sabe informar a renda, sem religião. Possui histórico de dependência química, não possui antecedentes criminais.

Clara, 03 anos, natural de São Paulo, solteira, não alfabetizada, filha do autor da agressão.

A situação de Aparecida revelou-se a mais complexa de todas as mulheres que foram encaminhadas para abrigamento, pois a violência foi perpetrada contra ela, contra a sua filha de três anos e, além disso, Aparecida apresenta problemas de saúde, tais como: dependência química e transtorno bipolar, que a deixam ainda mais vulnerável diante das violências sofridas.

O histórico de violência de Aparecida revela que ela encontra-se nesta situação há muitos anos. Os atendimentos no CRM Casa Brasilândia tiveram início em 05 de setembro de 2006, ou seja, há oito anos. A partir da evolução apresentada nos relatórios é possível concluir que Aparecida rompeu o relacionamento com o autor da agressão, deixando-o de ser seu marido e passando a ser seu ex-marido, mas devido à falta de moradia própria, permaneceu morando numa casa cedida pela ex-sogra e as violências não cessaram.

Conforme dados registrados no Boletim de Ocorrência, lavrado na 4ª DDM em 02 de setembro de 2006:

Na data dos fatos, houve uma discussão acirrada entre o casal, por motivos familiares, o autor passou a ofendê-la com palavras de baixo calão, xingando-a de “puta, vagabunda, lixo”. O autor passou a proferir ameaças de morte, dizendo: “eu vou te estrangular”. “Eu vou matar Clara, nossa filha, estrangulada”. O autor proferiu ameaça dizendo: “se você registrar ocorrência, eu vou cumprir a promessa”. A vítima saiu de casa, levando as filhas, pois está amedrontada. A vítima não possui testemunhas presenciais do fato [...]

Conforme informações do relatório social elaborado em 05/09/06, Aparecida solicitou abrigo por medo do autor da agressão e foi encaminhada para abrigo sigiloso.

[...] após uma discussão com o seu companheiro, este fez ameaças de morte a ela e à filha do casal. Aparecida, com medo pegou suas filhas e saiu da casa após registrar queixa na 4ª DDM. Não retirou pertences pessoais, nem documentos. Veio nos pedir apoio, pois está com muito receio que seu companheiro cumpra as ameaças. Não tem onde ficar permanentemente. Vivia situação de violência doméstica há três anos [...]

Em 14/08/2007 houve nova busca por atendimento devido ao fato de continuar sofrendo violência perpetrada pelo companheiro. Na ocasião foi atendida por uma estagiária de Serviço Social e conforme o relatório elaborado pela mesma:

[...] Aparecida veio à Casa Brasilândia solicitando abrigo, porque está sofrendo agressão e ameaça de morte por parte do companheiro. Em 06/09/2006 Aparecida foi encaminhada ao abrigo Marta e Maria onde permaneceu apenas um dia e saiu assim que o companheiro ligou no celular da filha. Segundo ela, resolveu voltar para o companheiro, porque saiu de casa para não apanhar dele, mas chegando ao abrigo outra criança bateu na filha dela e ela não achou justo expor a filha a agressões de outras pessoas. Aparecida chegou bastante abalada, chorando e dizendo estar envergonhada por precisar buscar novo atendimento na Casa Brasilândia. [...] Aparecida está muito fragilizada, chora muito e refere ter pensamentos suicidas. Está desempregada e sem documentos, pois o marido queimou. “Passa pela minha cabeça assim: você não tem solução, não sabe o que fazer, não tem saída... se mata”. “A minha saída, eu só vejo a morte”. De acordo com Aparecida, desde que voltou para o marido, após sair do abrigo (de onde ele foi buscá-la) as agressões só têm aumentado. O motivo das brigas atuais é porque ele a traiu e ela também o traiu e contou para ele. “Quando ficou sabendo da traição ele bateu em mim, bateu no “cara” também e ainda pediu R\$100,00 (cem reais) pro “cara” por ter saído com a puta dele”. Após a traição o marido a difamou na rua e as pessoas começaram a chamá-la de vagabunda. Ela por sua vez explica a traição assim: “Fiz mesmo, fiz porque estava bêbada, drogada e com raiva... quando a gente

está com raiva, a gente se joga na lama”. Relata que não tem com quem possa contar aqui em São Paulo. A mãe mora em Pernambuco. Possui uma prima em São Paulo, mas informou que ela não quer ajudá-la, pois ela sempre acaba voltando para o marido. Aparecida diz estar preocupada com as filhas e que por este motivo quer sair de casa sem levá-las consigo. Deseja sair sozinha, arrumar emprego “ajeitar a vida” e depois voltar para pegá-las. Aparecida está muito confusa faz e desfaz planos.

Em nova busca por atendimento em 11/10/07, Aparecida foi atendida pela psicóloga da Casa Brasilândia que entendeu que não era situação de abrigo e buscou realizar atendimento prosseguido, porém, Aparecida não retornou para dar continuidade no atendimento proposto.

Aparecida retornou com pedido para abrigo, no entanto, no decorrer do atendimento percebi que Aparecida não estava certa sobre o que desejava, que preferia encontrar um quarto para alugar e ficar com suas filhas, já que não quer tirá-las do colégio onde estudam. Ela relata que já está separada do companheiro há um mês e está morando numa casa separada, que é da sogra. Houve uma briga com o ex. companheiro que a agrediu. Percebo que ela precisa de tratamento psiquiátrico, pois sofre de transtorno bipolar e precisa ser medicada. Dei algumas alternativas para ela, como procurar passagem para voltar para Pernambuco já que demonstrou interesse. Aparecida ficou de pensar e retornar segunda (15/10/07). Em 15/10/07 não compareceu ao retorno psicológico.

Cinco anos depois, em 17/02/2013, Aparecida registra Boletim de ocorrência na 13ª DP referente a Averiguação de estupro de vulnerável. Informando que suspeita que o ex-marido está abusando sexualmente da filha. Conforme informações registradas no BO:

Comparece a declarante, acompanhada de sua filha (criança) Clara, com três anos e meio, noticiando à autoridade policial que a partir de janeiro último sua filha Clara vem apresentando mudanças em seu comportamento. Que anda muito agitada e fazendo suas necessidades fisiológicas mediante grande pânico. Que na data dos fatos a declarante tomava banho e ouviu um barulho de portas se abrindo. Quando abriu a porta do banheiro percebeu que sua filha Clara estava bastante retraída e que seu bumbum doía quando mexia a ponto de não deixar ninguém lavar, a não ser a própria declarante. Que levou a sua filha para fazer tratamento com uma psicóloga, o qual começaria na terça-feira. Entretanto, suspeitando que sua filha Clara está sendo abusada sexualmente por seu marido, se dirigiu a esta distrital para registro desta ocorrência. Informa ainda a declarante que não pode voltar para casa porque está ameaçada de morte por Antônio, o qual disse “que era para ela ficar quieta e obedecer, se não ela morreria” [...].

Em 20/03/2013 Aparecida procurou outra delegacia, a 4ª DDM, e registrou novo boletim de ocorrência. Agora informando que sofre violência perpetrada pelo companheiro, o que leva a crer que voltou a conviver com o mesmo.

Compareceu a vítima a esta delegacia de policia noticiando que o autor é seu companheiro. Narrou que na data dos fatos foi agredida fisicamente pelo autor, apresentando-se lesionada e sofreu ameaça de onde o autor disse: “se você não sair dessa casa eu vou te matar”. A vítima relatou que em outra ocasião já foi abrigada na casa Sofia, localizada na zona sul.

Em 20/03/2013 foi novamente atendida no CRM Casa Brasilândia e encaminhada para abrigo sigiloso, conforme o relatório de encaminhamento para o abrigo, Aparecida encontra-se sob graves ameaças e em risco iminente de morte.

A usuária veio encaminhada pela 4ª DDM por estar em risco iminente de morte, devido a graves ameaças do ex. marido. Ela já esteve abrigada na Casa Abrigo Maria da Penha em 2011/2012 e segundo ela, pediu para ser desabrigada para cuidar da sogra que estava com câncer. Já está divorciada, mas vivia no mesmo imóvel. Relatou que foi informada pela mãe da situação que a levou ao desabrigamento. Se encontra muito resistente a dar mais informações da situação de violência.

Conforme dados do relatório de desabrigamento, elaborado em 01/04/2013, pela coordenadora da Casa-abrigo, Aparecida e suas três filhas permaneceram abrigadas por seis dias, na Casa Abrigo Helenira Rezende, no período de 20/03/2013 a 26/03/2013.

Logo que chegou à Casa-abrigo, relatou diagnóstico de Transtorno Bipolar, que foi usuária de maconha por muito tempo, a informação de quando havia abandonado a droga mudou a cada conversa, entre cinco anos e uma semana. As vezes falava com Jeová em voz alta no que pareceu uma tentativa de assustar as funcionárias e outras usuárias da casa. Antes de deixar a Casa-abrigo, brigou com funcionárias e usuárias, porque ela e suas filhas só poderiam ter contato com objetos, roupas, pratos, produtos de limpeza verde, branco, cinza e preto. Fez uma grande confusão porque queria jogar fora os extintores de incêndio vermelhos, cor do diabo. Depois que Aparecida deixou a casa, funcionárias encontraram produtos de higiene, roupas de banho, cama e pessoais jogados num canto escondido do quarto. Durante o período de abrigamento Aparecida foi encaminhada para o CAPSAD, Defensoria Pública e

Delegacia para retirar bens pessoais. Nenhum dos agendamentos foi concretizado porque a usuária deixou o abrigo antes. Durante todo o final de semana Aparecida solicitou desabrigamento e voltou atrás muitas vezes. O mesmo comportamento se repetiu na segunda-feira dia 25/03 e ficou acertado que o motorista a levaria para a Casa Brasilândia na terça 26/03 depois das 10h. Nesta data Aparecida não conseguiu esperar e deixou a Casa-abrigo às 7h30min de ônibus com as filhas e disse que voltaria para casa. Acredito que Aparecida se esforçou para permanecer no abrigo, mas não conseguiu ficar sem a droga fornecida pelo agressor. Acredito ainda, que se Aparecida voltar a buscar qualquer serviço de violência a internação para tratamento da drogadição precisa ser considerada e avaliada. A assistente social, A, da Casa Brasilândia foi informada do desabrigamento e se comprometeu a informar o conselho tutelar da região.

MADALENA - 2013

Madalena, 38 anos, solteira, natural de Uruguaçu/BA, parda, ensino fundamental incompleto, sem profissão, desempregada, sem renda, sem religião, três filhos, em situação de violência há quatro meses. Ficou abrigada por 68 dias, no período de 11/03/2013 a 17/05/2013. Vive em união estável há quatro meses com o autor da agressão: Isaac, 45 anos, união estável, natural da Bahia, sem informação sobre cor, escolaridade, profissão, renda e religião. Não possui histórico de dependência química e possui antecedentes criminais.

Conforme dados do relatório elaborado pela psicóloga em 11/09/2013 há poucas informações sobre a situação de violência sofrida por Madalena. Refere que Madalena sofre violência e ameaça de morte por parte do companheiro.

Madalena veio acompanhada da assistente social do CAPS Brasilândia. Ela é usuária de Crack há um mês, vive com um traficante há quatro meses e está sofrendo ameaça de morte por parte do mesmo. Madalena foi encaminhada para o abrigo Helenira Rezende. Os seus filhos já são adultos e moram noutro estado.

Segundo as informações que constam no relatório de desabrigamento elaborado em 17/05/2013, Madalena permaneceu abrigada por 68 dias, no período de 11/03/2013 a 17/05/2013 e que durante o abrigamento sofreu nova violência perpetrada pelo companheiro.

Durante o período de abrigamento, Madalena solicitou segunda via dos documentos pessoais, iniciou tratamento HIV/AIDS e começou a trabalhar. Em 10/05, Madalena saiu para trabalhar e só retornou no dia seguinte a tarde toda machucada e com BO de estupro coletivo. Segundo Madalena, seu agressor a

forçou a entrar no carro quando saiu do trabalho e a levou até a casa dele onde a estuprou junto com mais dois homens. O agressor alegou, na delegacia, que Madalena foi até a sua casa, solicitou droga e mantiveram relação sexual consensual. Madalena fez exame de corpo de delito. Em 17/05/13 Madalena foi escoltada até a estação rodoviária do Tietê onde embarcou para casa de familiares com passagem comprada pela Casa Brasilândia.

BÁRBARA - 2013

Bárbara, 28 anos, casada, natural de Santos/SP, branca, ensino médio completo, atendente, assalariada com carteira assinada, renda de 1 a 2 salários mínimos, evangélica, dois filhos, em situação de violência há quatro anos. Ficou abrigada por 30 dias, no período de 21/01/2013 a 19/02/2013. Sem informação do tempo de convívio com o autor da agressão: Mateus, 26 anos, casado, natural de São Paulo/SP, sem informação sobre a cor, ensino fundamental incompleto, motorista, assalariado com carteira assinada, com renda de 2 a 3 salários mínimos, evangélico. Possui histórico de dependência química e não possui antecedentes criminais.

Conforme declaração elaborada pela coordenadora da Casa-abrigo Helenira Rezende, Bárbara, encontra-se sob ameaça de morte pelo ex-marido. Permaneceu abrigada por 30 dias, no período de 21/01/2013 a 19/02/2013.

Segundo o relatório social:

A usuária Bárbara foi encaminhada para o abrigo Helenira, segundo a coordenadora, o sigilo foi quebrado e o agressor descobriu o local. Foi transferida para abrigo sigiloso em Diadema. A funcionária do abrigo Helenira entrou em contato conosco informando que a usuária pegou emprestado um celular e quebrou o sigilo e também descumpriu outras regras do abrigo e será desabrigada.

Histórico das mulheres encaminhadas para abrigamento em 2014 das quais foram localizados os relatórios de desabrigamento.

TERESA - 2014

Teresa, 29 anos, união estável, natural de São Paulo/SP, parda, ensino médio completo, atendente de telemarketing, desempregada, sem renda, sem religião, quatro filhos, em situação de violência há cinco meses. Ficou abrigada por 91 dias, no período de 16/09/2014 a 15/12/2014. Vive em união estável há um ano com o autor da agressão: Miguel, sem informação sobre a idade e escolaridade, união estável, natural de São Paulo/SP, branco, ajudante de eletricista, desempregado, com renda de até 1 salário mínimo, sem religião. Com histórico de dependência química e antecedentes criminais.

Conforme relatório social referente ao primeiro atendimento:

No dia 12 de setembro recebemos contato do CCM Perus, sobre o acolhimento que estavam realizando, Teresa, 29 anos, que se configurava numa “situação de abrigo” para ela (grávida 7 meses) e seus três filhos. Diante da solicitação (final da tarde), comunicamos sobre a falta de vaga em abrigo naquela ocasião, ressaltando se haveria a possibilidade da família ser acolhida por algum parente, amiga ou vizinha neste momento. No dia 15 de setembro, Teresa compareceu ao CRM acompanhada de duas filhas, a outra ficou na escola, e sem seus pertences, segundo ela, passou o final de semana na sua casa por não ter aonde ir, considerando que ele estava detido na 91ª DP, mas hoje seria solto. Solicitamos ao CREAS Perus, a disponibilização de vaga em abrigo para a família, e a vaga foi cedida através do CREAS Aricanduva no Espaço Comunidade na Vila Formosa. Considerando que ela estava sem seus pertences, nem documentos das filhas, por decisão dela, preferiu retornar no dia 16/09/2014 pela manhã para a efetivação do abrigo.

Conforme o relatório de desabrigamento:

[...] Neste período de permanência nesta instituição, ela nos confirma, durante o atendimento social individual, ter sofrido agressões físicas e psicológicas pelo seu ex-companheiro e traz também muita angústia por sentir-se desamparada por seus familiares, recusando-se inclusive a contatá-los, acreditando que deveria ser interesse dos familiares procurá-la, trabalhamos com a convivente que as condições de acolhimento sigiloso são diferenciadas no sentido de que é impossível os familiares encontrá-la, após esforços empregados neste sentido, a Sra. Teresa iniciou contato com sua irmã. Também no atendimento individual a convivente manifesta o desejo de entregar para adoção o bebê que estava por vir e nos pergunta qual o processo para entrega. Conversamos com hospitais e operadores do direito com o objetivo de dar respostas às dúvidas da convivente e agendamos atendimento jurídico no CDCM Casa Zizi. A Sra. Teresa mostrou-se em todo o momento muito indecisa e angustiada com a tomada desta decisão, diante disto buscamos algum serviço especializado no atendimento psicológico para estes casos e encontramos o CERVI – Centro de Reestruturação para a Vida – que segundo a convivente ajudou a organizar as ideias e decidiu por fim não entregar a criança para adoção.

Encaminhamos também a usuária e suas filhas para os seguintes serviços: atendimento psicológico e orientação jurídica no CDCM Casa Zizi, atendimento pediátrico na policlínica Cáritas – Fundação Comunidade da Graça, acompanhamento pré-natal na UBS, encaminhamento para a Diretoria Regional de Ensino Itaquera para inclusão na rede de ensino e encaminhamento para escolas da região, acompanhamento para a retirada de documentos (certidão de nascimento da criança recém-nascida), acompanhamento em audiência no Fórum, conforme seu Plano Individual de Atendimento – PIA.

No dia 13/12, a convivente procura a gerência e manifesta seu desejo de desligar-se do Centro de Acolhida e que vai buscar acolhida com a irmã, realizamos contato no dia 15/12 com a irmã, que confirma a possibilidade de acolhê-la, diante disto passamos a preparar os trâmites de transporte junto ao CREAS e comunicar os serviços envolvidos da decisão da usuária.

No dia 15/12, acompanhamos a convivente ao Fórum para audiência referente ao processo de lesão corporal, no decorrer da audiência fomos chamados a sala da Excelentíssima Senhora Juíza de Direito e fomos perguntados do “porque a Sra. Teresa estar acolhida, já que o agressor estava preso” (sic). Explicamos sobre o fluxo de acolhimento e que esta é uma opção da acolhida. A Sra. Juíza repete que não vê problema no desligamento da convivente uma vez que o acusado está preso. Comunicamos também que a Sra. Teresa manifestou o desejo de desligar-se do abrigo no dia 13/12 e que sua solicitação foi acolhida e as ações estavam sendo tomadas neste e fomos dispensados da audiência.

O desligamento da usuária assim como seu acolhimento trata-se de um processo, no caso da Sra. Teresa, nesta última semana no Centro de Acolhida, pudemos observar, que ela vem apresentando atitudes de rejeição com relação aos filhos, tendo inclusive falas de entregar as crianças para adoção, “não gosto de vocês, vou deixar vocês no orfanato”, “não suporto ouvir o choro deste menino” (sic). Acreditamos que faz-se necessário acompanhamento do CREAS/CRAS e Conselho Tutelar de referência da usuária para os encaminhamentos que se fizerem necessários, principalmente no que diz respeito às crianças.

BENEDITA - 2014

Benedita, 28 anos, união estável, natural de Belém/PA, parda, ensino fundamental incompleto, do lar, sem renda, católica, cinco filhos, em situação de violência há quatorze anos. Ficou abrigada por 12 dias. No período de 12/11/2014 até 24/11/2014. Vive em união estável há quatorze anos com o autor da agressão: João, 30 anos, união estável, natural de Ourem/PA, pardo, ensino fundamental incompleto, cobrador de ônibus, assalariado com carteira assinada, com renda de 1 a 2 salários mínimos, católico. Não possui histórico de dependência química, nem antecedentes criminais.

Conforme relatório da psicóloga elaborado no primeiro atendimento de Benedita

Benedita, de 28 anos, mãe de 5 filhos, chegou até o Equipamento para falar sobre a agressão sofrida no último final de semana, na qual o seu marido, com quem é casada há 14 anos, jogou ela para fora da cama e apertou seu pescoço com uma toalha de banho, dizendo que iria matá-la. Ela relatou que desde os tempos de namoro, todas as vezes que ela tentou terminar o namoro, ele a agredia e a ameaçava, de modo que “eu acho que acabei ficando com ele por medo” (sic).

Neste encontro, Benedita trouxe marcas no pescoço, além de uma marca roxa em seu braço direito.

Após ser indagada sobre os motivos que a levavam a permanecer em tal relação, ela respondeu, quase que como de uma forma automatizada, que “eu quero manter a união da família” (sic). Eu lhe perguntei sobre de qual família

ela estava falando e, por um momento, ela parou para pensar, respirou...seus olhos marejaram e ela não soube responder; conseguindo apenas movimentar a cabeça, negativamente. Em seguida, ela revelou que vem tentando ao longo desses quatorze anos ficar bem com o companheiro, “mas não tem jeito não: toda vez que eu vou tentando gostar dele, ele faz isso” (sic). Eu lhe perguntei “Isso o quê?” no que ela respondeu: “isso de me machucar, me deixar toda roxa” (sic). Também lhe perguntei para ela como era que ela estava se sentindo. E ela não soube responder ficando, novamente, com os olhos cheios d’água e mantendo seu olhar baixo. Eu lhe perguntei se ela sabia que aqui, na Casa Brasilândia, nós cuidávamos de “Mulheres Vítimas de Violência Doméstica” e ela anuiu com a cabeça. Em seguida, perguntei-lhe se ela sabia do que se tratava a questão da Violência Doméstica. Ela disse que sabia e que Violência era “um monte de coisa” (sic). Eu a olhei curiosamente a fim de permitir-lhe continuar, mas ela não continuou. Então, continuei...um monte de coisa do tipo ameaças, difamação, humilhação, agressão física ou verbal, pressão psicológica. E lhe perguntei como era para ela ouvir o que eu estava dizendo. Ela revelou que ele era assim, “desse jeito: comigo ele é o valentão. Mas se chegar um homem no pedaço, ele vira uma galinha, até afina a voz!” (sic). Pausa. Em seguida eu lhe perguntei como que era para ela viver assim mesmo sabendo que nós poderíamos tirar ela desta situação, desta relação, caso um dia ela realmente quisesse isto. Ela me olhou espantada e então eu lhe falei um pouco sobre a equipe de profissionais que trabalha aqui com o objetivo de tirar a mulher da situação de violência de forma a lhe garantir seus direitos de mulher e de mãe, além de buscar contribuir para o seu fortalecimento interior para que desenvolvesse condições de identificar a violência e poder fazer escolhas de um modo mais esclarecido. Ela, que estava sentada encolhida em um canto do sofá, relaxou o seu corpo e conseguiu levantar um pouco mais o olhar. Eu a olhei como quem quer saber o que está se passando em sua mente naquele momento. E ela disse que “se fosse pra sair, eu não queria ficar lá...porque na rua que nós mora é tudo junto: eu to do lado da casa da mãe dele, dos irmão dele, tudo. Porque eu sei que se eu saí, ele me mata. Mata eu e mais os menino tudo” (sic). Eu, então lhe contei que o nosso trabalho disponibilizaria, caso ela desejasse, um abrigo para onde ela pudesse ficar por algum tempo – até ela se ajeitar – junto com as crianças. E mencionei o fato de as crianças estarem se desenvolvendo em um ambiente violento. Ela pensou e eu disponibilizei os atendimentos para ela, caso ela tivesse interesse. Ela, em seguida, disse: “Eu quero sair, não quero ficar mais lá!”. E então ela foi encaminhada para o atendimento com as assistentes sociais, para que os trâmites burocráticos de encaminhamento a um abrigo fossem iniciados.

Conforme o relatório de desabrigamento:

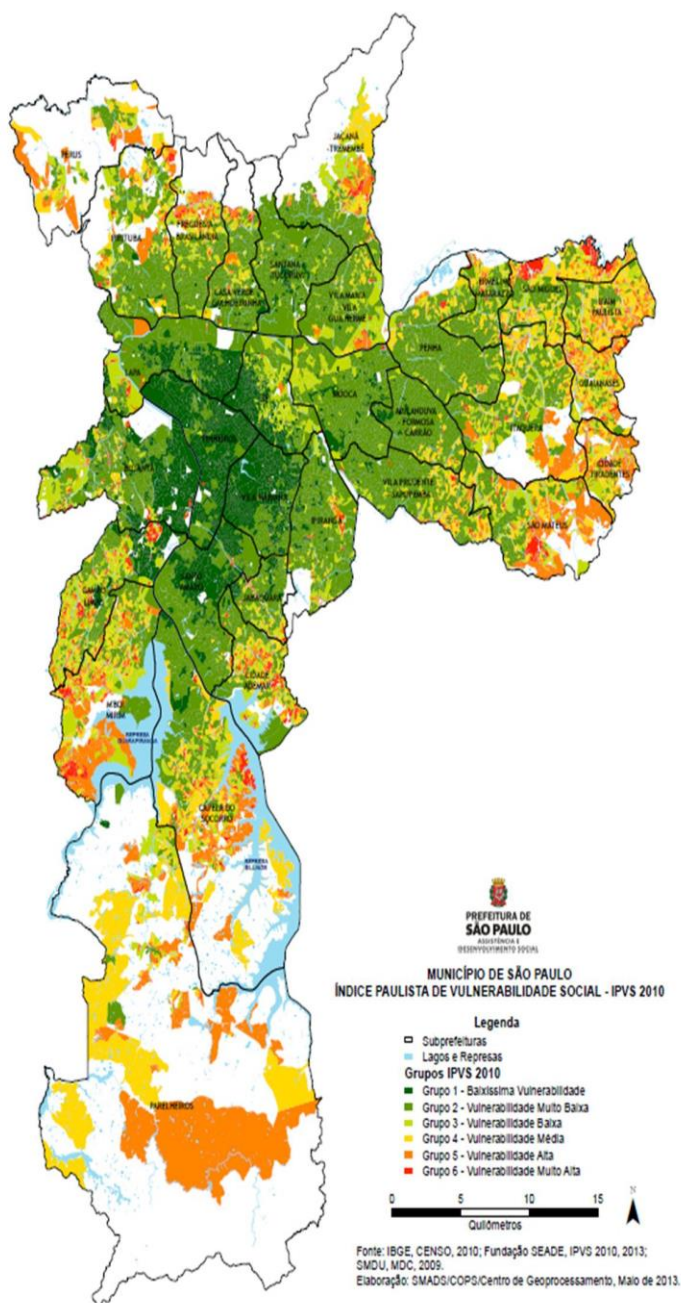
Benedita permaneceu abrigada pelo poder público na Casa Abrigo Helenira Rezende, de endereço sigiloso, de 12/11/2014 até 24/11/2014, por estar ameaçada de morte pelo ex-companheiro. Referida casa é vinculada à Secretaria de Políticas para Mulheres da PMSP. Com Benedita estiveram abrigados e seus 05 filhos de 11, 9, 6, 3 anos e um bebê 8 de meses. Durante o período de abrigamento Benedita: retirou 2^a via RG; regularizou cadastro bolsa família; participou ativa e alegremente das tarefas e atividades da Casa; cuidou muito bem dos filhos.

Ocorre que nesta data, Benedita desistiu de ir morar com sua família em outro estado e decidiu voltar para sua casa e fazer nova tentativa de conviver com seu agressor.

ANEXO 2 - MAPA DO LOCAL DE MORADIA DAS MULHERES ABRIGADAS

Bairros em que residem as mulheres que passaram pelo CRM Casa Brasilândia e que foram encaminhadas para abrigo em relação ao mapa do índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

BAIRRO	N
Brasilândia	2
Casa verde	3
Damasceno	5
Freguesia do ó	1
Jacanã	1
Jaraguá	5
Jd amália	1
Jd carumbé	1
Jd celeste	1
Jd. Brasil	1
Jd. Cidade pirituba	1
Jd. Dos francos	1
Jd. Elisa maria	3
Jd. Panamericano	1
Jd. Paquetá	1
Jd. Paraná	2
Jd. Paulistano	4
Jd. Princesa	1
Jd santa cruz	1
Jd. São paulo	1
Jd sidney	1
Jd vista alegre	4
Lauzane paulista	1
Morro grande	2
Parque são luis	1
Parque taipas	1
Perus	2
Pirituba	3
São domingos	1
Situação de rua	1
Taipas	1
Tucuruvi	2
Vila brasilandia	1
Vila maria	1
Vila mazzei	1
Vila palmira	1
Vila penteado	5
Vila regina	1
Vista alegre	2
Vila nova cachoeirinha	1
SI	2
TOTAL	72



ANEXO 3 - ROTEIROS DE ENTREVISTA

Com as mulheres que passaram por abrigo

- Como foi o seu encaminhamento para o abrigo?
- Como foi a sua chegada ao abrigo?
- Como foi a sua vivência no abrigo?
- Como foi a sua saída do abrigo?
- Para onde você foi após deixar o abrigo?
- O que mudou na sua vida após o abrigo?

Com os profissionais do CRM Casa Brasilândia

- O que você pensa do abrigo enquanto resposta da política pública para situações de violência contra a mulher?
- Você acredita que o tempo de permanência no abrigo é suficiente para que a mulher crie condições para romper com a situação de violência?
- Por que algumas mulheres que estão em risco de morte não querem ir para o abrigo?
- O que você sabe sobre a dinâmica da casa-abrigo?
- Na sua experiência e observação quais os motivos que levam as mulheres a deixarem o abrigo?

ANEXO 4 - MODELO DA FICHA DE ATENDIMENTO

Nº DE IDENTIFICAÇÃO: _____

DADOS CADASTRAIS

IDENTIFICAÇÃO:

Data do Início do Atendimento: ____ / ____ / ____

Entrevistador(a): _____

Nome: _____

Data Nasc.: ____ / ____ / ____ Local Nasc.: _____ UF.: ____

RG: _____ CPF: _____

Filiação: Mãe: Viva: () Sim () Não

Pai: Vivo: () Sim () Não

Tem apoio familiar: () Sim () Não De quem? _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Distrito: _____

CEP: _____ Telefone: _____

Celular: _____

Estado Civil (situação legal):

() Solteira () Casada

() Viúva () União estável

() Divorciada () Separada

Situação Conjugal atual:

() Solteira

() Namorando

() Morando junto a menos de 1 ano

() União estável (mora junto a mais de 1 ano)

() Separada

() Divorciada

() Casada

Nº de filhos que vivem com você? _____

Raça/Cor (etnia): Declarado: _____ IBGE: _____

Religião:

() Católica () Espírita

() Evangélica () Protestante

() Origem africana () Budista

() Não tem () Não sabe () Outra

Escolaridade:

() Não alfabetizado

() Até 4ª série incompleta do ensino fundamental

() Com 4ª série completa do ensino fundamental

() De 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Superior incompleto

() Superior completo

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

Profissão:

() Nenhuma

() Serviço Doméstico qual? _____

() Serviços Pessoais qual? _____

() Serviços Administrativos qual? _____

() Comércio qual? _____

() Indústria qual? _____

() Funcionária Pública qual? _____

() Profissional Liberal qual? _____

() Outros Serviços qual? _____

Ocupação atual:

() Assalariada setor privado com carteira assinada

() Assalariada setor privado sem carteira assinada

() Autônoma com INSS

() Autônoma sem INSS

() Empregadora

() Funcionária Pública

() Desempregada a quanto tempo? _____

() Não trabalha a quanto tempo? _____

() Aposentada

() Pensionista

() Estagiária

() Voluntária

Renda:

() Sem renda () De 4 a 5 salários mínimos

() Até 1 salário mínimo () Mais de 5 salários mínimos

() De 1 a 2 salários mínimos () Não Sabe

() De 2 a 3 salários mínimos () Não quer informar

() De 3 a 4 salários mínimos

É Chefe de família: () Sim () Não

BENEFÍCIOS

Nenhum: () Sim () Não

() PETI valor R\$ _____

() Agente Jovem valor R\$ _____

() LOAS/BPC valor R\$ _____

() Bolsa Família valor R\$ _____

() Renda Cidadã valor R\$ _____

() Aposentadoria valor R\$ _____

() Pensão de Alimentos: valor R\$ _____

() Outros valor R\$ _____

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome Parentesco Idade Sexo Raça / Cor Ocupação Renda Escolaridade

MORADIA:

A. Tipo de Moradia

() Nenhuma () Alvenaria () Madeira

B. Situação da Moradia

() Própria

() Cedida por quem? _____

() Alugada valor: R\$ _____

- ☐ Loteamento clandestino
☐ Loteamento em regularização
☐ Ocupação
☐ Sem Residência Fixa
☐ Albergue

Na residência possui saneamento

- ☐ Luz ☐ Água ☐ Esgoto

Tempo de residência: _____ anos _____ meses Nº de Cômodos _____

COMO CHEGOU AO SERVIÇO:

- ☐ Espontânea,
☐ Buscando orientação ☐ Jurídica, ☐ Psicológica ☐ Social
☐ Encaminhada, através de _____
☐ Para Participação em Oficinas
☐ Para Participação em grupos temáticos
☐ Porque foi (é) Vitima de violência
☐ Amigos
☐ Outros _____

HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA:

Já viveu alguma situação de violência? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu SIM, quais foram os outros episódios:

Na família de origem? ☐ Sim ☐ Não

Quando criança? ☐ Sim ☐ Não

Se SIM contou para alguém ? ☐ Parentes ☐ Amigos ☐ Professor

Se SIM, quantas vezes ocorreu? ☐ Esporadicamente ☐ Nunca ☐ Sempre

Que tipo de violência sofreu:

- ☐ Física ☐ Abandono Material ☐ Negligência
☐ Emocional ☐ Privação de liberdade ☐ Patrimonial
☐ Sexual ☐ Ameaça ☐ Psicológica

Outros: _____

Na adolescência? ☐ Sim ☐ Não

Se SIM contou para alguém? ☐ Parentes ☐ Amigos ☐ Professor

Se SIM, quantas vezes ocorreu? ☐ Esporadicamente ☐ Nunca ☐ Sempre

Que tipo de violência sofreu:

- ☐ Física ☐ Abandono Material ☐ Negligência
☐ Emocional ☐ Privação de liberdade ☐ Patrimonial
☐ Sexual ☐ Ameaça ☐ Psicológica

Outros: _____

Foi feito registro ou denúncia? ☐ Sim ☐ Não

Teve prosseguimento? ☐ Sim ☐ Não

Qual foi o resultado?

Legal: ☐ Arquivamento

☐ Acordo

☐ Sentença Qual? _____

Efetivado: _____

Sofreu violência em outros relacionamentos amorosos: ☐ Sim ☐ Não

Se SIM contou para alguém? ☐ Parentes ☐ Amigos ☐ Professor

Se SIM, quantas vezes ocorreu? ☐ Esporadicamente ☐ Nunca ☐ Sempre

Que tipo de violência sofreu:

- ☐ Física ☐ Abandono Material ☐ Negligência

() Emocional () Privação de liberdade () Patrimonial
() Sexual () Ameaça () Psicológica

Outros: _____

Foi feito registro ou denúncia? () Sim () Não

Teve prosseguimento? () Sim () Não

Qual foi o resultado?

Legal: () Arquivamento

() Acordo

() Sentença Qual? _____

Efetivado: _____

Sofreu violência de pessoas conhecidas (amigos, vizinhos, colegas de trabalho):

() Sim () Não

Se SIM contou para alguém ? () Parentes () Amigos () Professor

Se SIM, quantas vezes ocorreu? () Esporadicamente () Nunca () Sempre

Que tipo de violência sofreu:

() Física () Abandono Material () Negligência

() Emocional () Privação de liberdade () Patrimonial

() Sexual () Ameaça () Psicológica

Outros: _____

Foi feito registro ou denúncia? () Sim () Não

Teve prosseguimento? () Sim () Não

Qual foi o resultado?

Legal: () Arquivamento

() Acordo

() Sentença Qual? _____

Efetivado: _____

Sofreu violência em espaços sócio-ocupacionais: (escola, hospitais, empresas, fundação, serviço público, etc.) () Sim () Não

Se SIM contou para alguém ? () Parentes () Amigos () Professor

Se SIM, quantas vezes ocorreu? () Esporadicamente () Nunca () Sempre

Que tipo de violência sofreu:

() Física () Abandono Material () Negligência

() Emocional () Privação de liberdade () Patrimonial

() Sexual () Ameaça () Psicológica

Outros: _____

Foi feito registro ou denúncia? () Sim () Não

Teve prosseguimento? () Sim () Não

Qual foi o resultado?

Legal: () Arquivamento

() Acordo

() Sentença Qual? _____

Efetivado: _____

Outros:

Quais? _____

Contou para alguém? () Parentes () Amigos () Professor

Quantas vezes ocorreu?() Esporadicamente () Nunca () Sempre

Que tipo de violência sofreu?

() Física () Abandono Material () Negligência

() Emocional () Privação de liberdade () Patrimonial

() Sexual () Ameaça () Psicológica

Outros: _____

Foi feito registro ou denúncia? () Sim () Não

Teve prosseguimento? () Sim () Não

Qual foi o resultado?

Legal: () Arquivamento

() Acordo

() Sentença

Qual? _____

Efetivado: _____

Para a violência atual

() Física () Abandono Material () Negligência

() Emocional () Privação de liberdade () Patrimonial

() Sexual () Ameaça () Psicológica

Outros: _____

Há quanto tempo sofre violência? _____

Já procurou ajuda anterior:

() Nenhuma

() Familiares

() Amigos

() Entidades religiosas

() Serviços de saúde

() Abandono material

() Polícia / justiça

() Privação de liberdade

() Serviços Especializados : Qual ? _____

() Outros Onde? _____

A ajuda anterior a encaminhou para: _____

Registro de ocorrência: () Sim () Não

Se SIM: () B.O. () T.C () Representação

Natureza do B.O.: _____

Orientação recebida da delegacia: _____

Exame de corpo delito: () Sim () Não

Denunciou anteriormente: _____

Quantas Vezes: _____

Deu sequência no processo: () Sim () Não

Resultado do Processo: _____

Outras Providências Legais: _____

Motivo de não ter a convivência atual com os filhos:

() O atual companheiro não aceita;

() Precisou fugir e deixou o(s) Filho(s) com a família

() Perdeu a guarda por situação de violência

() Deu em adoção por conta da violência

() Outros _____

PERFIL DO AGRESSOR:

Nome: _____

Endereço: _____

Naturalidade: _____

Vive com a usuária () Sim () Não

Quem é o agressor(a) ?

- ☐ Marido
- ☐ Ex-marido
- ☐ Companheiro
- ☐ Companheira
- ☐ Ex-companheiro
- ☐ Ex-companheira
- ☐ Namorado
- ☐ Namorada
- ☐ Ex-namorado
- ☐ Ex-namorada
- ☐ Familiar.

Quem? _____

☐ Outros. Quem? _____

Data nasc.: ____ / ____ / ____ Idade: _____

Local de Nasc.: _____

Profissão:

- ☐ Nenhuma
- ☐ Serviço doméstico Qual? _____
- ☐ Serviços Pessoais Qual? _____
- ☐ Serviços Administrativos Qual? _____
- ☐ Comércio Qual? _____
- ☐ Indústria Qual? _____
- ☐ Funcionalismo Publico Qual? _____

Ocupação atual:

- ☐ Assalariado setor privado com carteira assinada
- ☐ Assalariado setor privado sem carteira assinada
- ☐ Autônomo com INSS
- ☐ Autônomo sem INSS
- ☐ Empregador
- ☐ Funcionário Publico
- ☐ Desempregado
- ☐ Não trabalha
- ☐ Aposentada
- ☐ Pensionista

Renda mensal:

- ☐ Sem renda
- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ De 2 a 3 salários mínimos
- ☐ De 4 a 5 salários mínimos
- ☐ Mais de 6 salários mínimos
- ☐ Não sabe
- ☐ Não quer informar

Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Até 4ª série incompleta do ensino fundamental
- ☐ Com 4ª série completa do ensino fundamental
- ☐ De 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo

- () Superior incompleto
() Superior completo
() Especialização
() Mestrado
() Doutorado

Estado Civil (situação legal):

- () Solteiro
() Casado
() Viúvo
() União estável
() Separado
() Divorciado

Situação Conjugal:

- () Solteiro
() Namorando
() Morando junto a menos de 1 ano
() União estável
() Separado
() Divorciado

Religião:

- () Católica
() Espírita
() Evangélica
() Origem africana
() Budista
() Não tem
() Não sabe
() Outra

Raça /Cor (etnia): _____

Tem antecedente criminal: () Sim () Não

Quais? _____

Dependência química lícita e ilícitas: () Sim () Não

Se SIM : () Álcool () Droga Qual? _____

Há quanto tempo? _____ Frequência de uso: _____

Tem conhecimento do histórico de violência anterior do agressor?

- () Nenhuma () Relações de trabalho () Convívio social
() Familiar () Não sabe

SAÚDE

Faz algum tipo de tratamento: () Sim () Não

Qual? _____

Há quanto Tempo? _____

Faz uso de medicação: () Sim () Não

Qual? _____

Há quanto tempo? _____

Já procurou serviço de saúde para atendimento da situação de violência:

- () Sim () Não

Onde? _____

Encaminhamentos: _____

Dependência: () Sim () Não

Se SIM : () afetiva () sexual () medicamentosa

() jogos () álcool
() Droga Qual? _____
Há quanto tempo? _____ Frequência de uso: _____
Número de gestações: _____
Nascidos vivos: _____ Nascidos mortos: _____
Abortos: Espontâneos _____ Por violência _____
Número de filhos que não vivem com você? _____
Não vivem porque razão?
() Financeiro
() Saúde
() Perdeu a Guarda
() Violência
() Maior de idade/Independente

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos efetivados

Não () Sim ()

Somente utilizar as seguintes opções:

- Para oficinas do CCM
- Delegacia da Mulher
- Psicólogo
- Jurídico
- Defensoria (CCM)
- Serviços de Saúde
- CATs
- Conselho Tutelar
- CRAS – Assistência Social
- Escolas
- Curso de capacitação profissional
- Habitação / aluguel social
- Abrigo

Desabrigamento: _____ / _____ / _____

Destino da mulher após o desligamento _____

1a - ETREVISTADORA: _____ Data ____ / ____ / ____

ANEXO 5 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “*Violência doméstica e as motivações que culminam no desabrigo*”, realizada pela pesquisadora Maria Nilda Conceição Izumi, aluna de mestrado em Serviço Social da PUC-SP, sob orientação da professora Dr^a Rosângela Dias Oliveira da Paz.

Esta pesquisa apresenta como objetivo compreender as determinações que envolvem o processo de desabrigo a partir dos fatores que motivaram as mulheres vítimas de violência doméstica a deixarem a casa-abrigo.

Sua participação se dará por meio da concessão de uma entrevista semi-estruturada à pesquisadora, sendo que suas respostas serão gravadas e depois transcritas para a análise. Após a transcrição e a análise, todas as fitas e/ou áudios contendo as gravações serão destruídas. Em nenhum momento você será identificado, como também não terá nenhum ônus e nem ganho financeiro para participar dessa pesquisa. O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimento antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase de realização da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade.

Você receberá uma cópia deste termo em que constará o telefone da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

Eu, _____ portador do RG nº _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para a realização desta.

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Telefone da pesquisadora: (11) 9 7638-0473

São Paulo, _____ de _____ de 2014.

ANEXO 6 - TABELA COM O TEMPO DE PERMANÊNCIA DAS MULHERES NAS CASAS-ABRIGO

Tabela: Tempo de permanência das mulheres no abrigo.

Tempo de Abrigamento	N	%
< de 10 dias	10	13,89
10 a 20 dias	2	2,78
20 a 30 dias	1	1,39
30 a 60 dias	3	4,17
60 a 90 dias	4	5,56
> 90 dias	2	2,78
Sem informação	50	69,44
Total	72	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das fichas de atendimento da Casa Brasilândia (2014).